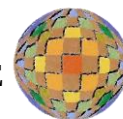




UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPG-CASA



Renda da terra e da água na economia camponesa do rio Negro: um
estudo na comunidade Dom Pedro II – Barcelos-Am.

MANAUS (AM)

2025

MARTHA BENFICA DO NASCIMENTO

Renda da terra e da água na economia camponesa do rio Negro: um estudo na comunidade Dom Pedro II – Barcelos-Am.

LINHA DE PESQUISA: Dinâmicas Socioambientais: Identificação e entendimento das dinâmicas ambientais e os efeitos dos projetos de desenvolvimento para região, visando à produção de conhecimento e proposição de instrumentos, ferramentas, processos, tecnologias e modelos de gestão ambiental.

Orientador (a): Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

MANAUS (AM)

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- N244r Nascimento, Martha Benfica do
Renda da terra e da água na economia camponesa do rio Negro: um estudo na Comunidade Dom Pedro II - Barcelos - Am. / Martha Benfica do Nascimento. - 2025.
114 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Antônio Carlos Witkoski.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2025.
1. Camponês amazônico. 2. Ciclo hidrológico. 3. Renda da terra . 4. Renda da água. I. Witkoski, Antônio Carlos. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. III. Título
-

MARTHA BENFICA DO NASCIMENTO

Renda da terra e da água na economia camponesa do rio Negro: um estudo na comunidade Dom Pedro II – Barcelos-Am.

Tese defendida e aprovada no dia 31 de outubro de 2025.

Membros da Banca:

Dr. Antônio Carlos Witkoski – **Orientador**

Dr. Antônio Carlos do Norte Filho – **Membro externo**

Dr. Carlos Augusto da Silva – **Membro interno**

Dra. Jozane Lima Santiago – **Membro interno**

Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz - **Membro interno**

Dra. Mônica Suani Barbosa da Costa - **Membro interno**

DEDICATÓRIA

*Aos camponeses amazônicos que fizeram parte desta pesquisa,
da comunidade Dom Pedro II (Barcelos-Am.);
A mim e às pessoas que me auxiliaram de alguma forma,
por todas as etapas de reexistências, ressignificações
e recomeços, durante o processo de doutoramento.*

AGRADECIMENTOS

À um Deus, que tenho como ser supremo, a Nossa Senhora de Aparecida, e a todas as entidades (Deuses e Deusas) de luz das terras, das florestas e das águas, por sempre iluminarem a minha caminhada e me darem discernimento para todas as escolhas feitas até aqui nesta etapa, que um dia nem pensei e que achava impossível chegar.

Muitos fatores contribuíram para realização deste trabalho, mas existiram e existem pessoas que contribuíram direto e indiretamente, para do início e até o final da etapa da defesa desse doutoramento, e que jamais deixaria de agradecer a essas pessoas que foram peças fundamentais nesta etapa da minha vida, logo abaixo estão elas relacionadas:

À dona Terezinha Benfica, conhecida como vovó Benfica, minha querida, estimada e amada mãe, que foi e é minha mãe e meu pai, minha primeira professora, fora da educação formal, que me proporcionou com seus ensinamentos e força de vontade, sempre buscar o melhor para mim, a quem eu agradeço por alcançar e realizar mais esta etapa da minha vida.

Às minhas irmãs Alessandra Benfica e Leonor Benfica, por todos os incentivos, desde a infância até aqui, agradeço que nossos caminhos “foram traçados na maternidade”. Elas foram fundamentais nesta caminhada.

À Sanderly Matos, pessoa que eu tenho como segunda mãe, pois me deu a mão quando eu mais precisei e, assim não desisti do doutoramento, e que cuida de mim como se fosse uma filha, meu muito obrigada.

As minhas tias Lourdes (*in memoriam*) e Nazaré, que me ajudaram na pesquisa, no que diz respeito à relatos sobre suas infâncias em Barcelos-AM, e que com essa tese pude retratar um pouco das minhas raízes.

A todos os professores que contribuíram para o meu crescimento acadêmico profissional, mas alguns destaco com maior ênfase, relacionados abaixo.

Ao meu primeiro orientador na graduação e no mestrado, Professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, pela oportunidade dada há, mais ou menos, uns 14 anos quando comecei a minha caminhada e amadurecimento científico no primeiro projeto de iniciação científica. Agradeço sempre pelas orientações, paciência, a confiança que ele teve em orientar-me. E que o primeiro projeto de PIBIC, sobre a rede de comercialização da pesca dos bagres (peixe liso, de couro, ou fera), contribuiu para minha proposta de tese de doutoramento. Agradeço também as contribuições sugestões feitas na aula de qualificação desse doutoramento. Fica aqui a minha eterna gratidão ao professor Masulo.

A professora Dra. Tatiana Schor, que ao terminar o mestrado, em um encontro por acaso, me incentivou a tentar uma vaga no processo de seleção de doutorado, em 2014, e nesse momento mencionei que tinha uma ideia para uma possível tese, ela foi fundamental nesse momento de incentivo a entrada no processo de doutoramento, e nos primeiros meses de orientação.

Ao professor Deivison Carvalho Molinari, que durante o processo de seleção para o doutorado, leu a minha proposta de tese, e me deu dicas importantíssimas para fase de entrevista e defesa dela.

Ao professor Dr. Antônio Carlos Witkoski, um dos meus professores e orientador, ao qual tenho enorme respeito e admiração, agradeço por toda compreensão, paciência, diante de todas as minhas limitações no decorrer desse processo, por todas as contribuições e sugestões, mesmo antes de ser meu orientador, meu muito obrigada.

À professora Dra. Sandra Noda (*in memoriam*) por todas as suas contribuições, com seu vasto conhecimento sobre Amazônia, desde a entrevista e defesa da proposta de tese no processo de seleção, até as disciplinas ministradas por ela, contribuíram para o desenvolvimento da tese e como acadêmico profissional.

À professora Dra. Maria Olivia Simão, por todas as contribuições nas disciplinas e contribuições e sugestões na aula de qualificação.

Ao professor Dr. Pedro Rapozo, por todo cuidado na leitura da proposta de tese, apresentada na aula de qualificação, por suas contribuições e sugestões, fundamentais para a conclusão da tese.

À professora Dra. Therezinha Fraxe, a qual tive a oportunidade de ter aulas e ter sido orientada, por um tempo, e muito importante nessa etapa final, agradeço por todo apoio e compreensão.

Ao programa de Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG-CASA), e aos professores por todas as disciplinas cursadas com eles, que contribuíram para delineamento da pesquisa.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG-CASA), Fernanda Mendes, a quem tenho que agradecer por todo empenho de sua função em ajudar sempre os discentes do programa. Terá minha eterna gratidão.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão das bolsas nos primeiros meses de doutoramento e à Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa até o término da pesquisa.

À Lucielne Santos, presidente da Comunidade Dom Pedro II em Barcelos-AM.

Agradeço aos produtores agrícolas/pescadores da Comunidade Dom Pedro II em Barcelos-AM, que muito gentilmente, quiseram participar e cederam uma parte do seu tempo para que fosse possível a realização de entrevistas, aplicação de formulário, entre outras atividades, sem eles a pesquisa não seria realizada com sucesso.

À Tarcinara Tavares, que enquanto esteve gestora da Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida-SEDUC-AM, da qual fiz parte do quadro de professores, me deu maior força e autorização para que eu me ausentasse os dias que precisei para finalizar meu projeto de qualificação, me dando todo apoio necessário no momento.

À Danielle Miranda, minha psicóloga, a quem eu tenho que deixar um enorme agradecimento e gratidão pela etapa final desse processo, por todo seu conhecimento e eficiência para que eu pudesse realizar mais essa etapa, muito obrigada.

Ao Dr. Pablo Gnutzmann, meu médico, por todo acompanhamento ao longo de quase 4 (quatro) anos, de tratamento, e assim, posso estar realizando mais essa etapa, meu muito obrigada, pela competência e eficiência.

A equipe GECAP/SEDUC-AM, Nixon Tavares, Cynthia Bindá, Rosa Nogueira, Armilena Viana (Mylla), e minha ex-diretora e amiga, Ana Cristina Bentes, por toda compreensão, e diálogos no processo de doutoramento.

Ao meu atual diretor, Mailson Rafael Ferreira, e atual gerente Kátia Menezes, por toda compreensão nesta reta final, do doutoramento.

À amiga, Vivian, que em muitas conversas, na reta final da escrita, me apoiou, durante algumas crises de ansiedade, obrigada.

Aos amigos Samara e Antônio, que quando necessário, me auxiliaram, para além do apoio e amizade.

À Liz e Gael, minhas pessoas, que foram a força motriz, direta e indiretamente, para o fechamento deste ciclo, muito obrigada e amo vocês.

Fica aqui o meu singelo e humilde agradecimento para cada um (a).

Muito Obrigada!

EPÍGRAFE

O que o rio significa para você?

“[...]De onde tiro o meu sustento.”

“[...] Bonito, linda a paisagem, água é vida.”

“[...]É tudo, dele tiramos a comida, dinheiro para fazer as coisas e se manter.”

“[...]Gosto de trabalhar nele, é minha casa, de onde tiro o pão de cada dia.”

“[...]É importante. A pescaria é ensinada pela gente mesmo, é saber nosso.”

“[...]Importante para manter a família.”

“[...]Tudo de beleza da natureza, é o melhor ar-condicionado, ar-condicionado público.”

“[...]É muita coisa, sem o rio quem será nós? Não somos ninguém, do rio que tira o pão de cada dia.”

“[...]Fonte de riqueza, tudo que tira pra consumo, água é vida, sustento. O que tira do peixe é do rio.”

**Fala dos camponeses amazônicos da
Comunidade Dom Pedro II – Barcelos-Am.**

RESUMO

O propósito deste estudo foi compreender a contribuição da agricultura e da pesca para a renda da economia camponesa na Amazônia, especificamente na Comunidade Dom Pedro II, em Barcelos, Amazonas. A pesquisa adotou uma abordagem teórico-empírica, analisando o ecossistema da área de estudo com base na realidade vivida pelos camponeses da comunidade, em sincronia com o ciclo hidrológico (enchente/cheia, vazante/seca). Os conceitos de ecossistema, camponês amazônico, território, territorialidade, economia camponesa e renda da terra foram fundamentais, utilizando autores como Chayanov, Ariovaldo U. Oliveira, Marx, Raffestin, David Ricardo, Teodor Shanin, Tavares dos Santos, entre outros. A pesquisa buscou enfatizar os fatores que influenciaram e influenciam a prática da agricultura familiar em áreas de terra firme e alagáveis, bem como a atividade pesqueira em rios, lagos e igapós de águas pretas, a fim de compreender seus objetivos e benefícios para a reprodução social e econômica das famílias camponesas da comunidade. A área de estudo está localizada no médio rio Negro, no município de Barcelos, e é conhecida como Comunidade Dom Pedro II. Atualmente, conta com 16 famílias residentes, que são produtoras e pescadoras e preservam características típicas das famílias amazônicas em seu contexto rural, com relação à terra, água e floresta. A atividade pesqueira é a mais comum e a principal fonte de renda econômica para as famílias da comunidade. Através do estudo, foi possível identificar uma identidade local baseada nos traços de territorialidade que essas famílias desenvolvem por meio de seus conhecimentos tradicionais (etnoconhecimento), transmitidos de geração em geração. Diante desse contexto, o interesse em realizar essa pesquisa surgiu, visando contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico, explorando a temática da "renda da terra e da água na economia camponesa amazônica".

Palavras-chave: Camponês amazônico; Ciclo hidrológico; Renda da terra e Renda da água.

ABSTRACT

The purpose of this study was to understand the contribution of agriculture and fishing to the income of the peasant economy in the Amazon, specifically in the Dom Pedro II Community, in Barcelos, Amazonas. The research adopted a theoretical-empirical approach, analyzing the ecosystem of the study area based on the reality experienced by the peasants of the community, in synchrony with the hydrological cycle (flood/full, ebb/drought). The concepts of ecosystem, Amazonian peasantry, territory, territoriality, peasant economy and land income were fundamental, using authors such as Chayanov, Ariovaldo U. Oliveira, Marx, Raffestin, David Ricardo, Teodor Shanin, Tavares dos Santos, among others. The research sought to emphasize the factors that influenced and continue to influence the practice of family farming in upland and floodable areas, as well as fishing activity in rivers, lakes, and black water igapós, to understand its objectives and benefits for social reproduction. and economic development of peasant families in the community. The study area is located on the middle Rio Negro, in the municipality of Barcelos, and is known as Community Dom Pedro II. Currently, it has sixteen resident families, who are producers and fishers and preserve typical characteristics of Amazonian families in their rural context, about land, water, and forest. Fishing is the most common activity and the main source of economic income for families in the community. Through the study, it was possible to identify a local identity based on the territorial traits that these families develop through their traditional knowledge (ethnoknowledge), transmitted from generation to generation. Given this context, the interest in carrying out this research arose, aiming to contribute to the development of scientific knowledge, exploring the theme of "income from land and water in the Amazon peasant economy".

Keywords: Amazonian peasant; Hydrologic cycle; Land rent and Water rent.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DEPLAN	Departamento de Planejamento
DPDI	Departamento de Políticas Educacionais para Diversidade
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
GECAP	Gerência de Captação de recursos
FAPEAM	Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Amazonas
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
PPG-CASA	Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURA

Figura 01 - Mapa de localização da área de estudo, que abrange a comunidade Dom Pedro II.....	25
Figura 02 – Quadro de Classificação das águas dos rios.....	29
Figura 03 - Frente da Comunidade Dom Pedro II – Igreja Assembleia de Deus (A); Casas de moradores (B e C)	32
Figura 04 - Igreja Assembleia de Deus (A) - detalhe: os calçados do lado de fora da Igreja; Os comunitários juntos a mesa, onde tomam o café, após o culto dominical (B).....	32
Figura 05 - Gráfico: Dados dos participantes, quanto a gênero e religião.....	33
Figura 06 - Gráfico: Dados dos participantes, quanto tempo de moradia e naturalidade.....	34
Figura 07 - Escola Multisseriada da SEMED-Barcelos/AM (A); Local do Posto de Saúde (B).....	36
Figura 08 - Campo de futebol.....	37
Figura 09 - Lugar onde lavam as roupas a margem do rio (A); Utensílios de cozinha na escada da casa (B).....	38
Figura 10 - Gerador de energia da Comunidade (A) e fiação de energia elétrica, proveniente do linhão(B).....	39
Figura 11 - Cascos de geladeiras (A) e fogões (B).....	40
Figura 12 - Casinha externa (banheiro).....	41
Figura 13 - Estrutura das casas na Comunidade: Madeira (A) e (B); Mista (C) e Palha (D).....	42
Figura 14 - Quadro sintético sobre as teorias clássicas sobre o campesinato.....	43
Figura 15 - Área para plantio, após o processo da coivara (corte e queima).....	54
Figura 16 - Quadro sintético sobre as propriedades da mandioca e adaptação ao solo na Comunidade.....	55
Figura 17 - Área para plantio de mandioca ao fundo em meio a outras espécies de vegetais.....	56
Figura 18 - Após a colheita, família começando o processo de raspagem da (A); Mandiocas a serem raspadas e umas raspadas em paneiros (B).....	57
Figura 19 - Camponês amazônico da Comunidade Dom Pedro I – mandiocas no cesto tipo paneiro.....	58
Figura 20 - Maquinário da prensa (A); camponês amazônico realizando a trituração (B).....	59
Figura 21 - Forno a lenha para torrar a mandioca e assim o preparo da farinha.....	60

Figura 22 - Frente da Comunidade e ilhas a frente, onde ocorre os plantios.....	61
Figura 23 - Socialização entre os camponeses amazônicos (adultos e crianças).....	63
Figura 24 - Canteiro de hortaliças flutuante, no rio em frente a Comunidade.....	64
Figura 25 - Canteiro suspenso de hortaliças no terreno de um camponês amazônico na Comunidade.....	65
Figura 26 - Família camponesa amazônica na retirada do açaí.....	66
Figura 27 - Gráfico: dados dos participantes, quanto a a aquisição de suas terras e situação fundiária.....	67
Figura 28 - Tabela: Produto, meses e valores ao ano.....	69
Figura 29 – Motor de centro – modelo de uma embarcação pesqueira.....	77
Figura 30 - Gráfico sobre os tipos de pesca na Comunidade Dom Pedro II.....	79
Figura 31 - Gráfico sobre com que aprendeu a pescar.....	80
Figura 32 - Gráfico sobre quem realiza o trabalho pesqueiro na Comunidade Dom Pedro II.....	82
Figura 33 - Desenhos elaborado por um camponês amazônico, de alguns instrumentos utilizados na pesca, da Comunidade Dom Pedro II.....	83
Figura 34 - Desenhos elaborado por uma família camponesa amazônica, da Comunidade Dom Pedro II: A - na enchente/cheia e B - vazante/seca.....	85
Figura 35 - Desenhos elaborado por uma família camponesa amazônica, da Comunidade Dom Pedro II, locais de pesca: A - na enchente/cheia e B - vazante/seca.....	86
Figura 36 - Esquema da delimitação do lanço.....	88
Figura 37 - Limpeza do rio.....	89
Figura 38 - Esquema das casas flutuantes.....	89
Figura 39 - Tabela dos valores do pescado na cheia e na seca, respectivamente.....	91
Figura 40 - Fluxograma dos sujeitos envolvidos na rede de comercialização e mercado consumidor.....	92

SUMÁRIO

MEMORIAL DESCRITIVO ACADÊMICO PROFISSIONAL.....	16
INTRODUÇÃO.....	20
PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	22
CAPÍTULO 1 – VIDA SOCIAL NAS ÁGUAS DO RIO NEGRO.....	28
1.1 Ecossistema do rio Negro.....	28
1.2 Vida social na Comunidade Dom Pedro II.....	31
CAPÍTULO 2 – PRÁTICAS AGRÍCOLAS NA COMUNIDADE DOM PEDRO II – BARCELOS -AM.....	49
2.1 – As formas socioprodutivas agrícolas na Comunidade Dom Pedro II.....	52
2.2 Subsistência <i>versus</i> comercialização.....	69
CAPÍTULO 3 - A PESCA NA COMUNIDADE DOM PEDRO II – BARCELOS – AM.....	73
3.1 As formas socioextrativistas da pesca na Comunidade Dom Pedro II.....	75
3.2 A rede de comercialização.....	87
CAPÍTULO 4 – A RENDA DA TERRA E DA ÁGUA NA ECONOMIA CAMPONESA AMAZÔNICA.....	95
4.1 Concepções teóricas sobre a renda da terra.....	95
4.2 Concepções teóricas para delineamento da renda da água.....	97
4.3 A renda da terra e da água na Comunidade Dom Pedro II – Barcelos – AM.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
GLOSSÁRIO CAMPONÊS AMAZÔNICO DA COMUNIDADE DOM PEDRO II.....	108
REFERÊNCIAS.....	109
ANEXOS.....	112

MEMORIAL DESCRITIVO ACADÊMICO PROFISSIONAL

A Graduação

Desde a alfabetização, estudei em escolas públicas onde, em 2001, concluí o ensino médio. De 2001 a 2005, trabalhei em algumas empresas como auxiliar de produção no Distrito Industrial de Manaus. Depois, resolvi ajudar minha mãe trabalhando na comercialização de pastéis em casa, pois assim conseguia mais tempo para estudar, visando à preparação para o vestibular. Prestei o vestibular da UFAM para o curso de Geografia, para o qual obtive a aprovação. Em 2008, iniciei uma nova etapa acadêmica com o ingresso ao curso na UFAM. A partir disso, dediquei-me aos estudos e continuei trabalhando na comercialização de pastéis para me manter financeiramente durante a graduação; escolha essa feita objetivando não somente uma qualificação para o mercado de trabalho, mas também o crescimento humano e intelectual.

Em 2009, enquanto cursava a disciplina de Geografia Agrária, o professor responsável, Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, comunicou que haveria três vagas para o PIBIC, com o tema relacionado com a Geografia Agrária. O critério de avaliação seria uma prova discursiva, além da nota na disciplina. Eu me dispus a concorrer a uma dessas vagas, na qual eu consegui ficar entre os três primeiros colocados, começando assim a caminhada acadêmica com a Geografia Agrária.

O projeto foi realizado entre 2009 e 2010, intitulado “A rede de comercialização da pesca dos bagres na Costa do Arapapá – Manacapuru – AM”, sob a orientação do professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, cujo objetivo era compreender a rede de comercialização da pesca dos Bagres (peixe-liso) e os sujeitos sociais envolvidos nessa rede.

Foi um período dedicado às literaturas especificamente de Geografia Agrária. A partir do envolvimento no universo de pesquisa acadêmica, outras oportunidades foram conquistadas. Empenhei-me e concluí o projeto no segundo semestre de 2010. Nesse mesmo ano, o próprio orientador propôs a renovação do projeto, porém o critério foi outro: eu teria que construir o projeto e submetê-lo à análise do Programa. Caso fosse aceito, continuaria com a orientação dele. Eu aceitei mais esse desafio, elaborei o projeto e foi aceito.

Meu segundo PIBIC foi realizado entre 2010 e 2011, com o título “Agricultura Familiar em área Urbana: Comunidade Agrícola Nova Esperança - Jorge Teixeira-Manaus/AM”. O objetivo foi compreender uma nova territorialidade em área urbana, ou seja,

como se formou a comunidade com a prática da agricultura em área urbana. Nesse projeto, as literaturas eram relacionadas à complexidade campo-cidade.

Ainda em 2010, surge uma nova oportunidade na área da Geografia. Fui indicada por um amigo para ser estagiária no setor de Cartografia e Geoprocessamento no ITEAM (Instituto de Terras do Amazonas), onde comecei trabalhando como estagiária por dois anos e depois contratada até março de 2015. Nessa nova oportunidade, aprendi a manusear a ferramenta *Arc Gis*, um programa de geoprocessamento de dados na qual eu realizava caracterização, plotagens e pareceres das áreas a serem regularizadas no interior do estado.

Em suma, me dediquei às disciplinas da matriz curricular, aos PIBICs, ao trabalho no ITEAM e, no último semestre de 2011, fui monitora na disciplina de Geografia Agrária, na qual continuei o aprimoramento nessa linha de pesquisa. Concluí a Licenciatura Plena em Geografia no segundo semestre de 2011, com colação de grau em fevereiro de 2012.

O Mestrado

Ainda no segundo semestre de 2011, concorri ao curso de mestrado em Geografia na UFAM, que consistia em prova dissertativa, de caráter eliminatório, análise de currículo e proficiência, ambos de caráter classificatório. Na classificação geral, obtive o segundo lugar.

Em 2012, primeiro ano de mestrado, cursei as disciplinas obrigatórias e optativas. No período de dezembro/2012 a abril/2013, realizei o Estágio de Docência na disciplina de Geografia Agrária, ministrada pelo Professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, no 4º período do Curso de Graduação em Geografia na UFAM. Com o estágio de Docência realizado, concluí os requisitos obrigatórios e apresentei o projeto de qualificação em julho de 2013.

No mestrado, retomei a discussão sobre produção agrícola familiar em área urbana, discussão essa iniciada no PIBIC, realizado entre 2010/2011. O estudo foi realizado na Comunidade Agrícola Nova Esperança, 4ª Etapa do Jorge Teixeira-Manaus-AM, na qual resultou na dissertação defendida em 26 agosto de 2014. Nesse estudo foi possível analisar as práticas agrícolas, realizadas por famílias, em área urbana, em que no momento da pesquisa em torno de trezentas (300) famílias que trabalhavam com agricultura em área urbana, sendo a atividade que compunha a renda principal da família.

Nesse mesmo ano eu me inscrevi para o concurso da SEDUC-AM para professora de geografia, no qual fui aprovada, começando a trabalhar em fevereiro de 2016, e que permaneço até os dias atuais, porém em 2020 fui cedida a trabalhar na FEI (Fundação

Estadual do Índio), no Departamento Técnico, no qual eu era responsável pela elaboração de projetos voltados para as populações indígenas no Estado do Amazonas.

Em 2021 retorno para SEDUC-AM, mas agora na Sede da Instituição, no monitoramento de projetos educacionais para captação de recursos financeiros federais para a educação estadual. Fiz parte da comissão interna e Coordenadora sobre as ações para efetivar o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Educação, no Estado, e atual Coordenadora de Educação em Direitos Humanos e Diversidade, no Departamento de Políticas Educacionais para Diversidade - DPDI-SEDUC-AM.

O Doutorado - Continuidades de uma formação acadêmica

Em outubro de 2014, inscrevi-me para a seleção do doutorado no PPG-CASA conseguindo a aprovação em dezembro de 2014, com início das aulas em março de 2015.

Já em janeiro de 2015, cursei a disciplina optativa Métodos Qualitativos em Ciências Ambientais. A partir de março, as aulas da turma 2015 iniciaram oficialmente. Cumpi os créditos de todas as disciplinas obrigatórias do primeiro semestre: Fundamentos em Ciências Ambientais, Sustentabilidade e Sociedade e Epistemologia Ambiental. Nesse mesmo período, solicitei aproveitamento de disciplinas realizadas durante o mestrado.

No segundo semestre de 2015, continuei realizando as disciplinas optativas: Geoprocessamento aplicado às Ciências Ambientais e Sociologia Ambiental. No primeiro e segundo semestre de 2016, realizei mais duas disciplinas obrigatórias: Seminário I e Seminário II concluindo, portanto, os créditos obrigatórios e optativos antes da realização da aula de qualificação.

A proposta inicial da pesquisa era analisar a renda da água na pesca dos bagres (peixe liso, de couro, fera), nos municípios de Iranduba-AM e Manacapuru-AM, que foi reestruturada no diálogo entre discente e orientador. Em 2017, iniciou-se o processo de reestruturação da proposta de tese para aula de qualificação.

A proposta recebeu o título de “A renda da terra e a renda da água na economia camponesa amazônica: um estudo comparativo das comunidades Nossa Senhora das Graças (Manacapuru-AM - Rio Solimões) e comunidade Dom Pedro II (Barcelos-AM – Rio Negro) para aula de qualificação que foi realizada em junho de 2017. Depois da aula de qualificação deu-se entrada nos trâmites administrativos de submissão da pesquisa ao **Comitê de Ética, obtendo a aprovação (Número do Parecer: 2.776.807)** e assim, continuou-se a pesquisa com trabalhos em campo sendo realizado nos municípios de Barcelos-AM – Rio Negro e Manacapuru-AM - Rio Solimões, em seguida análise dos dados e escrita e defesa da tese. No

decorrer de tais análises e processo de escrita, em comum acordo com o orientador, optamos em trabalhar com o ecossistema de terra firme (rio Negro), realizando o recorte para o município de Barcelos-Am.

INTRODUÇÃO

A pesquisa procurou analisar a produção da renda da terra e da água de trabalho no âmbito da economia camponesa amazônica, considerando seu envolvimento com a lógica de produção capitalista. Pretendeu-se, noutras palavras, a partir do trabalho socialmente realizado na agricultura e/ou na pesca, e do potencial físico/químico contido nos rios de águas pretas, evidenciar como se produz a renda da terra e da água – o que se supõe permitir a produção/reprodução material e simbólica da vida da família camponesa amazônica.

Em razão da natureza do objeto da pesquisa, procurou-se entender também como o camponês amazônico adapta-se à dinâmica do calendário ecológico amazônico (enchente/cheia, vazante/seca). Diante da força dos ciclos das águas do rio Negro, verifica-se a combinação do trabalho agrícola e pesqueiro no decorrer do ano. O calendário ecológico amazônico delinea o período de atividades executado pelo camponês amazônico na terra, na floresta e na água (Witkoski, 2021). O foco da pesquisa são as atividades realizadas na terra e na água.

O camponês amazônico (agricultor e/ou pescador), sociologicamente denominado aqui nesse estudo (Witkoski, 2021), é o detentor do conhecimento, pois sabe o que, quanto e quando cultivar, atividade essa sendo executada dentro da propriedade familiar. No que diz respeito à pesca, o camponês sabe onde encontrar as espécies, ele as reconhece, sabe o tipo de apetrechos (instrumentos utilizados na pescaria. Ex.: linha, anzol, cacuri, arpão etc.), técnicas a serem utilizadas e é quem efetivamente realiza o trabalho de captura do pescado. O camponês amazônico vai conciliando as atividades agrícola e pesqueira, adaptando-se ao calendário ecológico amazônico. O conhecimento do camponês é resultado do seu cotidiano, da transmissão geracional e do saber compartilhado.

É nessa articulação de estratégias e adaptações do camponês amazônico aos ciclos das águas que se insere essa pesquisa, com o propósito de analisar, por meio do trabalho realizado na agricultura e na pesca, as rendas obtidas por eles, especificamente na terra firme e nos igapós (denominação regional da Amazônia para terrenos que ficam alagados por ocasião do transbordamento dos rios, e onde existe cobertura florestal) do rio Negro, sendo a água o elemento fundamental para gerir todos os processos socioprodutivos e socioextrativista dessas atividades.

A atividade pesqueira passou por profundas transformações: antes, a pesca era exclusivamente para o autoconsumo familiar e o peixe consumido e comercializado era o *peixe de escama* (é o mais apreciado pela população amazônica. Exemplos: jaraqui, pacu,

curimatã, tambaqui, pirarucu, matrinxã, entre outros). A partir da década de 1970, com a crescente demanda comercial pelo *peixe liso ou bagre* (peixe de couro, com maior tamanho e valor comercial, exemplos: piramutaba, dourada, piraíba, entre outros) houve a instalação de frigoríficos nas sedes municipais de Manacapuru (AM) e Iranduba (AM), o que levou o camponês amazônico a investir na captura desse tipo de peixe que, aos poucos, passou a fazer parte de sua alimentação. Dessa forma, começou a haver um direcionamento do trabalho camponês ao atendimento dessa nova demanda e, concomitantemente, uma subordinação das atividades camponesas à lógica capitalista através das rendas da terra e água.

O estudo proposto foi um desdobramento de um trabalho submetido e realizado em um PIBIC, no qual se analisou a rede de comercialização da pesca dos bagres na Comunidade da Costa do Arapapá-Manacapuru-AM (rio Solimões), no período de 2009 a 2010. A partir dos resultados obtidos com a conclusão da pesquisa, surgiu o interesse em continuar os estudos sobre a renda da terra e da água na economia camponesa amazônica.

No PIBIC, foi possível identificar que a renda gerada pela atividade pesqueira é a renda da água, pois o camponês amazônico (pescador e/ou agricultor), ao trabalhar na captura desse pescado e ao delimitar seu espaço de pescaria, sujeita essa área e o trabalho ao capital. Assim, iniciou-se a pretensão para uma possível tese sobre a renda da terra e da água na economia camponesa decorrente do trabalho realizado pelo camponês amazônico, tanto na atividade pesqueira como na atividade agrícola, obedecendo ao calendário ecológico amazônico (enchente/cheia, vazante/seca).

Em razão do exposto, **o objetivo geral** da investigação foi analisar a produção da renda da terra e água de trabalho, no âmbito da economia camponesa amazônica, considerando seu envolvimento com a lógica de produção capitalista. **Os objetivos específicos** foram: **1.** Apresentar o sistema ecológico do rio de águas pretas; **2.** Descrever os processos socioprodutivos da atividade agrícola realizados na Comunidades Dom Pedro II (Barcelos - rio Negro); **3.** Compreender a prática social extrativista executada na pesca dos rios e lagos de águas de livre acesso de águas pretas, na Comunidade Dom Pedro II (Barcelos - rio Negro); e, por fim, **4.** Evidenciar a renda da terra e da água de trabalho na Comunidade Dom Pedro II (Barcelos - rio Negro).

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O método utilizado na pesquisa foi o materialismo histórico e dialético para a análise da realidade, tendo em vista que o cerne desse método é procurar identificar o processo, os conflitos existentes e as contradições envolvidas na análise do problema da pesquisa, ou seja, as mudanças e/ou movimentos que ocorrem na sociedade e na natureza, além das formas de reprodução social, econômica, política, cultural, ambiental, territorial etc.

Utilizou-se o materialismo histórico e dialético a partir da teoria de Kosik (1976), pois para ele a dialética trata da “coisa em si”, mas ela não se manifesta imediatamente ao homem. O pesquisador, portanto, deve realizar um esforço e um *détour* (desvio) para que assim possa atingir a realidade da coisa. É preciso identificar o fenômeno e sua essência para compreender essas relações que estão por trás de tais fenômenos a serem questionados.

Teve-se como **pergunta de partida: a produção da renda da terra e da renda da água, no rio de água preta, depende simultaneamente da quantidade de trabalho socialmente necessários, empregados nas atividades agrícolas e pesqueiras, assim como o saber (etnoconhecimento) sobre o ecossistema em que vivem?**

Em função do objeto da pesquisa (renda da terra e da água na economia camponesa amazônica), buscou-se, a partir do método dialético, na construção da análise, evidenciar como se manifestam os fenômenos, atingindo assim a essência deles, como eles são constituídos e as (inter) relações existentes. Pretendeu-se analisar a realidade do processo socioprodutivo e socioextrativista realizado pelo camponês amazônico (agricultor e/ou pescador), detentor do direito de uso do ecossistema, no ambiente aquático e terrestre.

Kosik (1976) também demonstra a partir dos estudos de Marx a distinção entre o modo de investigação e de exposição, no qual essa pesquisa se baseará. O método de investigação é um início arbitrário ao fenômeno a ser estudado e compreende o método de investigação em três graus: 1. Minuciosa apropriação da matéria, incluindo todos os detalhes históricos aplicáveis; 2. Análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; 3. Investigação da coerência, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento.

Quanto ao método de exposição, o autor destaca que esse início é necessário, pois é a sua forma de apresentação do fenômeno que antes era abstrato e se tornou concreto, a partir de sua transparência, racional e compreensível.

Buscou-se trabalhar na perspectiva dialética marxista para que pudesse compreender o processo contraditório no campo amazônico, a partir do trabalho realizado pelos camponeses amazônicos na atividade agrícola e pesqueira dentro do modo de produção capitalista nas suas

mais diversas estratégias e adaptações ao ambiente de terra firme e igapós, obedecendo ao calendário ecológico amazônico.

A **primeira etapa** consistiu em um **levantamento bibliográfico** sobre o ecossistema de terra firme e igapó, como: dados (artigos, livros, relatórios, reportagens de jornais, fotografias etc.) sobre o rio Negro, no que diz respeito às suas características naturais, para realização do primeiro capítulo.

Esse levantamento foi realizado para a análise da prática socioprodutiva da agricultura e da prática socioextrativista da pesca, ambas realizadas pelo camponês amazônico. Com estudos sobre a prática da atividade agrícola no estado do Amazonas, as formas de apropriação e uso da terra, o trabalho realizado na terra, as redes de comercialização desses produtos provenientes dessa atividade, respeitando o calendário ecológico (enchente/cheia, vazante/seca).

A **segunda etapa** da pesquisa está relacionada com os **trabalhos de campo** para coleta de dados primários e empíricos com os sujeitos sociais envolvidos na pesquisa. Os trabalhos de campo tiveram como base a realização de observação direta, entrevistas semiestruturadas com um roteiro de questões abertas e fechadas e aplicação de formulários norteadores da pesquisa.

Inicialmente, realizou-se um campo exploratório para observar a comunidade, conhecer os sujeitos da pesquisa (presidente ou representante da comunidade e/ou instituições), criou-se recíproca confiança, possibilitando os primeiros contatos com os sujeitos da pesquisa e a obtenção de dados sobre a quantidade de membros existentes. Foi possível conhecer um pouco da estrutura social, política e econômica da comunidade, procurando uma aproximação com os sujeitos sociais.

Após o campo exploratório, foi realizado um trabalho de campo objetivando aplicar as entrevistas semiestruturadas com os sujeitos. A técnica da entrevista semiestruturada foi escolhida por proporcionar flexibilidade à doutoranda para a coleta de dados pertinentes ao objeto da pesquisa. É uma forma mais dialogada, em que o pesquisador se aproxima dos pesquisados em um processo de interação social (Chizotti, 1995; Gil, 2008).

Outra técnica de coletas de dados foi a aplicação de formulário com perguntas abertas e fechadas, o que contribui para uma melhor mensuração dos dados. Foram questões bem específicas (da renda da terra e da água), estando inclusas também perguntas sobre características dos sujeitos sociais a serem pesquisados; assim como os produtos agrícolas produzidos e pesqueiros mais capturados; as rendas obtidas, custos de produção de ambas as atividades, entre outras.

A observação direta também foi empregada, permitindo ao pesquisador usar os seus sentidos: olhar, ouvir, escrever etc. Essa técnica de coleta não exige uma intermediação propriamente dita, o pesquisador possui uma flexibilidade de coletar seus dados. A observação direta foi realizada com o intuito de atender aos objetivos propostos na pesquisa, e como forma de complementar as demais técnicas de coletas. Durante os campos exploratórios, em relação à aplicação de entrevistas e formulário, essa técnica sempre foi utilizada. Isso propiciou uma análise mais próxima da realidade.

Essa pesquisa contou ainda com o uso de alguns materiais e ferramentas de registro como: câmera fotográfica, gravador de voz, imagens de satélite, mapa de reconhecimento da área de estudo, GPS (*Global Posicion System*), para aquisição precisa de coordenadas geográficas e posteriores plotagens dos pontos coletados em carta de localização das áreas de estudo. O *software* para mapeamento será o Sistema para Processamento de Informação Georeferenciada – *Quantum Gis*, versão 4.8 (*software* livre).

A **terceira etapa** da pesquisa correspondeu à **tabulação dos dados** obtidos em trabalho de campo. Todos os dados coletados em campo foram tabulados, inclusive os que foram observados pelo pesquisador. As entrevistas foram transcritas para que se pudesse codificar as respostas qualitativas como forma de quantificar esses dados e a possibilidade de gerar tabelas e gráficos, a partir do Excel. Os formulários possibilitaram uma maior mensuração dos dados coletados para melhor compreensão e quantificação dos dados.

A **quarta etapa** da pesquisa foi a **análise dos dados e escrita da tese**, contendo a etapa de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento e análise de informações coletadas através de documentos escritos ou de outras formas de comunicação: oral, visual, gestual. Por meio da análise de conteúdo, chega-se à compreensão crítica do sentido das comunicações e seu conteúdo claro ou implícito. (Bardin, 1977 e Chizotti, 1995).

Os sujeitos da pesquisa foram os moradores da comunidade (camponês amazônico agricultor e/ou pescador) responsáveis pelo trabalho na agricultura e na pesca obedecendo ao calendário ecológico amazônico, sendo esse o critério de inclusão e exclusão dos sujeitos da pesquisa. Foi possível entrevistar: 10 (agricultores e/ou pescadores) da Comunidade Dom Pedro II e 6 (compradores de peixes) que moram na sede do município de Barcelos, identificados a partir da aplicação de entrevistas e formulários com os agricultores e/ou pescadores; 1 presidente comunitário da comunidade, demais sujeitos que, no decorrer da pesquisa, puderam contribuir com ela. Dessa forma, a meta alcançada para a realização das entrevistas e formulários foram entrevistar 10 pescadores e/ou agricultores, 1 presidente comunitário, 6 compradores de peixes em Barcelos e 3 moradoras que passaram sua infância

em Barcelos e que assim pôde se retratar um pouco da memória e saberes sobre modo de vida, atividade agrícola e pesqueira, maiores de 18 anos, totalizando 20 sujeitos participantes da pesquisa.

A área de estudo compreende uma comunidade do Estado do Amazonas: Dom Pedro II, localizada no município de Barcelos, ver figura nº 01, abaixo. O critério de escolha da comunidade partiu da proposta da pesquisa que é realizar um estudo por analogia entre a renda da terra e a renda da água na economia camponesa amazônica, com intuito de mostrar, a partir do trabalho agrícola e pesqueiro, as rendas obtidas nessas atividades econômicas, além de se compreender a racionalidade socioprodutiva e socioextrativista no ecossistema de rio de águas pretas: o rio Negro.

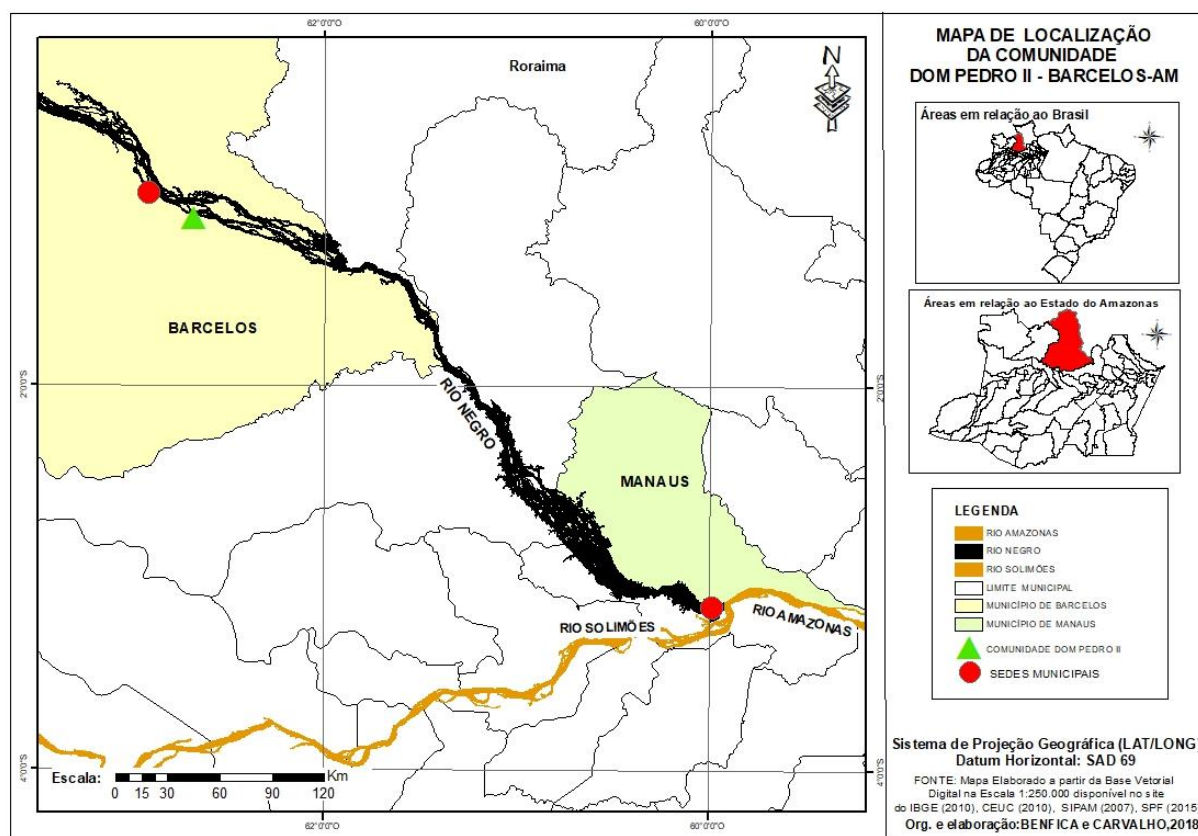


Figura nº 01: Mapa de localização da área de estudo, que abrange a comunidade Dom Pedro II. (Município de Barcelos). Elaborado pela autora.

No **capítulo 1**, no primeiro momento, é realizada uma apresentação sobre a ecologia do rio de águas pretas, ecossistema em questão, sendo este o rio Negro, com intuito de esclarecer as características e particularidades, objetivando criar um embasamento na construção da narrativa sobre a adaptação entre os pesquisados e o ecossistema no qual vivem, e as atividades econômicas exercidas nesse espaço e que resultam nas rendas da economia camponesa amazônica.

No segundo momento, a proposta foi apresentar a Comunidade Dom Pedro II – Barcelos/Am., ressaltando como os camponeses amazônicos relacionam-se com os ambientes em que eles vivem, trabalha e se reproduz social, econômica, política, cultural, ambiental etc., levando em consideração o calendário ecológico do camponês amazônico (enchente/cheia, vazante/seca).

O **capítulo 2**, inicialmente, descrevem-se os processos socioprodutivos das atividades agrícolas realizadas na Comunidade Dom Pedro II (Barcelos), sobre as formas de apropriação e uso da terra pelo camponês amazônico, ou seja, como é realizada essa apropriação e como ele faz o uso da terra e ilhas, dentro do calendário ecológico amazônico, demonstrando suas estratégias e racionalidade na atividade agrícola, assim como a identificação dos sujeitos sociais que fazem parte de todo o conjunto de trabalho para manter a família e a unidade de produção camponesa amazônica.

Na sequência, apresentam-se os produtos e a rede de comercialização da atividade agrícola, compreendendo as relações existentes nesse processo de trabalho, com isso se identificará a renda extraída do trabalho realizado na terra.

No **capítulo 3**, busca-se compreender a prática social extrativista nas atividades pesqueiras nos rios e lagos de águas de livre acesso realizada na comunidade. Esse capítulo será dividido em dois momentos.

Na primeira fase, foram apresentadas as formas de apropriação e o uso da água por parte do camponês amazônico na comunidade e nas águas vizinhas, como é realizada essa apropriação e como ele faz uso da água (rios e lagos) dentro do calendário ecológico amazônico, demonstrando suas estratégias e racionalidade na atividade pesqueira.

Na segunda fase, foi realizada a descrição dos processos de trabalho na atividade pesqueira da comunidade, com o objetivo de identificar os sujeitos sociais do trabalho na pesca para o autoconsumo familiar e a demanda do mercado, assim como sua rede de comercialização. A compreensão das relações existentes nesse processo de trabalho tornará possível identificar a renda extraída do trabalho realizado nas águas (rios e lagos).

Já no último capítulo, buscou-se revelar a renda da terra e da água extraída nas atividades agrícolas e pesqueiras nas comunidades. Esse capítulo foi realizado em três momentos.

Na primeira etapa, foi demonstrada a renda extraída na atividade agrícola realizada pelo camponês amazônico da comunidade, realizando uma análise teórica dessa renda.

Na segunda etapa, foi realizada, de forma demonstrativa a renda extraída, a partir da atividade pesqueira executada pelo camponês amazônico, na comunidade, com intuito de realização de um estudo teórico para que seja possível revelar a existência da renda da água.

Por fim, pretendeu-se decifrar de forma empírica e teórica as rendas da terra e água de trabalho na economia camponesa amazônica, objetivando evidenciar essas rendas extraídas desses trabalhos realizados pelos camponeses amazônicos.

CAPÍTULO 1 – VIDA SOCIAL NAS ÁGUAS DO RIO NEGRO

1.1 Ecossistema do rio Negro

Falar sobre o ecossistema do rio Negro nos remete a falar sobre a Bacia Hidrográfica Amazônica que é a maior bacia hidrográfica do mundo, ocupando aproximadamente 7.050.000 Km², ou seja, cerca de 34% da área total da América do Sul. (Lopes e Piedade, 2015). Sendo mundialmente conhecida por sua capacidade hídrica e quantidade de ecossistemas.

A região hidrográfica amazônica é constituída pela bacia hidrográfica do rio Amazonas situada no território nacional pelas bacias hidrográficas dos rios situados no estado do Amapá que desaguam no Atlântico Norte. (Mourão e Oliveira, 2017). O rio Amazonas é considerado o segundo maior rio do mundo em extensão, o Amazonas possui 6.992,06 Km² (IBGE, 2021), e mais de mil (1000) afluentes e subafluentes sendo assim o maior Rio do mundo em volume de água. (Pereira, et.al, 2011).

A nascente do rio Amazonas localiza-se nas geleiras dos Andes do Peru. O Rio Amazonas faz percurso pelos países: Peru, Colômbia e Brasil. Fazem parte, ainda, da bacia do rio Amazonas, os países: Bolívia, Equador, Venezuela e Guiana. (Ayres,1995; Pereira, et.al, 2011; Marinho et.al, 2015; Mourão e Oliveira, 2017).

O rio Amazonas nasce com o nome de Vilcanota e recebe depois as denominações de Ucayali, Urubamba e Marañon. Quando entra no Brasil, torna-se Solimões, até o encontro com o rio Negro, próximo de Manaus. Desse ponto até a foz, recebe o nome de Amazonas. (Ayres,1995; Mourão e Oliveira, 2017).

Neste ponto de encontro, entre o rio Negro e o rio Solimões, é o local em que se tem um ponto turístico: o encontro das águas (é um fenômeno que acontece na confluência entre o rio Negro, de água preta, e o rio Solimões, de água barrenta, onde as águas dos dois rios correm lado a lado sem se misturar por uma extensão de mais de 6 km), aspecto marcante desta bacia hidrográfica. Com suas colorações distintas, eles não se misturam, percorrem alguns quilômetros separadamente, até se misturarem completamente, e assim, sendo chamado, novamente, rio Amazonas. (Ayres,1995; Mourão e Oliveira, 2017).

No que diz respeito à coloração das águas dos rios, sendo este, mais um dos aspectos marcantes da bacia amazônica, temos rios: com águas transparentes e pretas (rio Negro); rios com águas turvas e barrentas (rio Amazonas) e rios com águas claras ou esverdeadas (rio Tapajós). Ver figura abaixo.

CARACTERÍSTICAS DOS RIOS AMAZÔNICOS SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE SIOLI (1951)			
Rios de águas brancas, barrentas ou amareladas	Ph entre 6.0 e 7.0 Intensa erosão Muitos sedimentos Ricos em sais minerais	Ricos em matéria orgânica	Várzeas muito férteis Poucos sedimentos argilosos
Rios de águas pretas, negras ou escuras	Ph entre 3.5 e 5.5 Pequena erosão Poucos sedimentos Presença de ácido húmico	Pobres em sais minerais	Escassez de peixes, insetos e plantas aquáticas
Rios de águas claras, cristalinas ou esverdeadas	Ph entre 4.0 e 7.0 Leito estável Ausência de várzeas Presença de cachoeiras e corredeiras Relevo pouco acidentado	Países de areias brancas e baixios arenosos	

Figura nº 02 – Quadro/Classificação das águas dos rios.

Fonte: SIOLI, 1951 (Adaptação: Autora, 2024)

Os rios de águas pretas, como o rio Negro, Tefé, Jutai, são águas cor café/Coca-Cola, por causa do alto conteúdo de húmus (ácido complexo orgânico, formado pela composição dos vegetais, por onde passa a água de percolação) dissolvido e do baixo nível de sedimentos. Planícies inundáveis (superfície pouco elevada acima do nível médio das águas, sendo frequentemente inundada por ocasião das cheias) de rios de águas pretas consistem em solos arenosos pobres em nutrientes, intercalados com praias arenosas e servem de suporte a um tipo de Floresta conhecida como Igapó (Furch, 1984; Junk, 1984, Prance, 1978, Ayres, 1995; Mourão e Oliveira, 2017).

Os rios de águas claras, como Xingu, Tapajós e Araguaia, assim como, os rios de água de águas pretas, eles podem ser muito pobres em sedimentos, mas em outras áreas podem ser ricos em matérias dissolvidas. Deste modo os rios de água clara têm maior variação na quantidade de sedimento aos rios de água preta. (Furch, 1984; Junk, 1984, Prance, 1978, Ayres, 1995; Mourão e Oliveira, 2017).

Os rios de águas brancas carregam muito sedimentos frequentemente originados dos Andes. Este sedimento é depositado nas terras baixas, criando extensas planícies inundáveis, as quais formam um complexo de ecossistema, de lagos, lagoas, ilhas, restingas, chavascas, paranás, e muitas outras formações. As planícies inundáveis de águas brancas ou Várzea (terrenos baixos e mais ou menos planos que se encontram junto à margem dos rios. Constituem, a rigor, na linguagem geomorfológica, o leito maior dos rios.), passam por modificações de longo e de curto prazo, como resultado da sedimentação e da erosão

florísticas de várzea. São frequentemente mais ricas em espécies e em biomassa que florestas inundáveis de rios de águas pretas. (Furch, 1984; Junk, 1984; Prance, 1978; Ayres, 1995; Mourão e Oliveira, 2017).

Diante das classificações das águas dos rios que compõem a bacia hidrográfica do rio Amazonas, tem-se nesta pesquisa o destaque para o rio Negro, para que assim, possa se entender de forma mais clara, o ecossistema em questão, por ser um dos afluentes do rio Amazonas que constitui a bacia hidrográfica amazônica, e onde está localizada a comunidade Dom Pedro II – Barcelos-AM.

A bacia hidrográfica do rio Negro abrange mais de 23 municípios, localizado em 4 países: Brasil, Colômbia, Venezuela e Guiana. Com aproximadamente 71 (setenta e um) milhões de hectares, cerca de 700 rios, 8 mil igarapés, e 2 dos maiores arquipélagos fluviais do mundo (Mariuá e Anavilhanas), a bacia do rio Negro é a maior bacia de águas pretas do mundo. (ISA, 2008).

O médio rio Negro compreende os municípios de Santa Isabel do rio Negro e Barcelos, somando uma extensão territorial de mais de 185 mil Km² e um pouco mais de 50 mil habitantes. O município de Santa Isabel do rio Negro, a antiga Tapuruquara, soma 62.800,078 Km² em seu território e 26.566 habitantes. Já Barcelos, conhecida pelo seu nome antigo - aldeia de Mariuá - fundada em 1728 e 1ª Sede da Capitania de São José do rio Negro, compreende uma extensão territorial de 122.461,086 Km² e 27.772 habitantes (IBGE, 2021).

O rio Negro é caracterizado por águas com altas concentrações de matéria orgânica não digerida, causando o escurecimento da água resultando em acidez e baixa concentração de nutrientes. Devido a esses fatores, por muitas vezes, denominado de rio da fome, quando comparado aos rios de águas brancas (Solimões).

No entanto, apesar da escassez de nutrientes, a bacia do Negro possui alta diversidade de espécies de peixes (ictiofauna). Há cerca de 450 (quatrocentos e cinquenta) espécies identificadas, e mais 40 (quarenta) delas só existem ali (são endêmicas - são aquelas cuja distribuição se restringe a uma área determinada, que pode ser uma cordilheira, um lago ou uma ilha, entre outros), entre essas, a cardinal tetra (*Pracheirodon axelrodî*), que já foi bastante explorada pela pesca de peixes ornamentais, conhecidos localmente por piabas. (ISA, 2013).

O ecossistema do rio Negro, assim como, demais rios do Estado do Amazonas, é influenciado pelo ciclo de enchentes/cheias e vazantes/seca, criando assim, uma paisagem em constante mudança. No período da cheia, vastas áreas de florestas ficam submersas, e os peixes e outros animais se movem para as áreas inundadas para se alimentar e se reproduzir.

Durante a estação da seca, os rios e lagos diminuem, deixando pequenas lagoas e poças que servem como habitats temporários para muitas espécies.

Nesse contexto vale ressaltar os tipos de vegetação desse ecossistema, em que se tem florestas de terra firme e florestas inundáveis. As florestas de terra firme ocupam 80 a 90% da área total da Amazônia. Latossolos amarelos e vermelhos correspondem a mais de 70% de toda a terra firme da Amazônia. (Ayres, 1995).

As florestas em áreas inundáveis representam de 5 a 10% da bacia Amazônica (Pires, 1973). Estão, geralmente ao longo dos grandes rios, em faixa cuja largura varia consideravelmente. [...] Existem na Amazônia vários nomes para as florestas inundáveis, em se tratando de rio Negro, é chamado de igapó, enquanto no rio Solimões é chamado de várzea. (Ayres, 1995, p. 13).

Os igapós são florestas inundáveis, localizadas ao longo das margens dos rios de águas claras e de águas pretas. Nos rios de águas pretas, os igapós são caracterizados pela baixa biomassa de plantas e uma grande variedade de comunidades de plantas de baixa diversidade (Braga, 1979).

Quanto às florestas de terra firme, elas situam-se geralmente em terrenos ondulados, a baixas altitudes, raramente excedendo 250m acima do nível do mar. (Ayres, p. 12). As florestas primárias de terra firme têm diferentes comunidades florísticas, que são geralmente representadas por pequenas ilhas de outros tipos de vegetação, importantes para a manutenção da diversidade faunística. (Ayres, p. 12).

É nesse ecossistema, compreendendo floresta de terra firme e florestas inundáveis, os igapós, que está localizada a Comunidade Dom Pedro II, em Barcelos, e que os sujeitos sociais da pesquisa estão inseridos, e que vamos analisar sua relação com meio nos itens a seguir.

1.2 Vida social na Comunidade Dom Pedro II

A área de estudo da pesquisa está localizada na margem direita do médio rio Negro, no Município de Barcelos-AM (ver figura nº 03). A Comunidade Dom Pedro II não possui uma associação nem mesmo documentação com data de criação dela. No entanto, ao realizar a entrevista com a Presidente da Comunidade, ela relatou ser filha dos Sr. Capão, fundador da Comunidade, que faleceu aos 96 (noventa e seis anos de idade, em 2015), e que a criação, passa dos 77 (setenta e sete) anos, conforme relata, L.C, 66 anos:

Meu pai era cearense, ele contava que chegou aqui para essas bandas, e se apossou daqui e que ele tinha, uns 22 anos. E aqui teve nossa família, e aqui hoje eu tenho minha família, e aqui vivemos, da pesca, da agricultura e caça, mas não temos tanta coisa, assim, de ter do bom e do melhor, ou o básico, na nossa comunidade, o que tem é o que a senhora está vendo.



Figura nº 03– Frente da Comunidade Dom Pedro II – Igreja Assembleia de Deus (A); Casas de moradores (B e C).

Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2017; 2018(Atualização, 2021/24).

As fotos acima revelam a frente de Comunidade, área de terra firme, esta parte sendo um pouco mais íngreme, em relação à parte em que se localizam outras moradias. Diferente de muitas Comunidades do Estado Amazonas, evidencia-se uma igreja evangélica a Assembleia de Deus, frequentada por seus moradores. As Comunidades, em sua maioria, foram estabelecidas com Igrejas Católicas, não à toa que Barcelos tem a Festa de Santo Alberto e Igreja de Nossa Senhora da Conceição (na Sede do Município).

Percebe-se que a Igreja, para além de lugar sagrado, também é um local de encontro dos comunitários, local de socialização, entre eles. No 1º (primeiro) contato com os Comunitários, era um domingo de manhã, e todos estavam reunidos, pois, após o culto dominical, eles tomam o café da manhã em coletividade. (ver figura nº 04).



Figura nº 04 – Igreja Assembleia de Deus (A) - detalhe: os calçados do lado de fora da Igreja; Os comunitários juntos a mesa, onde tomam o café, após o culto dominical (B).

Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2017. (Atualização, 2021/24).

A Comunidade Dom Pedro II atualmente possui 16 famílias residentes (dados atualizados em 2025), com certo grau de parentescos entre eles, filhos, irmãos, sobrinhos, que constituíram suas famílias e que saíram da casa de seus pais, porém permaneceram na Comunidade, mas em casas distintas. Dessas 16 famílias, participaram da pesquisa 10 representante de cada família, entre eles, homens e mulheres, presente no período da coleta de dados.

Na comunidade todos foram bem receptivos a participarem da pesquisa, pois eles relataram nunca terem participado assim de uma pesquisa, de forma que eles pudessem ser ouvidos e que pudessem falar do seu dia a dia e suas vivências, como relata, F.F, 39 anos:

Que vocês ouvem a gente falar do que a gente faz, pra depois escrever, sobre isso, e sobre a nossa comunidade. Aqui a gente participa de pesquisa, mas é só pergunta sem ter uma conversa de tudo que a gente faz, precisa pra cá, a gente até responde, mas nunca chega nada pra gente, mas esse é nosso lugar e eu não troco por nenhum outro.

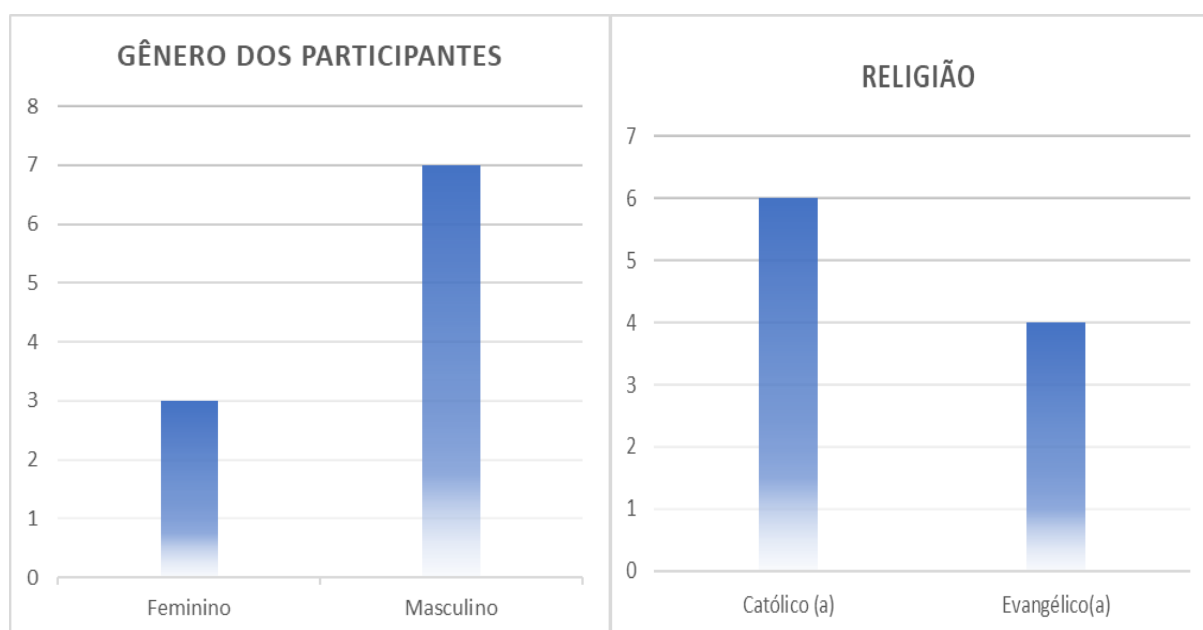


Figura nº 05 - Gráfico: Dados dos participantes, quanto a gênero e religião.

Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2017 e 2018 (atualização em 2021/24).

Conforme a figura nº 05, acima, foram entrevistados, em sua maioria, os homens, porém houve a presença de suas esposas que também fizeram parte, de forma significativa, nas respostas as entrevistas e formulários aplicados, e assim verifica-se que há uma união e divisão de tarefas nos trabalhos exercidos pela família. A mulher ainda fica com trabalhos domésticos, e o homem, na pesca e caça, porém na agricultura pode-se perceber a presença de ambos e também das crianças, mas, quando as viagens para pescarias são longas, as esposas acompanham seus maridos.

Mesmo com a igreja evangélica na Comunidade, os participantes, em sua maioria, se autodeclararam católicos, sendo 6 (seis) católicos e 4 (quatro) evangélicos (ver gráfico nº 05, acima) , o que pode ocorrer é o que foi mencionado anteriormente, a igreja também é o lugar de socialização dos comunitários, pois os cultos são realizados aos domingos.

Quanto ao tempo de moradia dos comunitários, variou entre mais 10 (dez) e mais 40 (quarenta) anos de moradia, (ver figura nº 06, abaixo). São donos desses lotes herdados de seus pais. As áreas de suas residências não possuem títulos definitivos, são de posses mesmo, por tempo de moradia. Isso diz respeito também ao local de nascimento dos participantes, somente 2 (dois) não tinham seus locais de nascimento em Barcelos, um era de Manaus e outro de Careiro da Várzea, ambos, municípios do Estado do Amazonas.

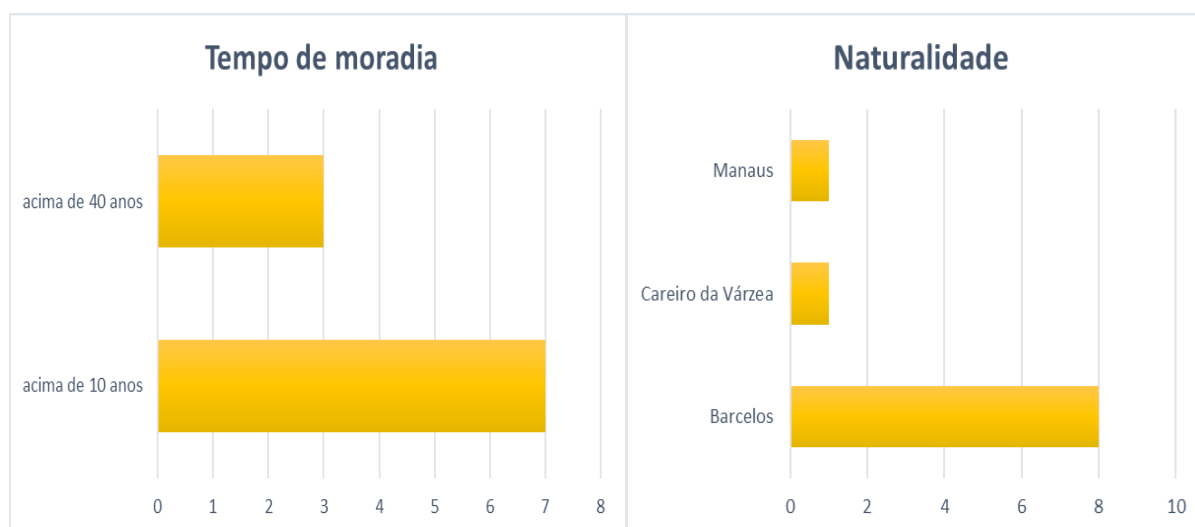


Figura nº 06 - Gráfico: Dados dos participantes, quanto tempo de moradia e naturalidade.

Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2017 e 2018 (atualização em 2021).

As atividades econômicas (atividades serão descritas e tratadas nos capítulos seguintes) exercidas pelos moradores é ou são as mesmas que ocorrem em muitas Comunidades do interior do Estado do Amazonas, ou seja, vivem da atividade pesqueira, agrícola e caça, complementando suas rendas com auxílio defeso, bolsa família, aposentadoria, entre outros benefícios, que, por um acaso, o Governo Federal ou Estadual possam estar contemplando essas famílias. Essas atividades são realizadas e combinadas de acordo com o calendário ecológico (enchente/cheia e vazante/seca), que para eles é inverno (março a agosto) e verão (setembro a fevereiro), dados coletados em campo, conforme relata, R.M. 67 anos:

Aqui e gente vive, da pesca, da agricultura e da caça, a família toda nessas atividades, aí alguns, recebem bolsa família, auxílio defeso, eu sou aposentado, então, tenho isso e mais as outras atividades e assim a gente vive e estamos vivendo até hoje, com filhos e netos, no inverno e verão a gente trabalho e vive.

Na Comunidade foi também possível constatar uma escola (ver figura nº 07 – A, abaixo) multisseriada da Semed de Barcelos, que atende até o ensino fundamental 1 (da alfabetização ao 5º ano). O professor muitas vezes vem da cidade (Sede de Barcelos) para morar na Comunidade, porém há uma descontinuidade, pois muitas vezes eles se casam e saem dela (relatos extraídos em campo).

As condições precárias para realizar com eficiência seu trabalho, por falta de estrutura e material, também é uma das dificuldades de permanência deles no local, fator dificultador para muitos comunitários que queriam terminar seus estudos. Nessa questão sofre com o descaso tanto o professor quanto os que querem ter acesso aos estudos.

Outra dificuldade vivenciada por eles, por não darem continuidade aos estudos, é a distância da Comunidade para Sede de Barcelos, pois o custo inviabiliza a ida e volta para estudar, como releta L.F.A, 23 anos:

Eu parei até a 5ª série pois, não dá pra ir a cidade, todo o dia pra estudar, eu também engravidei, tenho 2 filhos pra cuidar, cuidar da casa, e fico aqui, enquanto meu esposo sai pra pescar e caçar, tenho minha mãe que mora aqui próximo, nossa vida é essa.

Infelizmente, essa não é uma realidade apenas da escola, na Comunidade Dom Pedro II, é a realidade, transcrita acima, dessa jovem e mãe. Em Manaus, da mesma forma, verifica-se a precariedade das escolas públicas, creches que não têm para todas as crianças, e com isso, na maioria das vezes, a mãe que precisa trabalhar para manter os filhos, não tem acesso a essa política pública que precisa ser efetivada, uma vez que o estudo é dever do Estado e direito de todos e está assegurado na Constituição Federal de 1988.

A Comunidade também possui um posto de saúde (ver figura nº 07 – B, abaixo), porém não é utilizada. Os comunitários são atendidos pelo DSEI (Distrito de Saúde Indígena) de Barcelos. Então, identifica-se assim mais um descaso do poder público nessa comunidade no que diz respeito à saúde, outra realidade que atinge o Estado do Amazonas como todo.



Figura nº 07 – Escola Multisseriada da SEMED-Barcelos/AM (A); Local do Posto de Saúde. (B).
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

Entra-se aqui na questão sobre a autodeclaração dos comunitários, pois, a depender da situação, alguns se autodeclararam indígenas. Cabe ressaltar que a Comunidade Dom Pedro II não está inserida em uma área oficialmente indígena demarcada de Barcelos-AM., mas a Comunidade é atendida pelo DSEI de forma presencial, quinzenal e ou mensal. O importante é que os comunitários possuem, de forma um pouco precária, atendimento à saúde. (Benfica; Carvalho e Witkoski, 2019). Nessa pesquisa iremos denominá-los sociologicamente de camponês amazônico, conforme mencionada na introdução.

A Comunidade tem como espaço de lazer apenas uma área desmatada e capinada para que possa ser utilizada como campo de futebol, tanto para adultos como para crianças. (ver figura nº 08, abaixo).



Figura nº 08 – Campo de futebol.

Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

O lazer na Comunidade não se resume apenas ao campo de futebol, há o rio e os lagos, nos quais as crianças, brincam, aprendem a nadar, pescar, socializam com seus familiares; as brincadeiras ocorrem também, durante o processo de aprendizado nas atividades exercidas pelos adultos, há, de forma incontestável, toda uma socialização dentro da família. Relato de T.B.N, 65 anos, sobre umas brincadeiras na sua infância:

[...] então tinha uma escada de madeira grande por onde se descia e subia para o rio, para tomar banho; na época de manga, a gente juntava uma bacia de manga e ia para o porto, o porto era onde a gente lavava a roupa, tomava banho, todas essas coisas. A gente levava uma bacia de manga e ficava chupando manga, e depois no final pegava os caroços para brincar, você jogava o caroço bem distante e jogava para pegar, e eu sempre conseguia pegar meus caroços, que eu jogava no rio e eu ganhava; quem voltava com o caroço na mão, você marcava ponto, essa era nossa brincadeira, muito arriscada mas era nossa brincadeira, e também quando tinha temporal, que o banzeiro ficava grande, a gente corria para o rio, e brincar naquele banzeiro que a gente adorava, se jogava, e era jogado pela onda de volta para areia, era arriscado, mas era nossa brincadeira e quando a mamãe aparecia lá em cima no pé da tal escada de madeira, ela já vinha com o cipó de goiabeira e começa a gritar, e a gente subia e ainda levava umas lambadas de cipó de goiabeira que ficava marcado na gente, então era essa nossas brincadeiras arriscadas.

Quanto ao saneamento básico da Comunidade, a fonte de abastecimento de água da Comunidade é do curso d'água, (rio Negro) e a captação dela em sua maioria é realizada de forma manual, nesse aspecto, apenas duas moradias possuem caixa d'água com motor bomba. A água essa que serve tanto para consumo do dia a dia quanto para as atividades agrícolas.

Quanto ao tratamento dessa água, apenas duas famílias relataram colocar cloro nela, as demais não realizam nenhum tipo de tratamento de água. Abaixo, na figura nº 09, pode ser observado um lugar onde se lavam as roupas (A) e utensílios de cozinha que foram lavados (B).



Figura nº 09– Lugar onde lavam as roupas a margem do rio (A); Utensílios de cozinha na escada da casa (B).

Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

Quanto à fonte de energia elétrica, a Comunidade utilizava gerador coletivo (ver figura nº 10 - A, abaixo), até final de 2021, para o qual todos colaboram financeiramente para que seja realizada a compra do diesel a fim de o gerador funcionar. Atualmente já possui energia

elétrica do linhão Barcelos Cauburis, ver figura nº 10 - B, abaixo. É utilizada para uso doméstico e para algumas máquinas que porventura alguns moradores tenham na comunidade para processos agrícolas.



Figura nº 10 – Gerador de energia da Comunidade (A) e fiação de energia elétrica, proveniente do linhão(B).

Fonte: Autora – trabalhos em campo, 2018(Atualização, 2021/24).

Quanto ao lixo e aos dejetos gerados pelas famílias, conforme a aplicação dos formulários, as famílias realizam o processo de queimada, ou seja, queimam-se os resíduos gerados por eles. Quanto aos resíduos maiores, como casco de geladeira, fogões e outros, eles

podem ser observados jogados no terreno na Comunidade ou na margem do rio. (Ver figura nº 11, abaixo).



Figura nº 11– Cascos de geladeiras (A) e fogões (B).
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

No que diz respeito aos dejetos humanos, eles o fazem de forma precária, ou seja, a céu aberto (relato da infância, abaixo, T.B.N, 65 anos) ou em área externa da casa, em uma casinha (ver figura nº 12, abaixo), na qual existe um buraco onde realizam suas necessidades

fisiológicas, uma vez que não possuem banheiro em suas casas, água encanada nem nenhum tipo de fossa séptica.

A higiene pessoal era assim, nós não tínhamos um banheiro, não tínhamos um vaso sanitário, o que o pai fazia, encontrava uma madeira, uma árvore bem grossa, uma árvore grande e grossa, mas que desse para os pequenos subir naquela árvore, então você subia, abaixava a calçola e ficava de cócora lá, em cima daquela árvore caída, vamos dizer, de atravessado em uma parte do terreno, mas distante da casa e ali você ia e fazia sua caquinha; agora como é que se limpava, pegava as folhas que ficavam por perto daquelas arvorezinhas, daqueles matos pequenos, as folhas lisas, não podia ser com pelinho, então tinha que ser uma folha lisa, então se limpava o bumbum com aquela folha e jogava para trás onde tinha caído a caquinha, de lá você saía e descia a escada e ia lá no rio, tirava a calça, lavava, o bumbum e subia de novo, vestia a calça e subia de novo para casa, então esse era o processo.



Figura nº 12 – Casinha externa (banheiro).

Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

Quanto à estrutura das casas na Comunidade varia entre a estrutura madeira, mista (alvenaria e madeira) e de palha (Ver figura nº 13, abaixo). São casa com mais de 2 compartimentos. Os terrenos para cultivo, na maioria das vezes, estão localizados na frente, atrás das casas ou do lado.



Figura nº 13 – Estrutura das casas na Comunidade: Madeira (A) e (B); Mista (C) e Palha (D).
 Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

Com a descrição acima, pode-se observar que a Comunidade com mais de 70 anos de existência ainda possui precariedade com a falta saneamento básico entre outros aparatos institucionais para ser uma comunidade mais desenvolvida.

Nesse contexto, entra-se no ser social deste camponês amazônico, em que o mesmo sem ter o mínimo de infraestrutura básica para sua reprodução mantém-se através de seu saber, produzindo e reproduzindo simbólica e materialmente sua cultura, por meio das atividades e das relações realizadas na floresta, na terra e nas águas. (Witkoski, 2021).

Esse ser, nesta pesquisa, o camponês, por ser um homem/mulher do e no campo, é uma denominação teórica e política que representa resistência e reexistência de um modo de vida não capitalista interligado direta e constantemente, ao modo de produção capitalista. Existem interpretações das mais diversas ao camponês e ao campesinato a nível regional, nacional e global. A ênfase é sempre demonstrar e evidenciar a importância dele no campo teórico e empírico. (Benfica, Carvalho e Witkoski, 2019).

O conceito de camponês possui laços históricos com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, na Rússia, final do século XIX e início do século XX, mas há

particularidades oriundas do lugar e tempo histórico atuais, pois, assim como o sujeito, as teorias não são engessadas. Afinal, “o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo [...]” (Shanin, 2005). Já naquele contexto histórico e político, foram pensadas correntes teóricas antagônicas (figura nº 14 do quadro - Teorias sobre o campesinato). (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

Teórico	Teoria	Tese	Consequência
Kautsky (1899)	A superioridade da grande propriedade	A grande propriedade agrícola é superior tecnicamente e mais eficaz em relação à pequena propriedade.	“Industrialização da agricultura”; Diminuição ou desaparecimento do camponês.
Lênin (1899)	A desintegração do campesinato	Se baseia na desintegração do campesinato, que cria um mercado interno para o capitalismo ocasionando a diferenciação social no campo e um crescimento das grandes propriedades à medida que se desintegram os camponeses, ou seja, o desaparecimento do campesinato é inevitável.	Surgimento das classes: burguesia rural X operário rural (com a perda dos meios de produção)
Chayanov (1925)	A unidade econômica camponesa	A família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e, em segundo plano, para acumular capital. O campesinato é um modo de produção, com relações não capitalistas.	Racionalidade camponesa; Diferenciação demográfica pela “equação braços e bocas”; Permanência e resistência dos camponeses.

Figura nº 14 - Quadro sintético sobre as teorias clássicas sobre o campesinato.

Fonte: Alves *et al.* (2016).

Organização: BENFICA, CARVALHO e WITIKOSKI, 2019.

Para uma análise sobre o **campesinato** e o camponês, é necessário retomar a uma breve releitura sobre os clássicos que dedicaram parte de suas pesquisas para entender a inserção do capitalismo no campo e suas consequências. Nesse contexto, Kautsky (1980), Lênin (1982), e Chayanov (1974), analisaram o campesinato europeu no fim do século XIX e início do século XX no momento do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Karl Kautsky, em *A questão agrária* (1980), descreve a inserção do capitalismo na atividade agrícola, elucidando as transformações ocorridas dentro dessa nova dinâmica de produção. A tese de Kautsky se baseava na superioridade técnica da grande propriedade agrícola que seria mais eficaz em relação à pequena propriedade, o que levaria a uma industrialização da atividade agrícola. Kautsky (1980) afirma que a grande propriedade seria a melhor unidade para o desenvolvimento das atividades do modo de produção capitalista, portanto a pequena propriedade de produção agrícola tenderia a diminuir ou desaparecer.

Ele descreve algumas consequências do capitalismo na agricultura, como: o êxodo rural, diminuição das propriedades camponesas, integração agricultura-indústria, objetos

industrializados para agricultura, onde o camponês se tornaria dependente do capital (Kautsky, 1980). Assim, vê-se que ele é um dos teóricos clássicos que não acreditava na capacidade da pequena propriedade (e do camponês) acompanhar as transformações técnicas dentro da atividade agrícola no decorrer do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Também no viés de desaparecimento e/ou desintegração do campesinato, Lênin, em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1982), se baseava na tese de que com o desenvolvimento do capitalismo esse modo de produção criaria um mercado interno e logo acarretaria uma divisão dentro do campesinato, a partir de uma diferenciação social: pobres *versus* ricos, proletariado rural e burguesia rural.

A desintegração do campesinato ocorreria porque as pequenas propriedades e consequentemente os produtores seriam levados ao assalariamento nas grandes propriedades ou nas grandes cidades. O camponês ficaria subordinado totalmente ao mercado no que diz respeito ao consumo familiar e aos produtos utilizados na atividade agrícola. O avanço do capitalismo inevitavelmente desintegraria o camponês.

Kautsky (1980), e Lênin (1982), consideravam que, à medida que o capitalismo avançasse no campo, o campesinato tenderia a diminuir ou desaparecer. Eles compreendiam o campesinato como partes dos processos que ocorriam no interior das relações capitalistas, não como modo de produção. Com essas relações capitalistas ocorrendo, os pequenos proprietários familiares seriam conduzidos ao assalariamento ou a integração agricultura-indústria.

Alexander Chayanov, em *La Organización de la unidad económica campesina* (1974), contraria a tese de desaparecimento e/ou desintegração do campesinato, a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica de produção camponesa. Ele analisa o funcionamento interno das unidades produtivas da família camponesa as quais trabalham para atender as necessidades de consumo e de subsistência da família, com a denominada “equação de braços e bocas”, isto é, a relação entre os membros da família que trabalham e produzem e os membros da família que apenas consomem (Alves, *et al.*, 2016). A unidade camponesa não é capitalista por não existir o assalariamento do trabalho nem uma acumulação de capital.

Chayanov (1974), considerou o campesinato como um modo de produção. As principais características nas unidades produtivas camponesas são: força de trabalho familiar, pequena propriedade (local das atividades), a própria família produz seus meios de produção, e, às vezes, alguns membros da família realizam trabalhos não agrícolas para complementar e ajudar na manutenção da família e da unidade de produção.

Ele delinea uma racionalidade camponesa relacionada a equação braços e bocas diferentes da racionalidade capitalista de produção, pois a força de trabalho familiar é o elemento fundamental para o reconhecimento de uma unidade camponesa. A própria família define e redefine, a partir da necessidade de consumo e produção, o trabalho e a quantidade de trabalho a ser executado para satisfazer tais necessidades familiares.

A permanência e resistência do camponês são oriundas de sua racionalidade e estratégias, o que possibilita a inserção e coexistência do camponês nos mais diversos modos de produção, incluindo o capitalista. O campesinato, como classe social e modo de produção, cria estratégias de autorreprodução no desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Os camponeses se integram ao modo de produção capitalista para a obtenção de dinheiro e, portanto, aquisição de outras mercadorias, isto é, eles “persistem ao mesmo tempo em que se integram à economia capitalista circundante” (Shanin, 2005), e assim ocorre com o ser pesquisado, o camponês amazônico. (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

O material e o imaterial estão presentes no processo de trabalho camponês, no qual “o trabalho é mediação, significa troca de energia entre o homem e a natureza, em um devir quantitativa e qualitativamente cada vez mais complexo” (Witkoski, 2021, p. 129, baseado em Marx e Engels). (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

Chayanov “procurou ver o camponês a partir de sua lógica interna de sobrevivência, ressaltando suas estratégias e racionalidades”, o que pode ser observada nas atividades realizadas na Comunidade Dom Pedro II, nos capítulos seguintes. (Bosetti, 2012, p. 143). A racionalidade camponesa detém o material, o imaterial, e não visa exclusivamente à obtenção de lucro. (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

Em um viés material, são realizadas a produção e a comercialização de mercadorias para o abastecimento familiar, a reprodução econômica da família e a troca de bens entre os indivíduos. Em um viés imaterial, destacam-se o etnoconhecimento, a troca de saberes entre os indivíduos, a conservação da biodiversidade, a religiosidade, as crenças, os mitos, entre outros. (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

Esse breve panorama dos clássicos sobre campesinato auxilia na pesquisa realizada na Comunidade Dom Pedro II - Barcelos no estado do Amazonas (Brasil). A pesquisa, portanto, utiliza-se o conceito de camponês entendendo a existência de uma diversidade camponesa no Brasil: sertanejos, caipiras, quilombolas, caboclos, ribeirinhos etc. O camponês, trabalhador e morador da várzea amazônica, é uma denominação sociológica tendo como base teórica: Chayanov (1974), com o funcionamento interno da unidade camponesa e Witkoski (2010)

com o camponês amazônico e ecossistema de várzea, que por analogia será analisado no ecossistema do rio Negro, em igapós, ilhas, igarapés de águas pretas.

Com os embasamentos teóricos sobre campesinato já abordados, adentra-se no conceito de trabalho. Diante disso, verifica-se a importância do trabalho buscando uma associação do conceito de trabalho em Marx (2014) e o camponês amazônico, no uso dos ecossistemas no estado do Amazonas, especificamente no rio Negro.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida. (Marx, 2014).

O trabalho do camponês amazônico com as atividades agrícolas e pesqueiras é realizado conforme suas adaptações e estratégias (calendário ecológico amazônico). Segundo alguns estudos (Witkoski, 2021; Cruz, 2007), o trabalho do camponês amazônico é primordial para desenvolvimento de certas produções e na obtenção de renda da agricultura e da pesca.

O camponês, detentor de sua força de trabalho, apropria-se da natureza de forma intencional para sua reprodução (social, econômica, cultural, política etc.). O trabalho é entendido como um elemento fundamental nas relações dos homens entre si e com a natureza onde o meio de produção especificamente é proporcionado pela natureza (terras e águas). Como destaca Witkoski, (2021), “o ato de trabalhar humano é, desse modo, mediado por uma concepção prévia; a ação humana é sempre uma ação teleológica, de sentido genérico, que é respaldado por “qualquer” conhecimento”.

Marx (2014) divide os componentes do processo de trabalho em três: 1. Atividades adequadas a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2. A matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e 3. Os meios de trabalho, o instrumental de trabalho. Seguindo essa linha de raciocínio, observa-se que os camponeses amazônicos são: 1 possuidores de sua força de trabalho; 2. Têm a terra e água como objeto de trabalho; e 3. Seus instrumentos muitas vezes são produzidos por eles próprios, principalmente na atividade pesqueira.

A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independente de ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. Assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água. (Marx, 2014).

Destaca-se que trabalho é um conceito fundamental nas relações do camponês amazônico e sua racionalidade produtiva devido a imposição dos ciclos das águas nas atividades produtivas realizadas por ele na agricultura e na pesca, como destaca Penner (1984,

p. 19), “a água assume na Amazônia, proporções extraordinárias, dando ao homem uma dependência poderosa”.

Dessa forma, compreende-se a realidade da Comunidade Dom Pedro II e suas particularidades, pois a denominação aqui de camponês amazônico foi uma interpretação de um ser da várzea, especificamente no rio Solimões e que está sendo analisado agora e em particular no rio Negro.

Nesse sentido, o camponês da Comunidade Dom Pedro II poder ser identificado como: 1. Camponês Indígena; 2. Camponês Caboclo; 3. Camponês Ribeirinho; e 4. Camponês Tradicional.

Todas essas tipificações de campesinato, podem ser explicados pelo modo de vida que compreende, principalmente a pesca existente no rio Negro, onde os peixes capturados são comercializados nas cidades ou para exportações.

Nos capítulos seguintes, abordaremos as atividades produtivas, socioprodutivas, realizadas pelas famílias camponesas amazônicas na Comunidade Dom Pedro II.

BOX 1**CONTO CONTADO**

“Com o terreno bem grande nas laterais, frente e laterais que tinha também árvore, como pé de limoeiro, limeira, tinha cajueiro, mangueira, goiabeiras, pés de mari, bananeiras e também tinha a outra parte que era o canavial; que meu pai plantava a cana, quando nessa época também tinha a **recessão** de não ter o açúcar, né, então se usava a cana, ele mesmo com **suas mãos fez a engenhoca**, para tirar o sumo da cana e ferver para fazer o açúcar que se tornava uma rapadura e depois se quebrava - minha mãe fazia esse trabalho - para ficar mais granuladinho, que era açúcar; isso na recessão quando a gente quando não tinha o açúcar e o café que foi nos anos 60 e pouco, então minha mãe fazia isso, então o café que ia para cidade de Barcelos, era o café em grão, você comprava em grão e tinha que torrar em casa, minha mãe fazia tudo isso, e também ela tinha um pedaço de terra que era plantado o café, mas o café só dava uma vez por ano, então esse café era colhido e ela fazia torração do café em casa; uma colher desse café, hoje eu vejo que ele daria um litro de café, e lá nós chamávamos de bule, que era de alumínio ou esmalte né, tá então essa era nossa vida do dia-dia, ia para escola, de canoa, éramos muitos pobres, carentes mesmo [...] As hortaliças que minha mãe tinha, não era na roça e sim no terreno perto de casa, então lá tinha a Couve, maxixe, era o que mais tinha, era mais fácil de pegar e também na roça era plantada a melancia, porque a melancia é rasteira, assim como tinha também perto das hortaliças, das leiras, né, e muitas pimenteirias [...] a cebolinhas com o coentro já eram mais delicadas, era um canteiro suspenso que mamãe fazia de madeira, fazia o assoalho de pau, forrava com folha, aquele terra queimada dos lixos, lá da roça, aquela terra era trazida para esse canteiro que era um quadrado suspenso de madeira e ali era plantado a cebolinha e o coentro; a semente do coentro quando ela secava, ficava para outra remessa, e a cebolinha era fazendo as mudas que a mamãe fazia, tudo ganho pelas freiras, que elas davam e você já ia fazendo em sua casa, entendeu? era assim, mas isso não era todas as pessoas que faziam, não era todas as pessoas, só aquelas de muita coragem como a mamãe [...] As fruteiras eram do terreno, foram plantadas, nossos pais plantavam, desde a mangueira, limoeiro, limeira, mari, goiabeiras, ingazeiros, mari pode ser nativo mas ele foi plantado lá, no nosso terreno, ele foi colocado lá, no entanto que ele ainda era pequeno...já estava dando fruta, ele é uma árvore muita crescida, muito alta quando começa a dar, então esse pé de mari que tinha ele já estava começando e jambeiro, tínhamos um pé de jambeiro, que já produzia, já dava muita fruta, então as nossas frutas eram naturais plantadas em nosso próprio terreno, mas os outros terrenos tinham muitas mangueiras, muitos cajueiros, como nós também tínhamos muitos cajueiros plantados em casa, bastante cajueiros; todos terrenos tinham, um ia dando semente para o outro para plantar, trocas de semente, ia dando e ia plantando, então era assim, por exemplo, se a mangueira estava muito carregada, e para não estragar aí o seu fulano de tal ia lá e dizia "vai lá que tem muita manga", e a gente ia, assim não se estragava. O desmatamento para fazer a roça era meu pai que fazia, depois de toda a madeira e folhas caídas se juntava todos os paus e galhos e fazia um monte grande que se dava o nome de **Coivara**, que é aquele monte de madeira seca que você tinha que tocar fogo para queimar, depois que ficava os troncos das árvores naquele quadrado você ia destocar com enxada ou terçado para ficar plaineiro o terreno, para depois você fazer a plantação da mandioca; depois que mandioca cresce, você tem que ficar todo tempo cuidando daquela roça, ficar capinando para o mato não invadir, e assim era o todo tempo até completar o tempo daquela mandioca estar madura para ser arrancada, colhida de lá”.

(T.B.N, 65 anos).

CAPÍTULO 2 – PRÁTICAS AGRÍCOLAS NA COMUNIDADE DOM PEDRO II – BARCELOS -AM.

É necessário ressaltar que, no médio rio Negro, onde está localizada a Comunidade Dom Pedro II, assim como muitas comunidades do Estado do Amazonas, a base da economia é o plantio de roça, pesca e o extrativismo. Nesse sentido, cabe realizar uma breve contextualização sobre a produção agrícola familiar/camponesa e a agricultura capitalista para que se possam ser entendidas a produção agrícola e a atividade na pesca executada pelos camponeses amazônicos da Comunidade Dom Pedro II.

A “*agricultura capitalista*” se configura na exploração de força de trabalho assalariado que se baseia na fórmula D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), ou seja, o capitalista investe para obter mercadoria, que, ao ser comercializada, se transformará em dinheiro, sendo ele com um excedente. “Neste caso, o fim último da propriedade privada da terra é a exploração do trabalho alheio, para extração de mais valia.” (Paulino, 2006, p. 30). É importante ressaltar que nessa prática a produção é de monocultura o que os diferencia da produção agrícola familiar, na qual eles têm uma diversidade de cultivos. (Nascimento, 2014).

Na produção agrícola familiar camponesa, vê-se que o trabalho é realizado pela família é em busca de um objetivo, ou seja, busca de mercadorias que ela não produz ou que deixa de produzir, visando apenas atender às necessidades básicas da família, sem procurar acumular e ou assalariar mão de obra de terceiros. A fórmula em que esse grupo social se baseia é a M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), a partir da qual produzem mercadoria para obter dinheiro e assim adquirir outras mercadorias. (Nascimento, 2014).

A terra, assim como o rio (águas), são componentes fundamentais e primordiais para produção familiar, tornando-se, desse modo, um bem natural, pois não pressupõe trabalho acumulado, fazendo com que se diferencie da produção capitalista. Com isso, observa-se o porquê dessa contradição que vem de dentro do modo de produção capitalista. (Nascimento, 2014).

Para tanto, vamos esclarecer quais elementos são necessários para se configurar em uma produção agrícola familiar camponesa. A partir de tal esclarecimento, verifica-se como é executada a atividade agrícola no campo amazônico, também. (Santos, 1978 e Oliveira, 1996).

1. O primeiro elemento que caracteriza a produção agrícola familiar/camponesa é a **força de trabalho familiar**, que, diga-se de passagem, seria a energia que faz funcionar todo o processo de produção. Nesse item, cada membro da família realiza um trabalho de acordo

com a necessidade da demanda da produção, tornando-se, dessa forma, um trabalho coletivo observando-se uma divisão de trabalho por gênero (homens, mulheres e crianças).

Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica de trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada de vários membros da família. (SANTOS, 1978, p. 33-34)

2. Quando a família não consegue atender a demanda, aparece nesse momento outro elemento que é o da ajuda mútua de outros produtores familiares, cabendo contextualizar a que a forma mais comum de se apresentar são os **mutirões/ajuri/ ajuda mútua**, os quais acontecem em muitas comunidades em busca de um objetivo, conforme relato, abaixo:

[...] a farinhada de meia, minha mãe ajudava (mutirão entre famílias) e no final de todo o trabalho da farinha pronta, era repartido meio a meio, metade para eles donos da roça e metade para minha mãe, e assim quando também a da mamãe estava pronta era o mesmo método, e também uma outra família, só sabia que o nome era José Vaqueiro porque ele tomava conta do gado dos padres, e a minha mãe ia e eu também ia para essa casa mais longe um pouco, por trás de Barcelos na época, ia para fazer essa farinhada; eu geralmente não trabalhava, mas carregava um bebê que chorava muito, por nome Messias, e eu carregava essa criança; depois de dias trabalhado minha mãe ganhava a parte dela, dessa farinhada. Relato no contexto amazônico, T.B.N., 65 anos.

3. Os produtores familiares não possuem condições financeiras suficientes para assalariar mão-de-obra quando necessitam realizar uma entrega em tempo hábil, dessa forma utiliza-se a forma em **parceria**, por meio do qual outro produtor agrícola familiar/camponês divide custos e ganhos da produção. Esse seria o terceiro elemento que caracteriza a agricultura familiar/camponesa. Logo, isso pode ocorrer nas pescarias, em se tratando de contexto de pesca na Amazônia.

4. O **trabalho acessório** também surge como elemento da produção agrícola familiar/camponês, no qual o produtor trabalha uma parte do tempo recebendo um salário (fora de sua propriedade, podendo ser na cidade, em outra atividade econômica), sendo assim uma renda complementar, não deixando, no entanto, de perder raízes camponesas, pois ele possui suas culturas em sua propriedade.

5. Em seguida, temos a existência da presença da **força de trabalho assalariado**, o qual se baseia no assalariamento ocorrendo no interior da unidade familiar. Esse tipo ocorre, muitas vezes, devido a outra família não ter membros suficientes para realizar uma tarefa que exige rapidez, sendo imprescindíveis mais pessoas que trabalham, às vezes, somente no tempo da colheita e recebem salário por este trabalho.

Em primeiro lugar, essa contratação, em geral, se deve ao ciclo da existência da família camponesa, pois há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros

da família não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços. (OLIVEIRA, 1996, p.58)

6. Entre tantos itens, não se pode deixar de destacar a **socialização camponesa** que existe na unidade familiar, mediante o qual os membros da família ao atingirem 12 e 14 anos começam a desempenhar atividades dentro da unidade familiar, no caso da comunidade Dom Pedro II, conforme o relato abaixo, a iniciação às práticas agrícolas começa aos 7 (sete) anos. Não se pode deixar de ressaltar que a família camponesa possui muitos integrantes e com isso a busca por melhorias incentivam muitos filhos de produtores a migrarem para as cidades.

Nesse momento desencadeia a contradição no seio da unidade familiar: o jovem precisa continuar na propriedade, pois é parte integrante da força de trabalho familiar; aí permanecendo, garante a reprodução do processo de trabalho camponês. No entanto, com o aumento da família, a migração é inevitável. (OLIVEIRA, 1996, p.60).

7. Nesse item destaca-se a **propriedade da terra**, propriedade essa, familiar, porém nessa propriedade não se explora o trabalho alheio como ocorre na propriedade capitalista, já que aqui o instrumento de trabalho é do próprio trabalhador, terra de trabalho. Quando ocorre o contrário, é que se denomina a sujeição da renda da terra ao capital.

Tendo em vista o nível de desenvolvimento das forças produtivas que se encontra na produção camponesa, a terra é o meio fundamental para o camponês. Além disso, as condições históricas que geraram os núcleos coloniais camponeses marcaram-nos com a propriedade capitalista da terra. No modo capitalista, a terra é equivalente de mercadoria, e assim determinada é que ela se antepõe ao camponês, obrigando-a comprá-la para converter em seu proprietário privado. (SANTOS, 1978, p. 48)

8. **Propriedade dos meios de produção**, neste contexto, eles são os donos de suas forças de trabalho, de suas ferramentas e trabalham em suas terras. Eles são detentores dos seus meios de produção, relacionam-se com o capital ao adquirirem mercadorias que os tais agentes não produzem ou não possuem.

9. **A Jornada de trabalho**, quanto a esse item, pode-se ressaltar também tamanha importância, visto que como existe na indústria uma rigidez na jornada de trabalho, na unidade camponesa isso não ocorre, uma vez que ocorre uma variação de jornada varia de acordo com a época do ano, no contexto amazônico, vai de acordo com o calendário ecológico (enchente/cheia e vazante/seca).

Dessa forma, com as características dos elementos da produção agrícola familiar camponesa acima, vamos poder analisar como está configurada a produção agrícola camponesa na Comunidade em questão, Dom Pedro II.

Vale entender, contudo, qual a diferença da produção agrícola familiar camponesa da agricultura capitalista, que nada mais é o fato de acumularem o capital a partir da exploração da força de trabalho familiar, no seu cultivo não há uma diversidade de culturas, ou seja, é monocultura, produção em larga escala, diferente da produção agrícola familiar que há uma diversidade de cultivo.

Na agricultura capitalista, a produção é como se fosse uma indústria, na qual os trabalhadores são assalariados, obedecendo a uma jornada de trabalho, possibilitando o grande capitalista lucrar através do excedente.

A lógica inerente à propriedade capitalista é a possibilidade de obtenção de lucro, o qual resulta da exploração do trabalho. Ou seja, o lucro é parte do valor produzido pelo trabalho, subtraído dos trabalhadores. Em se tratando da atividade agrícola, a ele soma-se a renda capitalista da terra. (PAULINO, 2006, p.31)

Para entender melhor a diferença da agricultura capitalista da produção agrícola familiar camponesa é necessário analisar como as relações estão estruturadas internamente, pois o capitalista pode monopolizar um território sem que o camponês perceba tal atitude, que são estratégias utilizadas pelos capitalistas para se apropriarem da renda gerada pela sujeição da terra camponesa.

Nessa atividade agrícola capitalista, pode ocorrer acumulação de duas formas uma diretamente pela sujeição da renda da terra ou pela exploração da força de trabalho. Assim, o grande capitalista em primeiro lugar sujeita a terra ao capital e em seguida a força de trabalho familiar em busca de atender a demanda de sua produção sem ter muitos custos na mesma, pois, ao sujeitar a terra ao capital, o grande capitalista não faz qualquer investimento desnecessário, pois ele não visa correr riscos com relação à questão financeira, devido a isso deixa a mão de obra e a terra ou a água a ser trabalhada em responsabilidade dos produtores agrícolas familiares.

Dessa forma, com base nesse breve arcabouço teórico, verificou-se o que seria a agricultura capitalista, portanto pode-se observar como o capital adentra-se no meio rural como ela difere da produção agrícola familiar/camponesa, além de poder estar ocorrendo com as atividades nas terras, florestas e águas de trabalho, em se tratando de atividades econômicas exercidas pelos camponeses amazônicos.

2.1 – As formas socioprodutivas agrícolas na Comunidade Dom Pedro II

Conforme o que foi esclarecido sobre a vida social da Comunidade Dom Pedro II (capítulo I), é preciso compreender as etapas e os elementos que estão inseridos no processo

de produção agrícola familiar camponesa na unidade produtiva, enfatizando o trabalho realizado por essas famílias na atividade agrícola.

O referencial teórico que subsidiará o entendimento e esclarecimento dessas variáveis trata a respeito dos elementos que caracterizam a produção camponesa (item anterior), uma vez que a produção na Comunidade se baseia na força de trabalho familiar. A partir disso, serão analisados os elementos que compõem e que fazem parte do processo de produção agrícola, salientando todas as nuances existentes nesta atividade econômica.

Com relação ao trabalho realizado pelos camponeses amazônicos da Comunidades Dom Pedro II, eles não encontraram dificuldades para trabalharem com as práticas agrícolas nos seus mais diversos cultivos, porém essas atividades obedecem ao calendário ecológico amazônico (enchente/cheia e vazante/seca).

A força de trabalho é composta basicamente por membros da própria família, composta de duas a cinco pessoas, com uma carga horária de 3 (três) horas 30 (trinta) minutos por dia, ocorrendo sempre pela manhã, devido a radiação solar. A atividade é realizada de domingo a domingo, porém o camponês amazônico não necessita seguir uma regra rígida para que esse processo seja executado, já que o próprio agricultor administra seu tempo de forma que não ocorra muito desgaste físico, conforme o relato, abaixo:

A gente trabalha de domingo a domingo, as vezes no inverno e no verão, no inverno é ruim, aí a gente fica na pesca, e planta o que dá, porque a terra fica encharcada, ruim pra capinar, a família toda, pais e filhos, e a mulher só quando eu vou pra pescaria. (I.N.R, 47 anos)

A importância da mão de obra familiar no processo de produção é o motor da engrenagem da produção agrícola camponesa e, assim possuidora de autonomia no processo de produção, sendo essa característica básica e fundamental da unidade de produção.

A primeira atividade realizada no processo de produção é a **coivara**, que consiste na limpeza do terreno, para que assim possa começar o semeio dos plantios. Nesse momento, observa-se que há união entre as famílias e vizinhos, pois membros de outras famílias participam dessa atividade, o que Tavares dos Santos designa como ajuda mútua:

A ajuda mútua aparece como processo grupal, concorrendo às pessoas espontaneamente para prestar o auxílio necessário. [...] Também se faz mutirão com a finalidade rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola: uma família solicita ajuda dos vizinhos, que vêm em grupo realizar a tarefa. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.35).

Além da força de trabalho familiar, existe outra característica da produção camponesa, a **ajuda mútua**, que ao ser analisado no contexto da Comunidade, dar-se-á durante a limpeza

do terreno para o plantio e ou durante o processo da farinhada (fazer a farinha). Nesse momento, as famílias se unem para realizar a limpeza do terreno da família que necessitar dessa ajuda.

O processo de limpeza de terreno no médio rio Negro é no sistema de **corte e queima**, (ver figura nº 15, abaixo), a coivara, conforme foi descrito por R.M., 63 anos:

O primeiro passo é a gente desmatar a terra que vamos querer plantar; depois vamos roçar a área (utilizamos motosserra, terçado), nisso vamos derrubando o mato mais grosso, isso leva de 2 a 3 dias, quem faz isso são os homens, após isso, esperamos uns 20 dias ou 1 mês, para tacar o fogo e tirar a mata, nisso amontoamos os tocos de árvores e tacamos o fogo. Após todo esse processo, os homens cavam, as mulheres e as crianças a partir dos 7 (sete) anos, plantam e semeiam geralmente a gente planta: banana, cará, milho, maxixe.



Figura nº 15 – Área para plantio, após o processo da coivara (corte e queima).
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

O sistema tradicional de corte-e-queima é um método agrícola utilizado em várias regiões geográficas, por diferentes grupos étnicos e em diferentes contextos históricos na Bacia do rio Negro. Ele é caracterizado por três componentes principais: a queima de material vegetal para liberar nutrientes, o uso itinerante da terra e a domesticação da mandioca-brava. (Moran, 1982; Ribeiro, 1995, Ricardo, 1996).

Ressaltando que embora esse sistema tenha sido e vem sendo alvo de críticas devido ao desmatamento de florestas primárias, a queima é vista como uma ferramenta facilitadora pelos povos tradicionais. Os solos na região são naturalmente pobres, e a queima libera

nutrientes que se concentram na biomassa florestal, enriquecendo o solo (ver capítulo I). (Moran, 1982; Ribeiro, 1995, Ricardo, 1996).

O processo de roçar e o derrubar das árvores são realizadas durante o verão, quando não tem muita chuva e que permite a secagem do material vegetal para a queima. Isso resulta em uma liberação mais completa e rápida de nutrientes para o solo. Com a queima é possível inibir, mesmo que de forma temporária, o crescimento de árvores nativas, facilitando a limpeza da área de cultivo. (Moran, 1982; Ribeiro, 1995, Ricardo, 1996).

Nesse contexto do processo de corte e queima, a mandioca (*Manihot esculenta*) é a principal cultura agrícola e a principal fonte de calorias para os camponeses amazônicos da Comunidade Dom Pedro II. A mandioca possui várias propriedades que a tornam o alimento preferido das populações locais e facilitam sua adaptação à região, tais como, ver figura nº 16, abaixo:

1.	Bom desenvolvimento em solos pobres em nutrientes: A mandioca consegue crescer em solos com baixa fertilidade, o que é comum na região amazônica (conforme descrito no capítulo I).
2.	Alta resistência a grandes teores de alumínio tóxico: Muitos solos na região, especialmente os latossolos, possuem altos níveis de alumínio tóxico (conforme descrito no capítulo I), mas a mandioca é capaz de resistir a essa condição.
3.	Resistência a pragas e doenças: A mandioca possui uma resistência natural a diversas pragas e doenças, o que a torna uma opção viável para o cultivo na região.
4.	Facilidade de transporte e propagação: A mandioca pode ser facilmente transportada e propagada em outros locais através de estacas, o que facilita a sua disseminação e cultivo em diferentes áreas.
5.	Complemento alimentar para o peixe: A mandioca é um complemento ideal para a principal fonte de proteína na região, que é o peixe. Essa combinação fornece uma dieta equilibrada para as comunidades locais.

Figura nº 16 - Quadro sintético sobre as propriedades da mandioca e adaptação ao solo na Comunidade.

Fonte: MORAN, 1982; RIBEIRO, 1995, RICARDO, 1996.

Organização: Autora, 2024.

Após todo esse processo de corte e queima, inicia-se a limpeza dessa área para a semeadura, e futuramente sua colheita. A colheita ocorre em torno de 12 (doze) a 16 (dezesesseis) meses, isso pode variar de família para família (quantidade de membros da família para colheita) e obedecendo também as condições de clima e calendário ecológico.

Na foto abaixo (ver figura nº 17), pode ser observado uma área de plantio de mandioca, a área muitas vezes mede menos de 1 ha (hectare), e fica um pouco distante da casa da família, porém as famílias vão caminhando até o seu plantio.



Figura nº 17 – Área para plantio de mandioca ao fundo em meio a outras espécies de vegetais, destacado em vermelho na imagem.

Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

Após os meses esperado a limpeza do terreno o cuidado com a plantação, chega-se ao período da colheita, em que, todos os membros da família e as vezes com ajuda de alguns vizinhos, realizam o processo manual de retirar a mandioca da terra, com ajuda de enxadas e terçados, retiram a mandioca colocam em uma bolsa tipo paneiro (ver figura nº 18, abaixo A e B) e levam em um local para começar o processo de raspagem ou descascamento da mandioca, no momento do campo da pesquisa foi possível observas algumas dessas etapas.



Figura nº 18 – Após a colheita, família começando o processo de raspagem da mandioca (A); Mandiocas a serem raspadas e umas raspadas em paneiros (B).
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

O processo de raspagem ou descascamento juntamente ao processo de ceva (prensa), que é triar a metade da goma, em que fica 1 (um) dia para escorrer a água, já é o momento de socialização entre vizinhos e familiares, esse processo na Comunidade em questão, é realizado por todos da família, com exceção das crianças, mas elas ficam ao redor acompanhando os adultos realizarem esse processo.

Após esse processo a mandioca é lavada, novamente e colocada no cesto tipo paneiro, para o processo na prensa (ver figura nº 19, abaixo), onde será triturada.



Figura nº 19 – Camponês amazônico da Comunidade Dom Pedro I – mandiocas no cesto tipo paneiro.
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

O processo da prensa, onde a mandioca será triturada, em uma espécie de ralador, que é empurrada neste instrumento com as mãos (ver figura nº 20, abaixo), trabalho esse muitas vezes realizado pelos homens.



Figura nº 20 – Maquinário da prensa (A); camponês amazônico realizando a trituração (B).
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

Esse processo de prensagem é para retirar o excesso de água, da massa que foi gerada, após a trituração, dessa trituração é retirado o amido, muito utilizado pelas famílias para fazer bolos, a farinha de tapioca ou beijus., especialidades da culinária amazônica e que faz parte da produção do camponês amazônico na Comunidade.

Após todo esse processo é realizado a farinhada (torrefação), processo de torrar a farinha, o forno é ainda a lenha na Comunidade (ver figura nº 21, abaixo), em que é preciso de forma manual, estar sendo movimentada do início ao fim do processo, com a ajuda de uma pá feito de madeira, tipo um remo (ou uma espécie de rodo), para que a pessoa movimente a farinha entre uns 45 (quarenta e cinco) e 60 (sessenta) minutos, ininterruptamente.

Quanto a qualidade da farinha, diante do que foi visto, não segue uma certa rigidez no cuidado, como por exemplo, a água que é utilizada, é água do rio, pois eles não possuem uma rede de abastecimento de água e muitos não utilizam algum tratamento de água, conforme descrito no capítulo I. Durante a pesquisa, denominaram a farinha feitas por eles, como farinha da região.



Figura nº 21 – Forno a lenha para torrar a mandioca e assim o preparo da farinha.
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

Foi possível constatar na Comunidade Dom Pedro II, **a produção em ilhas**, ilhas essas em frente a Comunidade (ver figura nº 22, abaixo), em que ocorre o mesmo processo da coivara (corte e queima), ou seja, as famílias camponesas produzem tanto na terra firme quanto no igapó, uma vez que estamos tratando do médio rio Negro, conforme explanado no capítulo I, desta pesquisa.

A manutenção das roças nas ilhas é realizada individualmente por cada família, o que constitui um dos territórios da família camponesa, bem como, a própria ilha é um território da comunidade. As ilhas possuem nomes e pertencem às comunidades da área. Cada família reconhece e cuida de sua própria roça, logo, nenhuma delas interfere na roça das outras. O território “se forma a partir do espaço. [...] Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. [...] É um espaço onde se projetou um trabalho [...], e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144) apud (BENFICA, CARVALHO e WITKOSKI, 2019).



Figura nº 22 – Frente da Comunidade e ilhas a frente, onde ocorre os plantios.
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021).

O ecossistema do rio Negro apresenta baixa fertilidade, como mencionado no capítulo I, em comparação ao rio Solimões para a agricultura, mas a subida da água do rio, promovida pelo ciclo hidrológico anual, contribui para que a roça nas ilhas (área de várzea ou igapó) seja considerada *melhor* quando comparada a roça na comunidade (área de terra firme). (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019). Dessa forma, percebe-se o saber (etnoconhecimento) do camponês amazônico e como se relaciona o ecossistema no qual vive.

O plantio leva em consideração fatores que muitas vezes escapam à nossa percepção, tornando-se bastante difícil para nós, leigos no assunto, realizar uma “leitura” precisa”, ou seja, longe de ser uma atividade mecânica no sentido de repetitiva, é uma atividade oriunda de um processo de (etno)conhecimento da terra, dos ecossistemas, do período adequado para o plantio, de integração dos membros da família, da necessidade de abastecimento familiar, entre outros. (WOORTMANN E WOORTMANN, 1997, P. 75) apud (BENFICA, CARVALHO e WITKOSKI, 2019).

A ilha, para além da atividade agrícola, é também utilizada para o extrativismo vegetal (coleta de plantas) e animal (caça) praticado pelos camponeses amazônicos que revelam um minucioso conhecimento territorial. Nesse contexto, os camponeses amazônicos realizam a territorialização de diversas áreas, incluindo as ilhas, a unidade doméstica e de trabalho, as áreas de pesca, entre outras. A territorialização “significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do

trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades [...]” (Saquet, 2011) apud (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

Na dinâmica das propriedades de cultivo, é comum observar a participação das crianças nas atividades agrícolas. Elas desempenham pequenas tarefas que contribuem para a produção, como a limpeza do terreno antes do plantio, no qual ajudam a varrer e agrupar os materiais vegetais, regam as plantações e até mesmo participam da colheita. Essa interação permite que as crianças se socializem dentro da unidade produtiva familiar. Tal socialização ocorre em horário diferente ao que ela se encontra na escola para o aprendizado da educação formal.

Durante essas atividades, as crianças aprendem sobre o trabalho na agricultura, adquirindo conhecimento prático e habilidades que são transmitidas de geração em geração. Além disso, esse envolvimento na produção agrícola fortalece os laços familiares, uma vez que as crianças estão inseridas em um contexto de cooperação e interdependência. Elas aprendem a importância do trabalho em equipe e desenvolvem um senso de responsabilidade em relação às tarefas agrícolas.

Dessa forma, as crianças na agricultura também contribuem para sua educação e formação como cidadãos conscientes. Elas adquirem uma compreensão mais profunda dos processos envolvidos na produção de alimentos, desde o preparo do solo até a colheita, desenvolvendo um senso de valorização e respeito pela terra e pelos recursos naturais.

A participação das crianças nas atividades agrícolas dentro das propriedades de cultivo não apenas contribui para a produção, mas também desempenha um papel importante na **socialização**, educação e formação dessas crianças como membros ativos e responsáveis dentro de suas famílias e comunidades agrícolas.

Essa socialização é característica da unidade de produção camponesa, o que pôde ser identificada dentro da unidade de produção na Comunidade, pois, durante a pesquisa em campo, observou-se esse processo de socialização quando estavam no processo de raspagem/descascamento da mandioca (ver figura nº 23, abaixo).



Figura nº 23 – Socialização entre os camponeses amazônicos (adultos e crianças).
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021).

A **socialização do camponês** é mais um elemento característico da produção camponesa e que foi identificado na Comunidade, pois os filhos dos responsáveis pelas unidades de produções participam de algumas tarefas que é designada pelo pai, as quais exigem menor esforço físico, como afirma Tavares dos Santos:

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementação através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio do qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho. (Tavares dos Santos, 1978, p.44/45).

Nas famílias camponesas da Comunidade, é comum que as crianças entre 7 (sete) e 10 (dez) anos de idade sejam incorporadas como força de trabalho essencial. Nessa fase, os pais desempenham um papel determinante ao designar as tarefas que seus filhos podem realizar dentro do contexto agrícola.

Essa prática reflete a importância da contribuição das crianças para o trabalho familiar. Os pais conhecem as habilidades e limitações de seus filhos nessa faixa etária e, portanto, direcionam suas responsabilidades de acordo com essas capacidades. Isso cria uma dinâmica familiar em que cada membro desempenha um papel ativo e valioso na produção agrícola.

Essa divisão de tarefas também serve como uma forma de educação prática para as crianças, à medida que elas aprendem sobre o trabalho árduo, a responsabilidade e o valor do

esforço coletivo. Além disso, essa participação desde cedo pode fortalecer os laços familiares e transmitir valores como solidariedade, cooperação e respeito mútuo.

É importante destacar as atividades realizadas pelas mulheres, tanto adultas quanto jovens, que desempenham responsabilidades relacionadas às refeições e aos cuidados domésticos. Além disso, quando necessário, elas contribuem com o processo de capina e limpeza da área de plantio. O papel das mulheres, em grande parte, é identificado tanto nas tarefas domésticas, como preparar refeições e cuidar da casa e dos filhos, quanto na atividade agrícola, desempenhando um papel fundamental nesse contexto.

Além da produção de mandioca, diversas outras culturas são cultivadas nas roças camponesas, como macaxeira, abacaxi, milho, banana, cará, hortaliças, cupuaçu e castanha. O que mais foi observado foi o cultivo de hortaliças (para consumo da família), esses em canteiros suspensos, tanto no rio, na frente da comunidade (ver figura nº 24, abaixo), como canteiro suspensos em cascos de canoas ou mesmo feito de madeira (ver figura nº 25, abaixo), no terreno próximo à casa da família.

Durante o processo de plantio, a primeira etapa consiste na aquisição das mudas, que varia de acordo com cada cultura, seja cebolinha, coentro ou outras. As sementes, fertilizantes, agrotóxicos e os instrumentos de trabalho necessários são adquiridos em estabelecimentos especializados localizados na sede do Município de Barcelos.



Figura nº 24 – Canteiro de hortaliças flutuante, no rio em frente a Comunidade.
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021).



Figura nº 25 – Canteiro suspenso de hortaliças no terreno de um camponês amazônico na Comunidade.
Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2018. (Atualização, 2021/24).

Durante a safra do açaí (conforme figura nº 26, abaixo), por exemplo, os camponeses aproveitam para comercializar e obter renda familiar por meio do extrativismo vegetal. O camponês, portanto, desempenha múltiplas atividades, sendo versátil em suas habilidades, sendo um ser polivalente.



Figura nº 26 – Família camponesa amazônica na retirada do açaí.

Fonte: Autora - trabalhos em campo, 2021.

Outro elemento característico da produção camponesa amazônica é a **propriedade da terra** sendo do próprio trabalhador, propriedade particular de cada família. Esse aspecto se torna diferente da propriedade na agricultura capitalista, em que se subordina o trabalho alheio.

Para os camponeses da Comunidade, a terra é terra de trabalho, da qual os produtores retiram sustento para manter a família através do trabalho familiar, realizado na terra em que eles são donos. A terra em que plantam e têm suas moradias, foram terras de 1ª posse, adquirida ou doada, e que todos da Comunidade não possuem título definitivo de suas terras, conforme os dados coletados em campo, demonstrado na figura nº 27, abaixo.

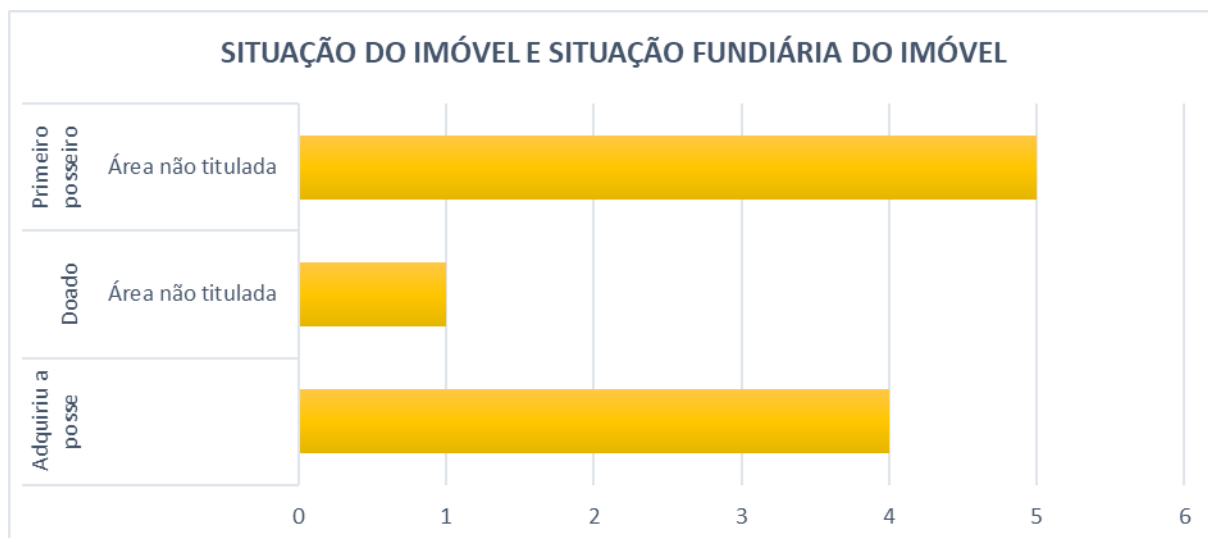


Figura nº 27 – Gráfico: dados dos participantes, quanto a a aquisição de suas terras e situação fundiária.
Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2018 (atualização em 2021/24).

A vida camponesa é construída com base em diversos elementos, incluindo a posse da terra camponesa, que não é propriedade daqueles que exploram o trabalho alheio, mas uma "terra de trabalho" (Oliveira, 1991, p. 61). Os camponeses são donos de seus instrumentos de trabalho e organizam seu tempo e as funções de cada membro da família. Isso lhes permite explorar a terra para atender às suas necessidades básicas, ao invés de atender exclusivamente aos interesses capitalistas. A inserção dos camponeses no mercado é intencional. (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

Com isso, verifica-se que, na Comunidade Dom Pedro II, os camponeses amazônicos são possuidores dessa propriedade da terra, uma vez que residem e trabalham na terra. A terra é vista como um instrumento de trabalho para sustento da família na unidade de produção.

Foi possível identificar a **propriedade dos meios de produção** na unidade de produção na Comunidade como outro elemento de produção camponesa, dos quais os camponeses amazônicos adquirem mercadorias, que não podem ser produzidas pelos produtores, mas compradas no mercado.

Na Comunidade, os camponeses não têm nenhum banco que faça financiamento para eles realizarem essa compra dos meios de produção. Com a renda que é gerada, a partir do trabalho na terra, é revertida para compra de insumos e materiais necessários, assim como mercadorias de necessidades básicas para manutenção da família e da produção agrícola, como destaca Oliveira:

Além da propriedade da terra, outro elemento da produção camponesa é a propriedade dos meios de produção, que na sua maioria são adquiridos, portanto, são mercadorias. Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma mercadoria. É com relação ao acesso a essas mercadorias, meios de produção, que o camponês trava relação com o capital. (OLIVEIRA, 1996, p.63).

A **jornada de trabalho** é outro elemento característico da produção camponesa, identificada na Comunidade, por não seguir uma rigidez propriamente dita, pois o horário de trabalho varia entre 07:30 e 10:00 horas, diariamente, não obedecendo a uma regra. Essa jornada varia de acordo com a época do ano, obedecendo ao ciclo da natureza. Isso ocorre diariamente de domingo a domingo nas unidades de produção.

A jornada de trabalho é outro elemento componente da produção camponesa. Nesse aspecto, a realidade é toda, particular. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. (OLIVEIRA, 1996, p.64).

Deixando claro e evidente que esse horário de trabalho, na atividade agrícola, diz respeito aos camponeses amazônicos da comunidade Dom Pedro II, já que isso pode variar de comunidade para comunidade, de região para região, de acordo com suas particularidades e ecossistemas.

Não foram identificados na Comunidade, três elementos característicos da produção camponesa, a parceria, o trabalho acessório e o trabalho assalariado, no que diz respeito à atividade agrícola realizada pelos camponeses amazônicos.

Na área de estudo, identificou-se que a maioria dos elementos da produção agrícola pertencem ao contexto camponês. Isso demonstra a relevância em denominar sociologicamente os sujeitos envolvidos nessa atividade como camponeses amazônicos nesta pesquisa.

2.2 Subsistência versus comercialização

No item anterior, descreveu-se sobre o trabalho realizado na unidade produtiva da Comunidade Dom Pedro II, que envolve o cultivo na terra e a geração de renda para sustentar a família com a produção de mandioca, hortaliças, banana, açaí, entre outros, sendo importante abordar como ocorre a economia dentro dessa unidade de produção familiar camponesa.

A economia dentro da unidade produtiva agrícola possui características particulares que a diferenciam da produção capitalista. Nesse contexto, a principal lógica econômica é baseada na produção de mercadorias, que são comercializadas para gerar renda. Essa renda obtida é então utilizada para adquirir novas mercadorias, seguindo a lógica M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), conforme já discutido na introdução deste capítulo.

A renda proveniente da atividade agrícola tem principalmente dois destinos: o sustento da família e a manutenção da unidade produtiva. A poupança de uma renda significativa é

uma realidade menos comum entre os camponeses amazônicos entrevistados, refletindo os desafios financeiros e as necessidades prioritárias enfrentadas por essas famílias.

Pode-se observar, a partir disso, que a economia dentro da unidade de produção na Comunidade Dom Pedro II compartilha semelhanças com a economia camponesa. Essa unidade apresenta autonomia na geração de sua renda, como afirmado por Shanin.

A comunidade aldeiana opera em grande medida, como uma sociedade autônoma composta por exploração familiar e prováveis serviços tanto econômica como sociais que as unidades de produção familiar não podem satisfazer. Não, obstante deve recordar do caráter relativo e histórico de tal autonomia. (SHANIN, 1988, p.16).

No item anterior, destacamos como o trabalho agrícola é realizado e quem o realiza na Comunidade Dom Pedro II. Agora, iremos descrever os produtos produzidos e comercializados pelas famílias camponesas amazônicas dessa comunidade, juntamente com seus respectivos valores.

Após analisar os dados, constatamos que, das 10 (dez) famílias camponesas que participaram da pesquisa, apenas duas não se envolviam com a atividade agrícola. Elas dependiam exclusivamente da pesca ou de algum tipo de auxílio para sua reprodução social e econômica.

Os produtos que se destacaram foram a mandioca, o açaí (*Euterpe cleracea*), a castanha (*Bertholletia excelsa*), a banana (*Musa Spp.*), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e a macaxeira (*Manihot esculenta*). As hortaliças eram cultivadas exclusivamente para consumo próprio. Além desses produtos comercializados, existem outros cultivos como: abacaxi (*Ananas comosus*), goiaba (*Psidium guajava*), caju (*Anacardium occidentale*), manga (*Mangifera indica*), entre outros, que são destinados apenas ao consumo familiar.

PRODUTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AÇAÍ	R\$ 15,00 Litro							R\$ 10,00 Litro				
BANANA	R\$ 35,00 Cacho							R\$ 25,00 Cacho				
CASTANHA	R\$ 25,00 Lata							R\$ 15,00 Lata				
CUPUAÇU	R\$ 3,00 Unidade							R\$ 2,00 Unidade				
MANDIOCA	R\$ 80,00 Lata							R\$ 60,00 Lata				
MACAXEIRA	R\$ 80,00 Lata							R\$ 60,00 Lata				

Figura nº 28 – Tabela: Produto, meses e valores ao ano.

Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2017 e 2018 (atualização em 2021/24).

Através da figura nº 28 na tabela, acima, é possível observar quais produtos são comercializados e seus respectivos valores, que seguem o calendário ecológico, representado pelas fases de enchente/cheia (em azul) e vazante/seca (em amarelo), também conhecidas como inverno e verão, conforme mencionado anteriormente.

Esses produtos mencionados na tabela compõem a renda obtida pela unidade produtiva camponesa da Comunidade Dom Pedro II. É importante ressaltar, entretanto, que a atividade agrícola não é a principal fonte de renda dessas famílias, sendo combinada com a renda proveniente da pesca.

Durante as pesquisas de campo, foi observado que a maioria das famílias da comunidade se dedica principalmente à pesca, enquanto a atividade agrícola possui uma relevância menor em comparação. Eles recebem um rendimento melhor e mais constante na pesca ao longo do ano.

A renda mensal dessas famílias na atividade agrícola varia entre R\$ 100,00 a R\$ 300,00, dependendo do trabalho realizado na produção e de cada espécie cultivada. Essa renda anual varia entre R\$ 1.200,00 a R\$ 3.600,00. Portanto, fica evidente que essa renda agrícola precisa ser combinada com a renda proveniente da atividade pesqueira.

Assim, as famílias da Comunidade Dom Pedro II dependem da combinação dessas duas atividades para garantir sua renda e sustento ao longo do ano, como relata, Sr. R.M, 63 anos:

O que a gente ganha com a agricultura não é muito, é pouquinho, mas a gente não deixa de plantar, até porque ajuda um dinheirinho, e mais com a aposentadoria, e pra gente consumir também, dá as vezes R\$ 100,00 reais por semana, as vezes R\$ 200,00, e assim a gente vai vivendo.

O custo da produção gira em torno de R\$ 100,00 reais a R\$ 300,00 reais, pois eles só possuem gastos com as sementes, gasolina ou diesel para deslocamento até o mercado consumidor, outros materiais mais permanentes não são mensais, conforme relato, abaixo do Sr. R.M, 63 anos:

Na agricultura não gastamos tanto, gastamos com semente, que custa R\$ 5,00 reais, e com diesel ou gasolina, o trabalho é mais braçal mesmo, e todo dia pela manhã, na cheia é mais difícil, mas a gente ainda vende um pouco.

Quanto ao escoamento da produção, os camponeses amazônicos são responsáveis por realizar esse processo por conta própria. Eles fazem a viagem até a Sede do município de Barcelos, utilizando canoas com rabeta, ou canoas cobertas equipadas com motores de centro. Essa viagem costuma durar de 2 horas a 2 horas e 30 minutos, mas com motores mais potentes pode variar entre 30 e 45 minutos. É importante destacar que a Comunidade Dom

Pedro II não está localizada tão próxima da sede do município, o que torna inviável realizar essa viagem diariamente.

Durante a pesquisa em campo, não foi identificada a presença de intermediários ou atravessadores. Os camponeses da comunidade chegam à Sede do município, dirigem-se ao mercado municipal e oferecem seus produtos. Eles não possuem uma quantidade significativa de produtos e, quando chegam em seus barcos ou canoas com rabeta na sede municipal, são procurados pelos compradores interessados, comercializando seus produtos ali mesmo. Não ainda há um comprador específico ou contrato prévio de venda. E assim, ocorre o processo de comercialização deles.

Diante do exposto a análise das formas socioproductivas agrícolas na Comunidade Dom Pedro II, revela a riqueza das práticas camponesas amazônicas, evidenciando uma organização social e produtiva que integra trabalho, família, tradição e natureza harmoniosa.

As atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias estão diretamente relacionadas ao calendário ecológico amazônico, refletindo a profunda adaptação dos camponeses amazônicos às dinâmicas do ambiente, especificamente aos ciclos de enchente/cheia e vazante/seca no rio Negro.

Essa análise ainda evidenciou que o trabalho agrícola na Comunidade, estrutura-se a partir de elementos centrais da produção camponesa – propriedade da terra e dos meios de produção, autonomia no trabalho, ausência de assalariamento, e flexibilidade na jornada de trabalho. Esses elementos reforçam o caráter não capitalista da produção local, voltada prioritariamente para a subsistência familiar e para reprodução social, permitindo compreender que o modo de vida do camponês amazônico é resultado de uma construção histórica e coletiva, sustentada pelo trabalho realizado nas terras de trabalho. (Witkoski, 2021).

BOX 2

CONTO CONTADO

“Nós íamos para passar umas duas semanas..passava uma semana em casa, é..as vezes ficava até mais, era um descanso pra ele também, porque quando a pessoa sai nessa atividade, ela não dorme direito, ele não dormia direito, eu era testemunha disso, que ele não durmia direito,que ele tinha que pescar a noite, que tem peixe, e outros peixes pesca durante o dia... Os peixes da noite eram esses que eu te falei, o Pirarucú, agora, os outros, esses..Surubim, tudo ele já pegava com rede.. os outros peixes pequenos era com caniço, anzol, pra cada um...tanto é que ele conhecia todos aqueles lagos ali, que quando ele queria pescar por exemplo, o pacú xidaua, que era aquele vermelhão, ele já sabia ir naquele lugar pescar aquele peixe, no outro local o pirarucu, ele sabia onde tinha, tartaruga, ele sabia onde tinha, e onde tinha esse lago do mosquito que eu te falei era onde tinham os tracajás, ficavam tudo com a cabecinha de fora, era esses ai tudinho; então isso tudo aí, isso tudo eu aprendi pequena né, acompanhando, vendo..agora pergunta assim, tinha tantas coisas..as vezes ele assava o peixe e colocava na pá do remo, bem...colocava ali na folha, colocava ali em cima, entendeu...e a gente comia, aquele peixe tão gostoso ali, tomava água do rio, e o prato era aqueles de esmalte, fundinho assim, antigo, era tipo um chapeuzinho, fundinho com as beirazinha de esmalte mesmo, então tudo isso,; então assim, sempre tinha aquela panela de alcinha, para pendurar naquela forquilha né, que fazia aquele giralzinho, então tudo isso; agora dizer que tinha conforto de manga comprida, isso e aquilo, não!, por isso que eu te digo que quando ele vinha era para descansar, por isso que eu te digo que quando ele vinha era para descansar porque ele não dormia de noite assim, agora de dizer assim...”

(M. de N, 63 anos).

CAPÍTULO 3 - A PESCA NA COMUNIDADE DOM PEDRO II – BARCELOS – AM.

Neste item, é importante realizar uma breve contextualização sobre a atividade pesqueira que ao longo do tempo passou por várias transformações no Brasil, influenciadas tanto pela introdução de tecnologia quanto por fatores naturais. Além disso, a atividade pesqueira tem sido impactada pela presença de grandes empresas capitalistas, que buscam suprir a demanda nacional e internacional por pescado. Esses fatores têm desempenhado um papel significativo na evolução e na dinâmica da pesca no país.

Segundo, (Diegues, 1983, p.02):

No caso brasileiro, até a década de 30 a atividade pesqueira era realizada dentro dos quadros da pequena produção mercantil. Com exceção dos grandes centros urbanos, os pescadores espalhados pelas inúmeras comunidades ao longo do litoral combinavam a agricultura e a pesca. Enquanto aquela lhes fornecia os meios de subsistência, estas lhes garantiam o dinheiro incerto e ocasional com que compravam o que não produziam.

De acordo com a citação mencionada, podemos observar que no Brasil a população historicamente combinava a atividade pesqueira com a agricultura como forma de subsistência. No entanto, quando houve uma tentativa de transformar a pesca em uma indústria de base, isso acabou se mostrando um fracasso. A transição para um modelo mais capitalista resultou em uma situação em que os pescadores de fato não recebem a devida remuneração pelo seu árduo trabalho.

Tanto no passado quanto atualmente, a pesca é predominantemente realizada por pequenos pescadores, neste caso os camponeses amazônicos, que são os verdadeiros responsáveis por uma parcela significativa da produção pesqueira. Esses pescadores muitas vezes permanecem "ocultos" na rede de comercialização, não recebendo o reconhecimento e a recompensa adequada por seu trabalho realizado na atividade pesqueira.

A pesca desempenha um papel fundamental na alimentação dos camponeses amazônicos, uma vez que a região abriga a maior bacia fluvial do mundo, repleta de diversas espécies de peixes. Ao longo do tempo, a pesca na Amazônia se intensificou, especialmente a partir da década de 1970, com o estabelecimento de vários pontos de pesca em diferentes áreas da região. (Cruz, 2009; Pantoja, 2006 e Witkoski, 2021).

A atividade pesqueira na região amazônica passou por diversas transformações ao longo do tempo. Inicialmente, houve uma intensificação da pesca devido à instalação de frigoríficos em busca de pescado. Posteriormente, foram introduzidos equipamentos tecnológicos que também impactaram a forma como a pesca é realizada. Essa atividade é predominantemente realizada pelos moradores das comunidades ribeirinhas, que nesta

pesquisa são referidos como camponeses amazônicos, já dito. (Cruz, 2009; Pantoja, 2006 e Witkoski, 2021).

Na Amazônia, é possível pescar durante todo o ano, embora haja variações sazonais devido aos períodos de enchente/cheia e vazante/seca dos rios. Os camponeses amazônicos adaptam-se a esses períodos, que fazem parte de seu cotidiano, e desenvolvem novas estratégias para lidar com essas mudanças. Nesse contexto, os pescadores organizam-se em colônias de pescadores, buscando assegurar benefícios e direitos que contribuam para uma melhor qualidade de vida. (Moran, 1982; Ribeiro, 1995 e Ricardo, 1996).

Devido à magnitude da bacia fluvial amazônica, a população local vive em estreita relação com os rios, estabelecendo uma forte dependência desse recurso natural. O rio torna-se o objeto de trabalho e subsistência dos camponeses amazônicos, criando um elo essencial entre a natureza e o ser humano, como demonstrado na citação abaixo.

A natureza é o objeto de trabalho do pescador. Peixes, crustáceos, moluscos, marés, correntes, compõe o universo natural apropriado pelo fazer pesqueiro e sobre qual o pescador constrói seu conhecimento. Além de um processo econômico, a apropriação da natureza na atividade pesqueira é um processo de conhecimento construído na prática do pescador. (CARDOSO, 2001, p.23)

O conceito de metabolismo, conforme abordado por Marx, refere-se à interação recíproca entre o ser humano e a natureza, por meio do trabalho, para a satisfação de suas necessidades. Na atividade pesqueira, os camponeses amazônicos estabelecem um vínculo direto com a natureza ao utilizar seus conhecimentos e habilidades para capturar os peixes que servirão como alimento e fonte de sustento.

Essa relação entre o homem e a natureza se estabelece de forma dinâmica e adaptativa, considerando as particularidades do ambiente amazônico, como as variações sazonais dos rios e a diversidade de espécies de peixes. Os camponeses amazônicos desenvolvem técnicas e estratégias específicas para lidar com essas condições, buscando equilibrar suas necessidades de subsistência com a preservação dos recursos naturais. (Moran, 1982; Ribeiro, 1995 e Ricardo, 1996).

Dessa forma, o processo de trabalho na pesca realizada pelos camponeses amazônicos exemplifica o conceito de metabolismo proposto por Marx, destacando a interdependência entre o ser humano e a natureza na busca por sua sobrevivência e sustento.

[...] o trabalho real é a apropriação da natureza para satisfação das necessidades humanas, a atividade através da qual o metabolismo entre o homem e a natureza é mediado. O corolário era que a real atividade do trabalho não era jamais independente de potencial de criação de própria natureza, pois a riqueza material, o

mundo dos valores de uso, consiste exclusivamente em materiais naturais modificados pelo trabalho. (MARX, 1861, p.63 apud FOSTER, 2005, p.222).

Na região amazônica, observa-se a apropriação de um recurso natural aquático por meio do trabalho realizado na atividade pesqueira em larga escala, impulsionada pela instalação de frigoríficos voltados para o processamento de pescado. Esse processo foi observado na década de 70 no município de Itacoatiara, no estado do Amazonas, como destacado por Smith (1979, p.68): "Em 1976, o Frigorífico Brasília iniciou suas operações e, em setembro de 1977, Alcântara & Cia. trouxe uma casa flutuante para Itacoatiara-AM".

Portanto, considerando o breve histórico da pesca na Amazônia, fica evidente que a região possui uma rica diversidade de peixes devido à sua condição de maior bacia fluvial do mundo. Essa abundância de recursos pesqueiros possibilita tanto a prática da pesca artesanal pelos camponeses amazônicos, como a atividade pesqueira comercial realizada por eles, visando a obtenção de uma renda adicional para o sustento de suas famílias e com isso vamos evidenciar a atividade pesqueira exercida pelos camponeses amazônicos da Comunidade Dom Pedro II – Barcelos – AM.

3.1 As formas socioextrativistas da pesca na Comunidade Dom Pedro II

As atividades de pesca na região do médio rio Negro, em que está localizada a Comunidade Dom Pedro II, ocorrem em diferentes ambientes, incluindo os complexos de lagos formados nas ilhas, ao longo do canal principal do rio, nos igarapés e nos igapós e em damiças, que estão localizados na zona de transição entre o ambiente aquático e terrestre. (ISA, 2008 e 2013).

A pesca em Barcelos e na Comunidade Dom Pedro II é uma atividade diversificada, realizada ao longo de todo o ano e intimamente ligada ao ciclo hidrológico. Essa prática alcança escalas de mercado que superam significativamente as da agricultura. Podem ser identificados quatro tipos distintos de pesca: a **pesca ornamental**, **pesca de subsistência**, **pesca comercial** e **pesca esportiva/turística**. (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

A **pesca ornamental** é praticada exclusivamente para atender demandas internacionais. A unidade de compra para peixes ornamentais é o "milheiro", ou seja, os pescadores camponeses contam individualmente cada peixe até alcançar um total de mil unidades. (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

A atividade pesqueira na região de Barcelos abrange uma extensa área e desempenhou um papel significativo como fonte de renda para o município durante a segunda metade do

século XX até a década de 1990. Ao longo desses anos, a pesca foi uma atividade essencial para muitas famílias, garantindo seu sustento e contribuindo para o desenvolvimento local. (ISA, 2008 e 2013; Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

No entanto, nas últimas décadas, a pesca na região tem enfrentado desafios decorrentes de diversos fatores. A demanda por essa espécie de peixe tem diminuído devido à reprodução em laboratórios. Além disso, os altos custos de impostos e transporte também têm impactado negativamente nesta atividade pesqueira. (ISA, 2008 e 2013)

Apesar dessas dificuldades, algumas famílias ainda se dedicam a esse tipo de pesca nessa região. A temporada de pesca ocorre geralmente entre os meses de agosto e dezembro, período em que há maior disponibilidade de peixes. Essas famílias persistem nessa atividade, mantendo as tradições e saberes transmitidos ao longo das gerações.

É importante ressaltar que essa pesca continua sendo uma atividade relevante para a economia e a subsistência das comunidades locais, mesmo diante dos desafios enfrentados. Essa atividade pesqueira é parte integrante da cultura e do modo de vida dessas famílias, contribuindo para a preservação dos valores e da identidade local.

A **pesca de subsistência** nessa região é uma atividade artesanal com o objetivo de garantir a segurança alimentar, podendo haver também a comercialização do excedente. Geralmente, é uma atividade realizada por famílias, mas também pode ocorrer em grupos, conhecida localmente como "ajuri de pesca", com o propósito de gerar renda em benefício de um coletivo. (ISA, 2008 e 2013).

A pesca de pequena escala é caracterizada pelo uso de embarcações pequenas, equipadas com motores do tipo rabeta, e utiliza caixas de isopor com capacidade de armazenamento de até 300 kg de pescado por viagem, ver figura nº 29, abaixo. (ISA, 2008 e 2013).



Figura nº 29 – Motor de Centro – modelo de uma embarcação pesqueira.
Fonte: Autora - Trabalho em campo, 2018 (atualização em 2021).

A pesca de subsistência desempenha um papel fundamental na vida das famílias entrevistadas nesta pesquisa, sendo também a principal fonte de renda para elas. Essa atividade é realizada por todos os membros da família, mas é mais comumente associada ao gênero masculino.

Os locais de pesca incluem lagos formados pelas ilhas, o rio principal, igarapés e igapós ao longo do ano, conforme mencionado anteriormente, e em consonância com o ciclo hidrológico, que compreende as fases de enchente/cheia e vazante/seca. Dessa forma, a pesca ocorre de acordo com a disponibilidade de água e a movimentação dos peixes.

As espécies mais comuns capturadas nessa pesca incluem o aracu, pacu, tucunaré, entre outras (peixes de escama), fera (peixe liso), como por exemplo: piraíba, surubim, caparari, entre outras. Esses peixes desempenham um papel importante na subsistência das famílias, proporcionando alimento e contribuindo para a segurança alimentar das comunidades.

É notável que a pesca de subsistência não apenas fornece recursos econômicos para as famílias, mas também mantém vivas tradições familiares e saberes transmitidos de geração em geração. Além disso, essa atividade está intrinsecamente ligada ao ambiente natural e ao ciclo hidrológico da região, evidenciando a estreita relação entre os camponeses amazônicos e a natureza.

A **pesca comercial**, embora seja praticada em menor escala pelas famílias da comunidade, desempenha um papel importante como complemento de renda. Essa atividade é realizada em barcos maiores e pode ocorrer ao longo de todo o ano.

No município de Barcelos, a pesca comercial é caracterizada pela utilização de vários tipos de apetrechos, abrangendo uma ampla diversidade de equipamentos que variam em suas características físicas e operacionais. Essa diversidade está relacionada ao ambiente explorado e às espécies-alvo das pescarias, conforme observado em estudos anteriores sobre a pesca na Amazônia, por Batista et al (2004).

A pesca comercial em larga escala emprega diferentes técnicas e equipamentos para capturar uma variedade de espécies. Essa atividade desempenha um papel econômico significativo, fornecendo produtos pesqueiros para o mercado local e até mesmo para outras regiões. Embora as famílias da comunidade participem dessa pesca comercial, seu foco principal continua sendo a pesca de subsistência, enquanto a pesca comercial serve como uma forma adicional de obter renda.

É fundamental enfatizar a importância do manejo adequado dos recursos pesqueiros para garantir a sustentabilidade da atividade, preservando a diversidade de espécies e os ecossistemas aquáticos da região. Embora a pesca tenha um impacto ambiental na região, é necessário considerar também a pressão exercida pela pesca esportiva. Mesmo sendo praticada na modalidade pesque e solte, há relatos frequentes de peixes mortos ou doentes, além da percepção local de que a intensidade da pesca afugenta os peixes. (ISA, 2008 e 2013)

A **pesca esportiva ou turística** do tucunaré gera uma circulação significativa de capital no município. Existem pacotes específicos para os turistas, que oferecem experiências diretas não apenas com a pesca, mas também com elementos culturais, como culinária e artesanato, entre outros. Algumas empresas possuem barcos-hotéis como parte integrante do pacote turístico. (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

A participação dos camponeses nessa pesca é diferenciada e limitada. Um entrevistado relatou que trabalha nessa pesca durante a alta temporada em Barcelos (de novembro a janeiro) e em Mato Grosso (de maio a outubro). Ele foi contratado devido ao seu conhecimento etnográfico das áreas adequadas para essa atividade. Durante sua estadia em Barcelos, ele contribui para a renda familiar, vive na comunidade e trabalha na agricultura familiar, mas é um pescador profissional no setor da pesca esportiva. O marido de outra entrevistada também trabalha exclusivamente nessa pesca em Barcelos, pois a família obtém um retorno financeiro significativo que contribui para a subsistência econômica da família durante alguns meses. (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

Essa atividade se assemelha ao **trabalho acessório** do camponês, que é quando ocorre uma transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado, recebendo pagamento por jornada de trabalho (Santos, 1978, p. 37). A diferença é que os camponeses estão subordinados às empresas contratantes. De qualquer forma, é uma estratégia camponesa de trabalho e reprodução econômica, com o objetivo de aumentar a renda familiar. (Benfica, Carvalho e Witikoski, 2019).

No contexto da pesca artesanal/subsistência realizada pelos camponeses amazônicos, é importante descrever o processo de trabalho desses pescadores, assim como foi descrito na atividade agrícola (capítulo anterior). A pesca artesanal é definida como uma atividade exercida diretamente pelo pescador profissional, seja de forma autônoma ou em regime de economia familiar, utilizando meios de produção próprios ou por meio de contratos de parceria. Esses pescadores trabalham desembarcados, ou seja, não utilizam embarcações de grande porte, mas sim embarcações de pequeno porte, conforme estabelecido pela Lei nº 11.959/2009, Artigo 8º.

Dentre as 16 famílias residentes na Comunidade Dom Pedro II, foi observado que todas elas estão envolvidas em algum tipo de atividade pesqueira. Das 10 famílias entrevistadas, foi identificado que cada uma delas realiza uma ou mais modalidades de pesca. Essas famílias podem ser categorizadas da seguinte forma: 4 famílias praticam exclusivamente a pesca de subsistência, 4 famílias combinam a pesca de subsistência com a pesca ornamental, uma família se dedica à pesca de subsistência e esportiva, e uma família está envolvida apenas na pesca esportiva., conforme a figura nº 30, abaixo.

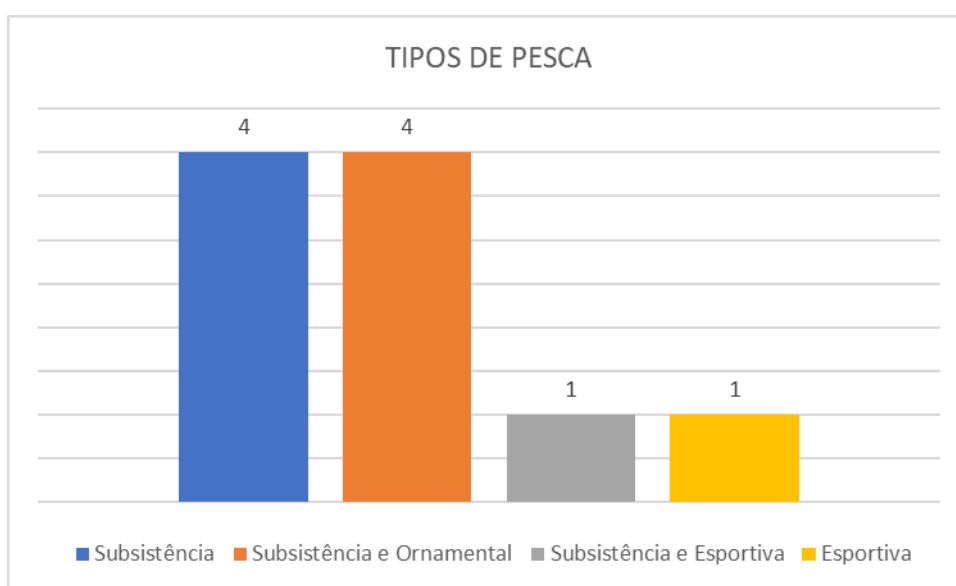


Figura nº 30 – Gráfico sobre os tipos de pesca na Comunidade Dom Pedro II.

Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2017 e 2018 (atualização em 2021/24).

Essa diversidade de modalidades de pesca praticadas pelas famílias camponesas amazônicas reflete a variedade de interesses, necessidades e preferências existentes dentro da comunidade. Enquanto algumas famílias se concentram na pesca como forma de obter alimento e garantir a subsistência, outras também exploram o potencial ornamental dos peixes, criando oportunidades adicionais de geração de renda.

Essa diversificação de abordagens na pesca revela a capacidade de adaptação e a busca por diferentes formas de sustento da comunidade. Cada família contribui para a dinâmica local da atividade pesqueira de acordo com suas habilidades e recursos disponíveis, criando um ambiente em que múltiplas formas de interação com os recursos pesqueiros são valorizadas e desenvolvidas.

O camponês amazônico desempenha um papel fundamental nesse processo de captura, pois possui um saber tradicional adquirido ao longo dos anos por meio de sua vivência diária. Esse saber (etnoconhecimento), é transmitido de geração em geração e permite que esses pescadores tenham uma compreensão profunda do ecossistema em que atuam. Eles sabem quando e onde pescar, levando em consideração o ciclo hidrológico e as particularidades do ambiente aquático.

Ao explorar o conhecimento dos camponeses amazônicos da Comunidade Dom Pedro II sobre as diversas modalidades de pesca, uma das perguntas realizadas foi sobre a fonte de aprendizado dessas práticas. Os resultados revelaram que a maioria dos entrevistados aprenderam com o pai (7), enquanto um entrevistado aprendeu com ambos (pai e mãe), um aprendeu apenas com a mãe e outro mencionou ter aprendido por conta própria, conforme figura nº 31, abaixo.

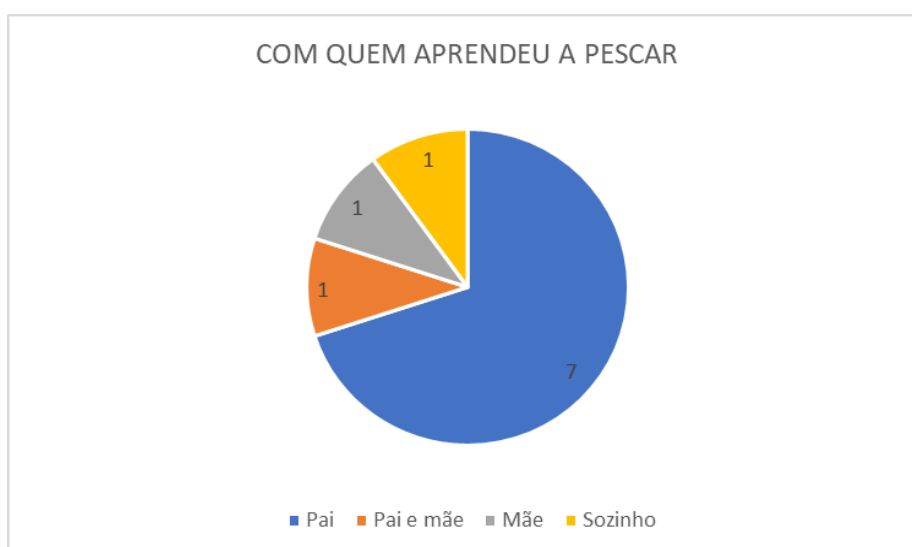


Figura nº 31 – Gráfico sobre com que aprendeu a pescar.

Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2017 e 2018 (atualização em 2021/24).

Essas respostas destacam a importância da transmissão intergeracional do conhecimento sobre a pesca. A figura paterna emerge como uma influência central, compartilhando habilidades, técnicas e saberes adquiridos ao longo de suas próprias experiências. O aprendizado com ambos os pais ou apenas com a mãe também demonstra a contribuição de diferentes membros da família no processo de formação do conhecimento pesqueiro.

O fato de um entrevistado mencionar ter aprendido por conta própria ressalta a capacidade de autonomia e autoaprendizagem, onde o indivíduo explora e adquire conhecimentos através de sua própria iniciativa e experiências práticas. Isso reflete a adaptabilidade e a criatividade do camponês amazônico na busca por recursos e conhecimentos para suas atividades de pesca.

Essa transmissão de conhecimentos, seja por meio da figura paterna, materna ou autodidática, contribui para a continuidade das práticas pesqueiras tradicionais, fortalecendo a conexão entre gerações e preservando a sabedoria acumulada ao longo do tempo. Essa transmissão do saber é essencial para a preservação da identidade cultural e a sustentabilidade das atividades pesqueiras na Comunidade Dom Pedro II.

É nessa relação íntima com o ecossistema e o saber tradicional permitem que os camponeses amazônicos exerçam a pesca de forma sustentável, respeitando os recursos naturais e garantindo a sua própria subsistência. O processo de trabalho desses pescadores envolve técnicas específicas de pesca, seleção de equipamentos adequados e o uso de estratégias adaptadas às condições ambientais e às espécies-alvo.

Tal qual aos elementos da produção camponesa, a força de trabalho utilizada na pesca é proveniente da própria família, garantindo uma dinâmica de **trabalho familiar** (ver figura nº 32, abaixo) e uma economia voltada para a subsistência e a reprodução social. A renda gerada por essa atividade econômica é direcionada para o sustento e o bem-estar da família como um todo. (Chayanov, 1974; Shanin, 2005).

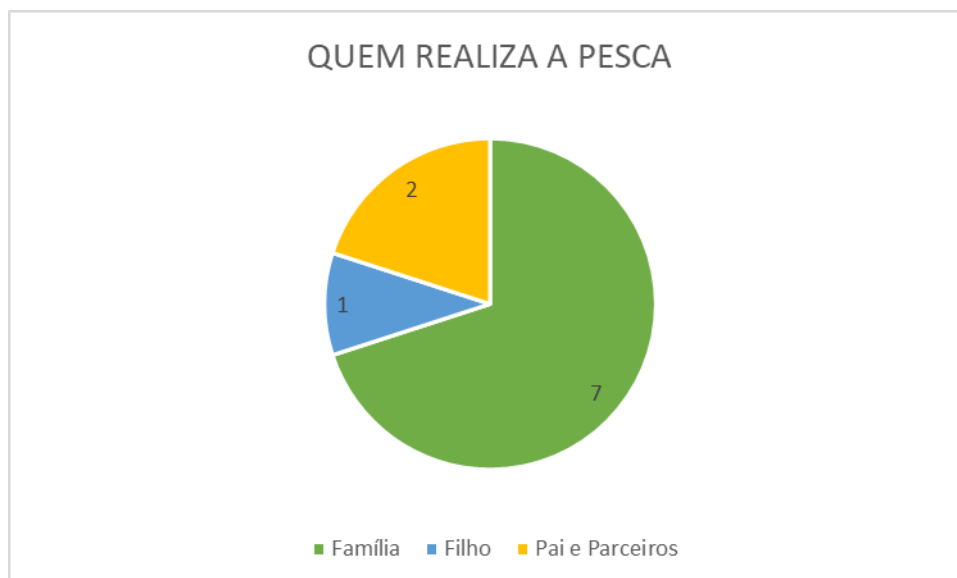


Figura nº 32 – Gráfico sobre quem realiza o trabalho pesqueiro na Comunidade Dom Pedro II.
Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2017 e 2018 (atualização em 2021/24).

Da mesma forma como ocorre na agricultura, existem divisões de trabalho na atividade pesqueira. Em geral, a pesca é executada principalmente pelos homens, que desempenham um papel central na captura dos peixes. Em viagens mais longas, as mulheres também acompanham e contribuem nas tarefas relacionadas à alimentação da família, garantindo que as necessidades básicas sejam atendidas durante a jornada de pesca, mencionado por R.M, 67 anos, abaixo:

na pesca o trabalho é o ano todo, e toda família realiza a pesca, mas a gente homem, que fica mais com essa atividade, a mulher vai quando a viagem é muito longa, e que a gente vai pra mais longe, mas é homem que pesca, porque as vezes temos que fazer muita força, dependendo do tipo de peixe.

Essa divisão de trabalho reflete a dinâmica tradicional e complementar entre homens e mulheres na comunidade, na qual cada membro da família desempenha um papel específico e colabora de acordo com suas habilidades e responsabilidades. Essa forma de organização contribui para a coesão familiar e para o sucesso da atividade agrícola e pesqueira como um todo. (Chayanov, 1974; Shanin, 2005).

Em se tratando de instrumentos utilizados pelos camponeses amazônico, para cada tipo de pesca há instrumentos apropriado a serem utilizados, tais como, (ISA, 2008):

Pesca de subsistência: Cacuri, cacuri de igapó, caiá, matapi de cachoeira, matapi de igapó, artes de fisgar: arco e flecha, arpão, zagaia, redes: puçá, malhadeira, tarrafa; linhas: espinel, grosseira, linha de mão e caniço.

Pesca Comercial: malhadeira, zagaia, redes-de-cerco e arrastão.

Pesca ornamental: rapiché, tarrafa, cauri, puçá, redinha.

Pesca esportiva: vara de pesca, linha, molinete, carretilha, anzol, chumbadas, iscas naturais, bóias, iscas artificiais e alicates.

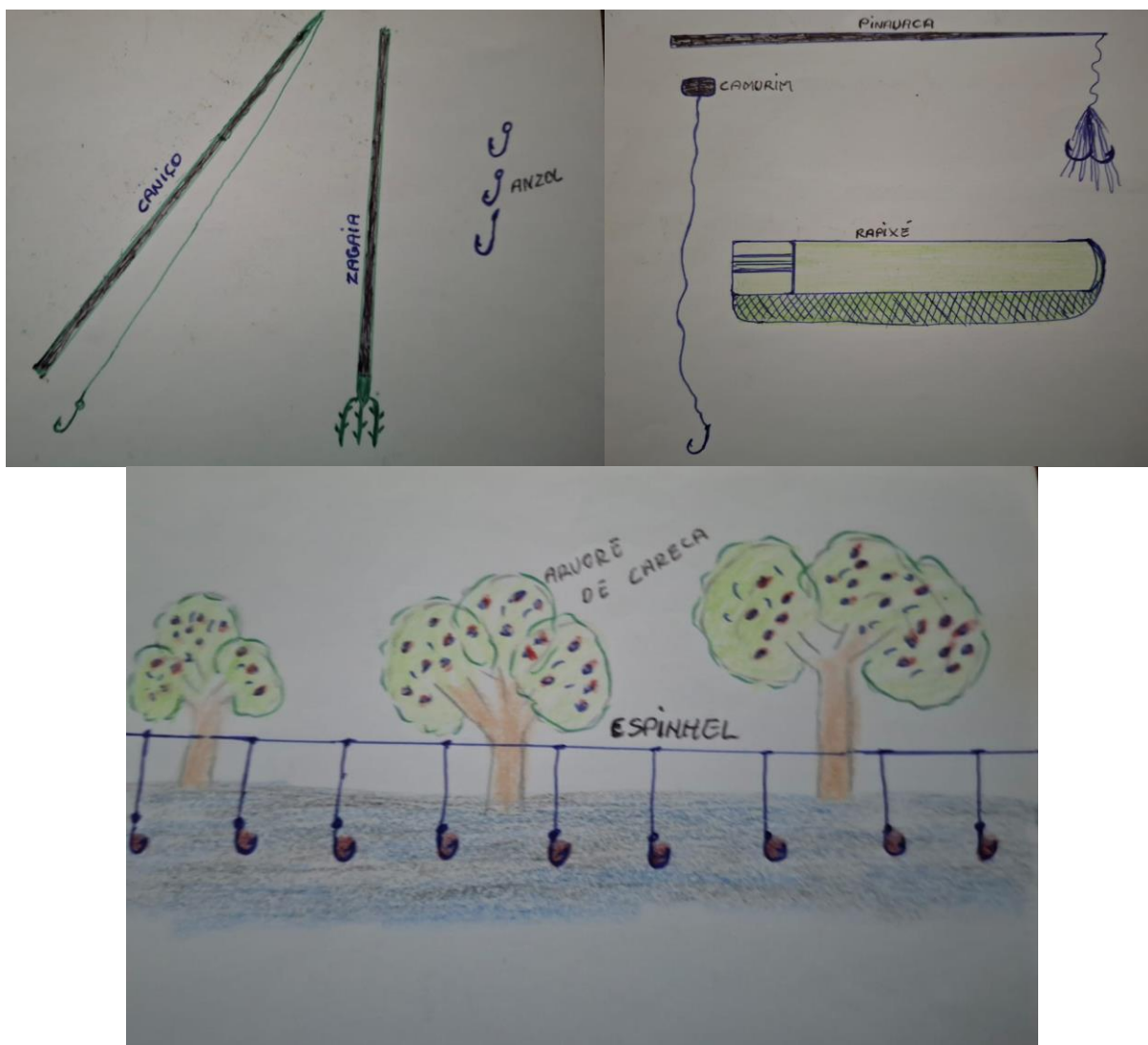


Figura nº 33 – Desenhos elaborado por um camponês amazônico, de alguns instrumentos utilizados na pesca, da Comunidade Dom Pedro II.

Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2017 e 2018 (atualização em 2021/24).

De acordo com as entrevistas realizadas, verifica-se que os instrumentos mais utilizados na área de estudo segundo os pescadores foram, alguns pode-se observar na figura nº 33, acima: a rede, o arrastão ou arrastadeira (ou rede grande), malhadeira, o espinhel, o anzol ou linha de mão, e a canoa, sendo todos imprescindíveis, assim como a gasolina e/ou diesel para manter o motor, figura nº 32, acima.

Descreve-se aqui alguns desses instrumentos, com base nas entrevistas realizadas:

A **rede** é o instrumento mais empregado, dada sua elevada eficiência tanto nas pescarias em lagos quanto nos leitos dos rios, como observado na região sob estudo, especificamente no médio rio Negro, desde que exista um espaço mínimo para seu

lançamento. As malhas apresentam dimensões equivalentes às das arrastadeiras, com uma altura média similar, porém seu comprimento é inferior.

A **malhadeira** é um equipamento de pesca utilizado predominantemente em lagos, podendo também ser armada nas áreas de remanso dos rios. A prática de pesca com malhadeiras é, em sua maioria de natureza individualizada. Frequentemente seu uso ocorre durante a noite. O conjunto é preparado no final da tarde e recolhido nas primeiras horas da manhã. Este método caracteriza-se por sua seletividade, ou seja, para cada tipo de espécie de pescado que se pretende capturar, são utilizadas malhas com tamanhos apropriados.

O **espinhel** consiste em uma extensa linha de nylon ou manilha, na qual se fixam em intervalos regulares, linhas armadas com anzóis. Este equipamento é empregado em lagos, paranás, igarapés, igapós, e rios, sendo capaz de capturar praticamente todos as espécies de peixes, com variações que dependem do tamanho dos anzóis e dos tipos de iscas utilizadas.

Tarrafa é uma rede em forma de disco, dotada de um cordel no centro, que fica preso à mão esquerda do tarrafeador. Para usá-la, com a mão direita junta-se uma grande parte da tarrafa e lança-se na água. A tarrafa é aberta com uma teia de aranha, apanhando os peixes que se encontram naquele círculo.

Arpão caracteriza-se por ser uma haste longa e pesada, fabricado em “pau d’arco” com uma ponta de ferro que se encaixa em uma das extremidades. Presa ao arpão está uma corda (arpoeira), com 20 a 30 braças, cuja extremidade está armada uma bóia de madeira (molongó) ou plástico. A haste do arpão é conhecida pelos pescadores como “astia”.

Zagaia é um tridente usado para pescaria com auxílio de uma luz forte (lanterna elétrica, luz ligada à bateria de automóvel ou lanterna e carbureto), à noite. O pescador procura, sentado na proa da canoa o peixe que fica quase parado na margem dos lagos, como se estivesse dormindo. Quando é focalizado com a lanterna, ele fica imóvel, disso se aproveita o pescador para espetar-lhe a zagaia, capturando-o.

Canço é feito de uma linha com anzol e chumbo numa haste. Dependendo do peixe que se quer capturar o tamanho do anzol varia bastante.

Por sua vez, o anzol ou linha de mão é composto por uma linha longa, a qual se acopla é um único anzol, iscado com um pedaço de peixe ou outro tipo de isca. Após ser lançado por uma certa distância, o anzol é deixado para descer até o fundo. Esta técnica é predominante entre os armadores, sendo utilizada principalmente na captura de peixe liso (bagre/fera), bem como os peixes de escama.

A atividade pesqueira na Comunidade Dom Pedro II, transcende a mera ação produtiva voltada para subsistência ou a comercialização do pescado. Envolve na verdade um

complexo conjunto de saberes, práticas e representações que estruturam a relação do camponês amazônico com seu ambiente aquático. Assim a pesca não se configura apenas como um meio de obtenção de lucro, mas também com uma forma de apropriação social do território e construção simbólica do espaço, conforme a figura nº 34, sobre o ambiente deles, na enchente/cheia e vazante/seca.

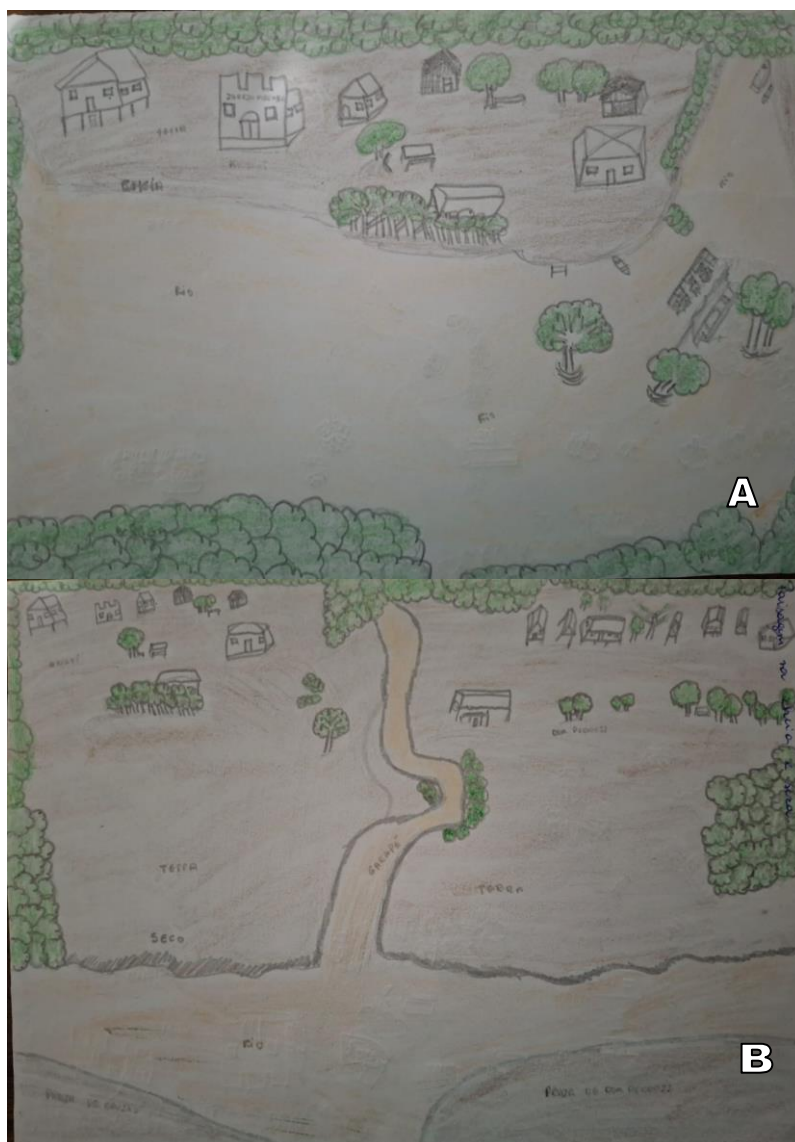


Figura nº 34 – Desenhos elaborado por uma família camponesa amazônica, da Comunidade Dom Pedro II: **A** - na enchente/cheia e **B** - vazante/seca.
Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2017 e 2018 (atualização em 2021/24).

A interação entre o pescador e o ambiente em que atua é mediada por um conhecimento empírico, o qual é transmitido de geração em geração. Este saber abrange compreensão dos ciclos hidrológicos, como evidenciado na figura nº 34, acima, das estratégias utilizadas para cada tipo de captura, como exemplificado, anteriormente, sobre os tipos de pesca e instrumentos utilizados. Dessa forma, a pesca não se revela como um ato

aleatório, mas sim como uma atividade profundamente embasada em conhecimentos ecológicos acumulados ao longo do tempo.

Este camponês amazônico da Comunidade Dom Pedro II, é detentor desses saberes e práticas, inclusive dos lugares de pesca mais propícios, rios e lagos, neste caso em específico, também demonstrado de forma ilustrativa na figura nº 35, abaixo, que fica também no seu imaginário, desse conhecimento de sua vivência cotidiana.

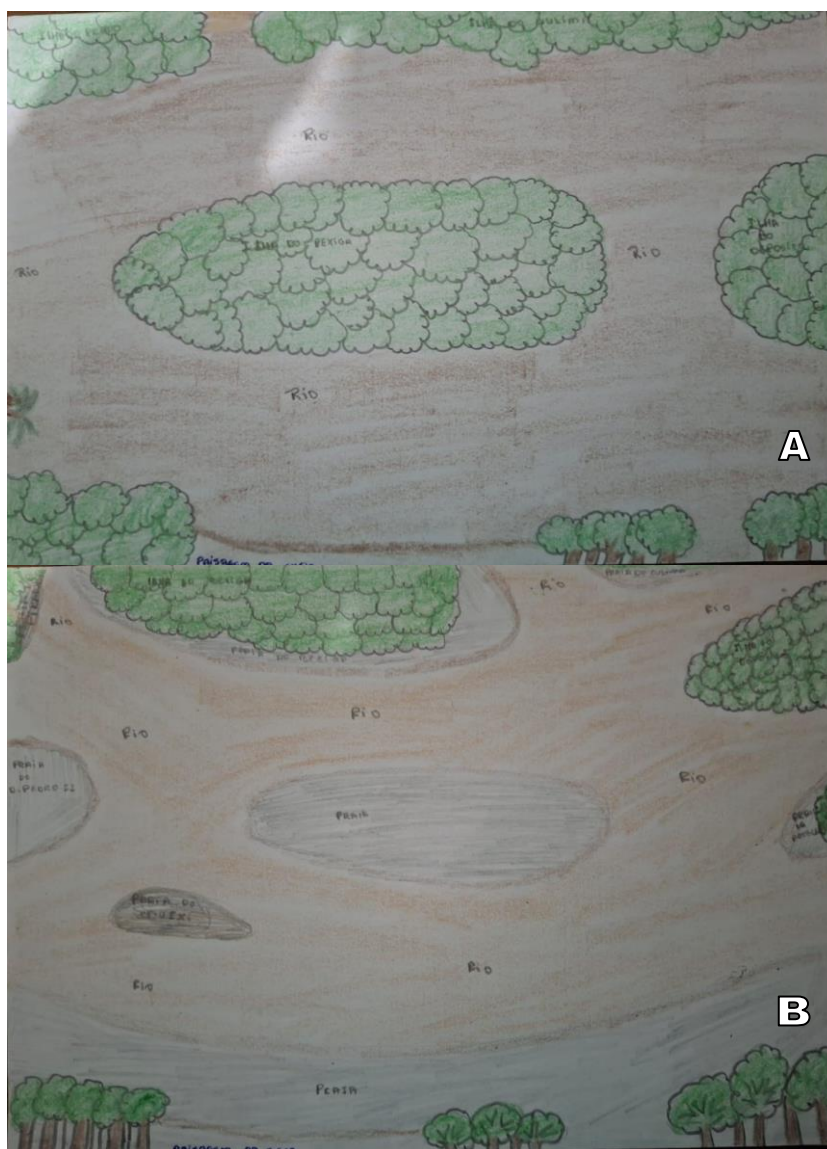


Figura nº 35 – Desenhos elaborado por uma família camponesa amazônica, da Comunidade Dom Pedro II, locais de pesca: **A** - na enchente/cheia e **B** - vazante/seca.
Fonte: Autora - dados coletados em campo, 2017 e 2018 (atualização em 2021/24).

A localização dos pontos de pesca mais adequado não é fruto do acaso, mas sim de um conhecimento que se fundamenta na compreensão das dinâmicas ecológicas dos corpos d'água. Fatores como correnteza, profundidade, vegetação, período de cheia e vazante, além do comportamento migratório das espécies de peixes, são criteriosamente considerados na

determinação dos locais mais propícios. Este conhecimento muitas vezes não formalizado, é essencial para a subsistência das comunidades amazônicas e para conservação do estoque pesqueiro.

A figura nº 35, mencionada no contexto acima, serve como um recurso ilustrativo para representação deste conhecimento, que perpassa o mundo físico, estendendo-se também ao imaginário e à memória coletiva da comunidade. Tal consideração evidencia que os saberes tradicionais não se limitam à sua aplicação prática, mas possuem, igualmente, um caráter simbólico, refletindo uma visão de mundo específica que enfatiza a importância de uma relação de respeito com o ambiente.

3.2 A rede de comercialização

A pesca artesanal representa uma das principais atividades econômicas das Comunidades Ribeirinhas da Amazônia. No município de Barcelos, a Comunidade Dom Pedro II, se destaca na captura e venda do pescado, estabelecendo uma relação peculiar de comercialização. Neste item busca-se compreender as dinâmicas desse mercado, analisando a relação entre camponeses amazônicos (pescadores) e compradores, as condições de venda e a estruturação do setor.

Nesta pesquisa, os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturadas com 10 famílias da Comunidade Dom Pedro II, e a partir disso, evidenciou-se 6 compradores na sede do município de Barcelos - AM. Esses resultados apontam que os pescadores da Comunidade, mantêm essa relação de dependência com esses compradores. A comercialização ocorre de forma previamente estabelecida, reduzindo a possibilidade de negociação de preços. Além disso, foi identificado que muitos desses compradores possuem embarcações que são cedidas aos pescadores, ampliando a dependência econômica dos camponeses amazônicos, conforme relata, E.M, 55 anos:

Aqui a gente já tem alguns vendedores certo, que semanalmente saem para realizar, pescaria, e que na maioria das vezes, a gente dá o barco, diesel, gelo e o que eles precisarem, depois a gente desconta na volta, e também a gente compra de quem chega pra vender, também, mas eu tenho 2 barcos que vendem pra mim.

No contexto da citação acima, podemos afirmar que ocorre neste momento uma monopolização do território pelo capital. (Oliveira, 2004). Neste sentido, vamos exemplificar por analogia este tipo de monopolização ocorre na várzea amazônica, sobre um trabalho que originou a propositura desta tese, realizado na Costa do Arapapá, município de Manacapuru – AM., no rio Solimões.

Após os trabalhos em campo realizada em junho de 2010, identificou-se dois (2) lanços na área de estudo, Costa do Arapapá localizada no município de Manacapuru-AM, ver figura nº 36, abaixo, específico para pesca do peixe liso, pesca tipo de pesca preponderante nesta área de estudo, o que se difere da pesca realizada pelos camponeses amazônicos da Comunidade Dom Pedro II – Barcelos – AM.

O lanço consiste na largada da rede no local delimitado a jusante do rio, para aproveitar a correnteza, quando atingir o limite estabelecido, chegando nesse limite os dois pescadores que estiverem dentro da canoa puxam a rede, onde eles têm que investir muita força para realização do fim do processo, para os pescadores o lanço é a descida do rio como destacou: C. A. L. “é a descida do rio, que dura uns 35 (trinta e cinco minutos)”. E a partir disso outros dois pescadores em outra canoa fazem o mesmo processo respeitando o sistema de vez. O lanço possui uns 600m de comprimento segundo dados revelados pelos pescadores

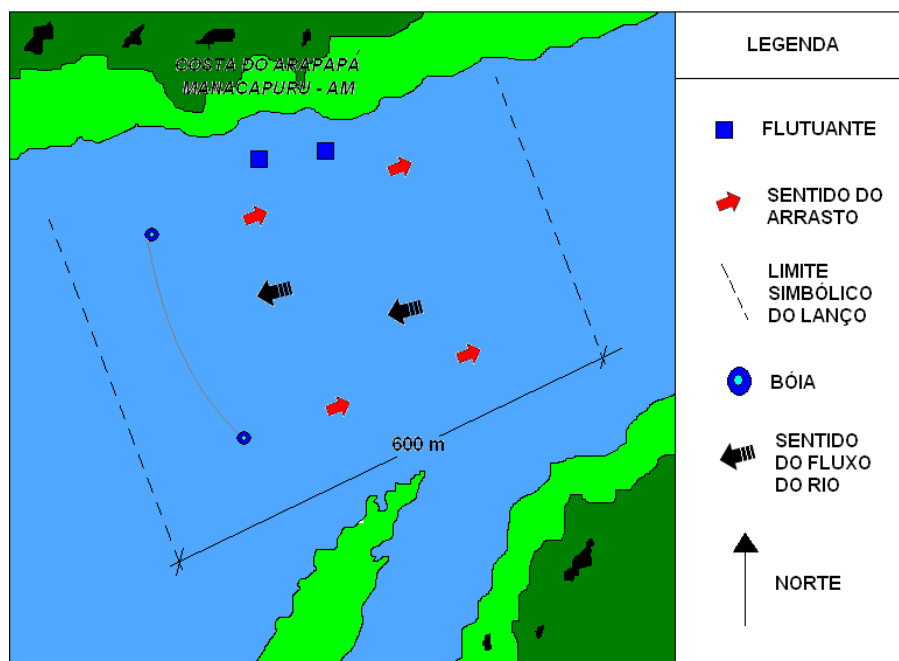


Figura nº 36 - Esquema da delimitação do lanço.

Fonte: autora, dados coletados em trabalhos de campo em 2010 e 2018.

Com base nos dados coletados, observa-se que a pesca do peixe liso, nesta região, passou a ter maior destaque na comunidade há aproximadamente uns 15 anos. Nesse período foi realizado a limpeza do fundo do rio, permitindo a delimitação do lanço, ver figura nº 37, abaixo. Essa limpeza foi conduzida pelos próprios camponeses amazônicos, por meio de um mutirão, uma atividade realizada coletivamente.

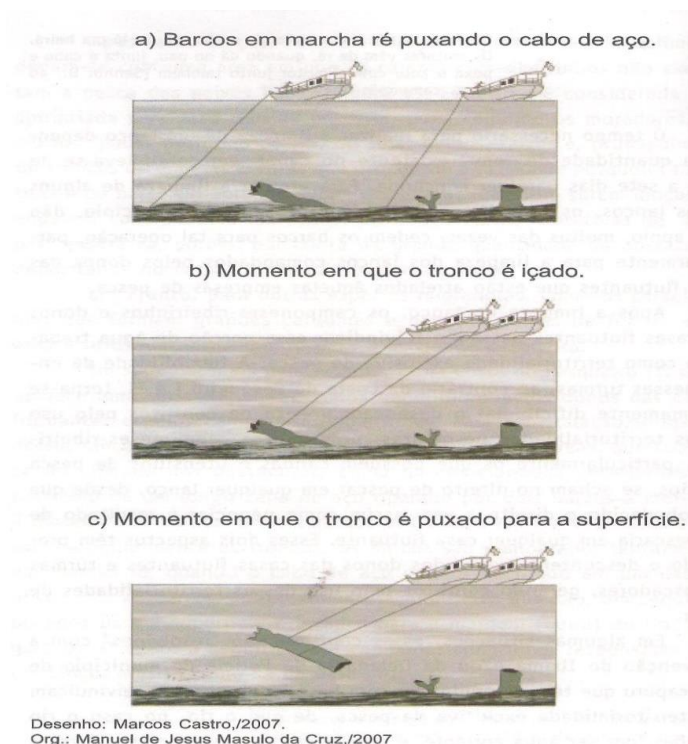


Figura nº 37– Limpeza do rio.
Fonte: Tese de Doutorado Cruz, 2007.

Essas casas flutuantes surgem a partir das instalações dos frigoríficos na sede do município de Manacapuru-AM., que como já foi citada são responsáveis justamente pela compra do pescado capturado pelos camponeses amazônicos para atender a demanda dos frigoríficos. São casas situadas nas margens dos rios em frente às comunidades como se destaca na figura nº 38, abaixo.

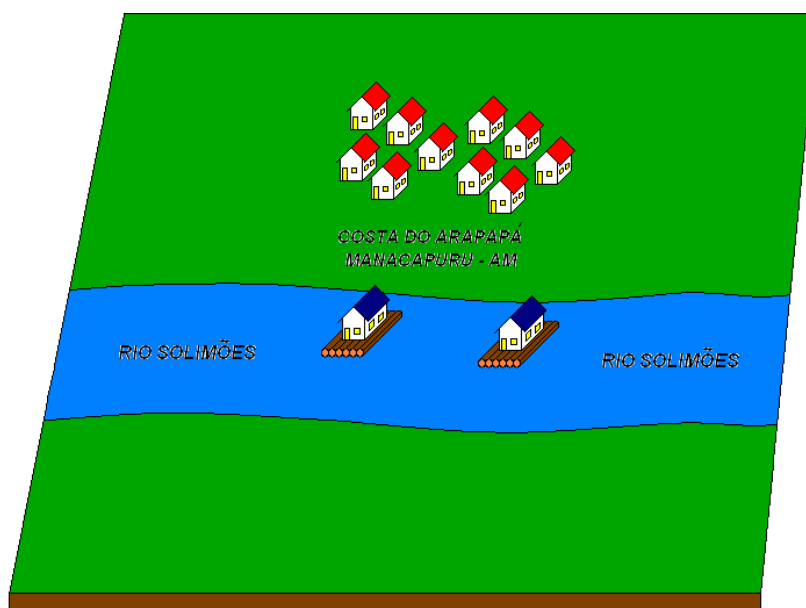


Figura nº 38 – Esquema das casas flutuantes.
Fonte: autora, dados coletados em trabalhos de campo em 2010 e 2018.

Na casa flutuante da Comunidade da Costa do Arapapá, havia no momento da pesquisa, havia 8 campanhas, que são canoas equipadas com todos os instrumentos/apetrechos necessários para a pesca. Cada canoa é operada por 2 camponeses amazônicos (pescadores), totalizando 16 camponeses, além de um encarregado pela compra do pescado. Entre esses 2 pescadores, um atua como proeiro (guia), enquanto o outro lança a rede. No entanto no momento de puxar a rede, ambos trabalham para recolhê-la.

O proprietário da casa flutuante, frequentemente fornece os instrumentos de pesca aos pescadores, pois muitos deles não possuem. Os custos desses materiais são pagos pelos pescadores em parcelas, descontados semanalmente no pagamento feito aos pescadores pelo dono da casa flutuante.

Observa-se, nesta área de estudo, no ecossistema de várzea utilizada como exemplo para ilustrar a monopolização do território pelo capital, os donos das casas flutuantes fazem investimento, contando com pescadores exclusivos tanto para captura do pescado quanto para comercialização. Esses pescadores são obrigados a vender sua produção com exclusividade para a casa flutuante à qual estão vinculados. Além disso, o pagamento pelo pescado é realizado semanalmente.

Os donos dessas casas flutuantes, seja no ecossistema de várzea, rio Solimões, ou no ecossistema de terra firme e igapó, rio Negro, ambos realizam investimentos na infraestrutura de pesca, dispondo de pescadores exclusivos para captura e a venda. Esse modelo de dependência econômica impõe aos camponeses amazônicos a obrigação de comercializar com exclusividade com eles, limitando significativamente sua capacidade de decisão e autonomia financeira.

Com os trabalhos em campo com os camponeses da Comunidade Dom Pedro II, verificou-se que o tipo de pescado mais capturado por eles é o peixe de escama, especificamente o pacú (*Piaractus mesopotamicus*) e o aracu (*Leporinus fasciatus*), e por último o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), um peixe liso. A pesca realizada por esses camponeses amazônicos, no ecossistema do rio Negro ocorre em diversos ambientes, entre rios e lagos. Durante a pesquisa os pescadores citaram majoritariamente o rio Negro e o rio Demeni, ambos localizados no município de Barcelos -Am. No entanto, esses são apenas rios principais, que incluem diversos lagos, que também são amplamente explorados para atividades pesqueira ao longo do ano.

A atividade pesqueira nessa região sofre variações, influenciadas pelo ciclo hidrológico do rio, com períodos de enchente/cheia e vazante/seca. Essas mudanças no regime das águas impactam diretamente a disponibilidades dos peixes e, conseqüentemente, a

quantidade de pescado capturado. Além disso, as flutuações sazonais afetam a dinâmica de mercado, influenciando os preços praticados na comercialização do pescado.

Durante a cheia a dispersão dos cardumes dificulta a captura, reduzindo a oferta e elevando os preços. Por outro lado, na vazante a concentração dos peixes facilita a pesca, aumentando a oferta e impactando a precificação no mercado local, conforme relata, R.C, 60 anos:

a gente pesca o ano todo e todos os dias, em rio e lago, e o preço também modifica nesses 2 períodos, na cheia é mais difícil, mas também tem maior lucro, na seca é mais fácil, mas o preço é mais baixo.

Ao longo da pesquisa em campo, tornou-se evidente que o camponês amazônico desempenha um papel primordial na cadeia produtiva local. Sua importância não se restringe apenas a força de trabalho, mas também ao vasto conhecimento empírico sobre o ecossistema em que está inserido. Esse saber tradicional, transmitido geracionalmente, possibilita a adaptação às peculiaridades da região, especialmente no que diz respeito ao ciclo das águas.

O camponês amazônico, por está imerso nessa realidade, compreende as oscilações ambientais e adapta às suas estratégias produtivas, conforme a sazonalidade. Essa sabedoria não se limita apenas ao manejo dos recursos naturais, mas também se estende ao entendimento das variações de preços, ver figura nº 39, abaixo, que ocorrem dos dois períodos distintos.

PRODUTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	R\$ kl							R\$ kl				
ARACU	7,00							5,00				
PACU	7,00							5,00				
FILHOTE (PEIXE LISO)	8,00							6,00				

Figura nº 39 – Tabela dos valores do pescado na cheia e na seca, respectivamente.

Fonte: autora, dados coletados em trabalhos de campo em 2018 e 2024.

A relação entre o camponês e o ecossistema não é meramente uma questão de protagonismo dentro da cadeia produtiva, pois seu conhecimento prático sobre os ciclos das águas e as variações econômicas que delas decorrem reforço a ideia de que ele não é apenas um sujeito passivo, mas um sujeito ativo e essencial para sustentabilidade socioeconômica da região.

A análise dos dados coletados em campo com os camponeses amazônicos da comunidade, revela a existência de uma rede estruturada de comercialização do pescado. Essa

rede se destaca pelo fato de que todos os camponeses entrevistados, estão envolvidos nessa rede e já possuem uma venda prévia assegurada antes mesmo de saírem para suas atividades de pesca. Esse aspecto indica uma rede de comercialização bem organizada, que minimiza riscos econômicos para os camponeses e lhes garante previsibilidade financeira.

Após a captura do pescado, os camponeses se dirigem às casas flutuantes localizadas na sede do município de Barcelos, onde ocorre a comercialização de seus produtos. Essas casas desempenham um papel essencial na distribuição do pescado, particularmente no caso do peixe de escama, que abastece tanto a sede do município de Barcelos quanto o município vizinho de São Gabriel da Cachoeira, ver figura nº 40, abaixo.

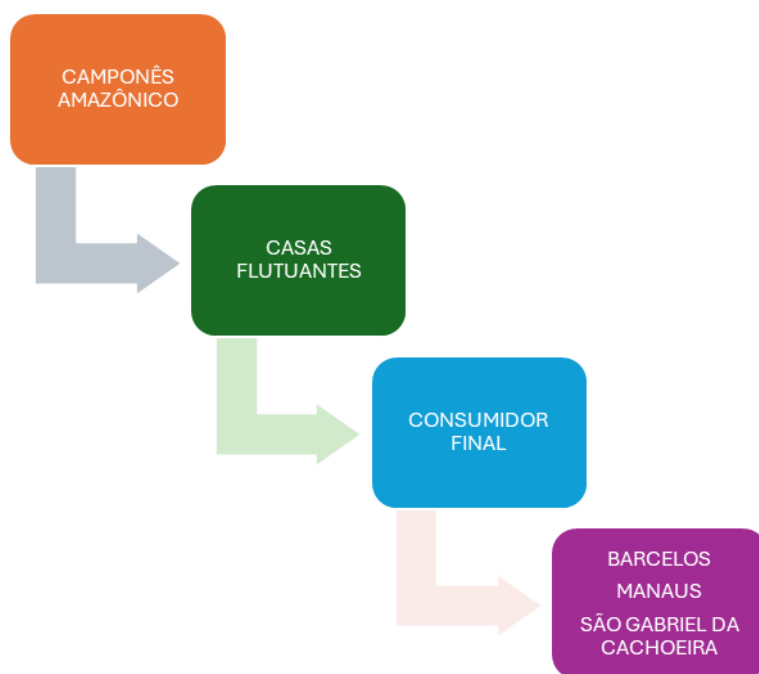


Figura nº 40 – Fluxograma dos sujeitos envolvidos na rede de comercialização e mercado consumidor.
Fonte: Autora, dados coletados em trabalhos de campo em 2018 e 2024.

Um aspecto relevante dessa rede de comercialização é a distinção entre os mercados consumidores. O peixe de escama atende à demanda local e regional, enquanto o peixe liso, especificamente o filhote, é direcionado para o mercado consumidor em Manaus. Essa segmentação evidencia um sistema logístico que permite o escoamento eficiente dos produtos pesqueiros, conectando comunidades ribeirinhas e grandes centros urbanos.

A existência desse modelo de comercialização estruturado também aponta para a importância das casas flutuantes como pontos estratégicos na cadeia produtiva. Elas não apenas facilitam a distribuição do pescado, mas também exercem um papel fundamental na regulação dos preços e na dinâmica econômica local.

Contudo, alguns desafios podem ser observados nesse sistema, como a dependência dos camponeses em relação a essas casas flutuantes, que podem ditar os preços de compra, reduzindo a autonomia dos pescadores na negociação. Além disso, fatores ambientais, como sazonalidade e mudanças climáticas, podem impactar a disponibilidade do pescado e, consequentemente, afetar essa cadeia de comercialização.

Portanto, é essencial que sejam promovidas políticas de fortalecimento da pesca artesanal e da comercialização, garantindo melhores condições para os pescadores e maior equilíbrio na distribuição da renda dentro dessa cadeia produtiva. A valorização do trabalho dos camponeses amazônicos e o desenvolvimento de alternativas sustentáveis para a pesca são fundamentais para a manutenção desse importante setor econômico regional.

BOX 3**CONTO CONTADO**

O meu pai como sempre trabalhando com a pesca, pescaria, ele era pescador, um grande pescador, então ele ficava de 20 a 30 dias pelas ilhas mais longínquas da cidade, muito longe, muito distante mesmo; ele pescava muito, tanto os peixes que eram tratados e salgados para ele trazer, as tartarugas que ele pegava, peixe boi também que na época não era proibido, e tinha vezes que eu ia também para essas viagens de pescaria e eu nunca tive medo, talvez porque eu era muito criança; então ele trazia tudo aquilo, ou vendia para uma pessoa por nome Patrão, que era um comerciante, que tinha poderes numa cidade, numa pequena cidade por nome Piloto, o senhor chamava Albino, meu pai sempre vendia meu produto para ele, porque antes dessa viagem já tinha aviador por esse patrão, que era pego a mercadoria para ele levar e deixar em casa para nós; a mercadoria era o sabão, o açúcar, o café, sessas coisas ele deixava pra gente, mas geralmente desse produtos que ele trazia, nunca dava para pagar a dívida, sempre ficava um restante para outra viagem, e assim como ele eram muitos, mas também tinha os regatões, que quando meu pai trabalhava e ia para essas pescarias que não eram pelo patrão, ele vendia para os regatões, que iam num determinado dia do mês; então a mercadoria era trocada, tudo, desde o açúcar, bolacha, rosca, tecido, que era o tecido que ele comprava, que minha mãe fazia nossas roupas fazendo a mão, não tinha máquina de costura; na época só tinha máquina de costura as pessoas que tinham posses, que eram da cidade, que tinham dinheiro para comprar; o pobre não tinha, costurava na mão, mas era uma coisa perfeita; então o tempo foi passando e nós fomos crescendo; eu deveria estar de 7 a 10 anos de idade, então a gente vivia assim, minha mãe na roça, meu pai trabalhando, pescando, sempre pescando e voltando, e as vezes quando o rio estava muito cheio, que ficava difícil de peixe, ele ficava o dia todinho para pescaria, para quando ele chegar de 17:30 para as 18h, trazer o peixe, que minha mãe já estava com água no fogo, temperada com a cebolinha e o coentro que hoje é nosso cheiro verde, que minha mãe plantava; então eles iam tratar aquele peixe e a gente na certa ia tá jantando umas 7 e meia para as 8 da noite, à luz de lamparina, que não tinha energia elétrica, e na cidade a energia que tinha era até as 10h da noite e depois a Cidade ficava escura; então era o meu pescando e minha mãe trabalhando na roça.

(TBN, 65 anos).

CAPÍTULO 4 – A RENDA DA TERRA E DA ÁGUA NA ECONOMIA CAMPONESA AMAZÔNICA NA COMUNIDADE DOM PEDRO II – BARCELOS-AM

4.1 Concepções teóricas sobre a renda da terra

Ao discutir a renda da terra, é válido resgatar algumas é pertinente recuperar algumas noções dos pensadores clássicos da economia política, entre os quais se destacam: Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx. Adam Smith, em sua obra "A Riqueza das Nações" (1996), enfatiza que a renda da terra é o pagamento efetuado ao seu proprietário, considerando a terra como um recurso fundamental para a geração de riqueza.

Para Smith (1996), o desenvolvimento das sociedades está de certa forma, intrinsecamente ligado a renda da terra. Ele categoriza a sociedade em 3 grupos: **1.** Aqueles que obtêm o sustento diretamente da terra; **2.** Aqueles que recebem salários de atividades desenvolvidas na terra e, finalmente, **3.** Aqueles que vivem do lucro do capital investido na terra. A produção anual total da terra e do trabalho de cada país [...] naturalmente se divide [...] em três partes: a renda da terra, os salários da mão-de-obra e o lucro do capital, constituindo, dessa maneira, uma renda para essas três categorias de indivíduos. (Smith, 1996).

Smith (1996), também reconhece a existência de uma renda diferencial, que se refere as benfeitorias e à localização das terras, onde a renda varia de acordo com a fertilidade natural do solo das terras e sua localização. Portanto, terras férteis e bem localizadas tendem a gerar maior renda da terra. Ele “esclarece ainda que o aperfeiçoamento das forças produtivas tende a reduzir o preço dos produtos, conseqüentemente aumentando indiretamente a renda da terra” (Nabarro e Suzuki, 2010).

A renda da terra, segundo Smith, está relacionada à determinação dos valores e preços atribuídos ao processo produtivo e, especialmente, à sua distribuição, a partir de classes sociais economicamente diferenciadas, traçando, assim, um perfil sobre o processo de desenvolvimento econômico e da riqueza nos países capitalistas (Rapozo, 2015).

Malthus, em sua obra “Princípios da Economia Política” (1996), define a renda da terra como a fração total que permanece ao proprietário da terra, após a quitação de todas as necessárias à realização das atividades agrícolas. Assim como Smith, Malthus também reconhece que a qualidade e a fertilidade do solo são os fatores relevantes para uma maior obtenção de renda da terra, ou seja, ele também admite a existência de uma renda diferencial.

Em sua teoria, Malthus procura esclarecer as causas do excedente entre os preços dos produtos agrícolas e os custos de produção. Ele elenca três causas principais: **1.** A capacidade da terra de produzir bens essenciais à vida; **2.** A necessidade de que os bens produzidos gerem sua própria demanda ou criem um número suficiente de consumidores para a quantidade produzida; e, por último, **3.** A escassez das terras férteis, tanto as terras naturais, quanto aquelas que já foram aprimoradas pelo homem. (Nabarro e Suzuki, 2010).

A partir da definição proposta por Malthus, David Ricardo (1988), desenvolve sua teoria acerca da renda da terra na obra “Princípios de Economia Política e Tributação”. Assim como Malthus, Ricardo sustentava que a renda da terra corresponde à totalidade dos pagamentos efetuados ao seu proprietário, após a quitação de todas as despesas associadas à atividade realizada na terra. Contudo, para Ricardo as terras mais férteis já apresentavam distinções:

Se todas as terras tivessem as mesmas características, se fossem ilimitadas na quantidade e uniformes na qualidade, seu uso nada custaria, a não ser que possuíssem particulares vantagens de localização. Portanto, somente porque a terra não é ilimitada em quantidade nem uniforme na qualidade, e porque, com o crescimento da população, terras de qualidade inferior ou desvantajosamente situadas são postas em cultivo, a renda é paga por seu uso. Quando, com o desenvolvimento da sociedade, as terras de fertilidade secundária são utilizadas para cultivo, surge imediatamente renda sobre as de primeira qualidade: a magnitude de tal renda dependerá da diferença de qualidade daquelas duas faixas de terra. (RICARDO, 1988).

Para o autor, havia a diferença das terras mais ou menos férteis, porém as questões relacionadas à renda da terra diziam respeito aos diferentes graus de produtividade da terra que exigiriam uma maior quantidade de trabalho para sua produção, agregando valor sobre o preço de determinado produto e gerando, dessa forma, a renda. (Lenz, 2007; Nabarro e Suzuki, 2010; Rapozo, 2015).

A partir disso, verifica-se que Ricardo (1988) aprimora a teoria de Malthus (1996) criando uma teoria em que analisa a importância das terras mais ou menos férteis, ou seja, produtos das terras mais férteis, sendo produzidos com menores custos, porém comercializados ao mesmo preço dos produtos das propriedades menos férteis, sendo esse o cerne de sua teoria. Contudo, a renda diferencial foi definida na teoria elaborada por Marx (1980), dividida em renda diferencial I e renda diferencial II.

Na concepção de Marx, a teoria de Ricardo, representa a mais significativa contribuição da economia clássica e a forma mais avançada de análise sobre a renda da terra. Marx (1980), em sua teoria estruturada pelo movimento histórico do capital, alega que a renda fundiária se constitui em mais-valia, produto do trabalho excedente, caracterizando-se como

um excedente em relação ao lucro (Lenz, 1992). Para Marx, a renda territorial é uma das diversas formas de apropriação de partes distintas da mais-valia sobre uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, que nela se materializa (Marx, 1980).

Na abordagem de Marx (1980), sobre a renda fundiária, são apresentados quatro tipos de rendas: **1. Renda absoluta** (decorrente das características intrínsecas do solo); **2. Renda de monopólio** (originada pela singularidade do solo em relação ao mercado); **3. Renda diferencial I** (associada à fertilidade do solo e à sua localização); e **4. Renda diferencial II** (resultantes de investimentos de capital para aprimorar a produtividade do solo ou para melhorar sua localização em relação ao mercado) (Marx, 1980; Lenz, 2007; Rapozo, 2015).

Com base na análise fundamentada na teoria de Karl Marx, a renda diferencial I é caracterizada pela fertilidade do solo, que se traduz na variação da composição química da terra e na localização em relação ao mercado, bem como no acesso à comunicação, transporte, e centros de produção e distribuição. Por outro lado, a renda diferencial II relaciona-se aos incrementos que são implementados para aumentar a produtividade de uma determinada terra, com o objetivo de otimizar a produção e circulação de mercadorias. Exemplos desse fenômeno incluem a utilização de máquinas, equipamentos, fertilizantes etc., representando uma das manifestações mais avançada do capitalismo no meio rural

É possível observar que a renda diferencial II se origina da produtividade resultante da atividade laboral humana sobre uma determinada base natural de produção, que no contexto desta pesquisa, compreende a terra e a água. Assim, a renda diferencial configura-se como uma forma de mais-valia, sendo o trabalho humano a única fonte de valor, uma vez que, na ausência de atividade laborativa na terra, esta permanece improdutiva.

4.2 Concepções teóricas para delineamento da renda da água

Por analogia a teoria da renda da terra, conforme abordado anteriormente, é imperativo situar brevemente a questão da pesca na região amazônica e os efeitos da expansão do capitalismo. A atividade pesqueira começou a passar por transformações na década de 1960, em decorrência das políticas rodoviárias. Posteriormente, no final da década de 1960 e início de 1970, essas transformações se acentuaram com a implementação de políticas de incentivos fiscais promovidas pelo governo federal voltadas para Amazônia. (Mello, 1973; Penner, 1984, Jacaúna, 2015).

Antes da adoção dessas políticas de incentivos para a região Amazônica, a atividade pesqueira, juntamente com a atividade de caça, constituía o principal meio de subsistência da população local. Contudo, com a introdução políticas rodoviárias, esses sujeitos começaram a

viver em função delas. A pesca, que anteriormente destinava-se predominantemente ao autoconsumo familiar, começou a emergir com uma das atividades econômicas mais relevantes da região nos anos de 1970, especificamente com as instalações de frigoríficos em algumas sedes municipais (Iranduba-AM; Manacapuru-AM, entre outras). Nesse contexto, Penner (1984), ressalta a nova significância da atividade pesqueira no cenário econômico local:

A pesca fluvial na Amazônia tem significativa importância no espaço econômico regional, uma vez que constitui o recurso alimentar mais prontamente mobilizável e provavelmente a maior fonte de proteína posta à disposição da população.

Na várzea amazônica, assim como nos ecossistemas de terra firme e igapó, localizado no médio rio Negro, o camponês amazônico adapta-se ao calendário ecológico sendo compelido a desenvolver novas estratégias para permanecer em suas terras de origem. Com ênfase para o rio Solimões, a atividade pesqueira inicia um processo de transformação na década de 1970, em decorrência das instalações de frigoríficos voltados à aquisição do pescado. Com base em alguns autores (Rufino, 2005; Cruz, 2007 e 2009; Fraxe, 2009; Rapozo, 2015), é possível afirmar que ocorreu uma intensificação na captura dos *peixes lisos* com o objetivo de atender a demanda tanto nacional quanto à internacional.

Nesse contexto de intensificação da pesca, o sujeito primordial no processo de captura é o camponês amazônico, que pode ser tanto agricultor quanto pescador). Ele detém conhecimento sobre as espécies, técnicas e apetrechos/equipamentos de pesca apropriados para cada tipo de captura, além de estar ciente dos locais mais adequados para realização de uma pesca bem-sucedida.

No que tange a Amazônia, especificamente em relação ao rio Solimões e ao rio Negro, procederemos neste momento, a uma breve consideração de dois estudos que realizaram uma análise sobre a renda da água, com base na renda diferencial I e II, conforme proposta por Marx.

Fraxe (2020), em sua obra “Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas”, assertivamente afirma que:

A terra e água são instrumentos de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção, pois para a autora quando o camponês trabalha na terra, não é para produzir terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é. Quando o *homem anfíbio* trabalha na água, não é para produzir lagos, rios, igapós, mas para adquirir o alimento contido e produzido por eles. O peixe adquirido na água é produto do esforço da pesca do camponês (trabalho materializado), mas a água não o é (p. 115).

Foi possível observar, na análise realizada pela autora a viabilidade de geração de renda diferencial da água em suas duas vertentes (renda diferencial I e II). A autora empregou

duas variáveis para evidenciar essas formas de renda, sendo estas: a sedimentação do leito dos rios e a localidade destes com entrepostos de pesca, considerando os dois principais rios do estado do Amazonas, a saber o rio Solimões-Amazonas e o rio Negro.

Com relação à renda diferencial, considerando as distintas composições físico/químico/biológica dos referidos rios, já mencionada no capítulo I, foi possível identificar que no rio Solimões-Amazonas (caracterizado por águas brancas e barrentas, com maior alcalinidade) a reprodução de peixes se mostra mais abundante em comparação ao rio Negro (cuja água, por sua vez, é classificada como águas pretas, apresentado maior acidez). Dessa maneira, confirma-se, a influência fertilidade diretamente na reprodução pesqueira.

Outro aspecto relevante é a proximidade dos locais de pescas em relação aos centros consumidores, (Fraxe, 2020). No estudo de Fraxe, destaca-se a importância do trabalho do camponês amazônico na utilização dos recursos naturais e na composição das rendas advindas das atividades agrícolas e pesqueiras.

Um outro estudo que a ser destacado nesse momento é o de Rapozo (2015), intitulado “Territórios sociais da pesca: uso e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso”. O autor apresenta sua análise com base nas informações obtidas por meio de seu trabalho realizado na atividade pesqueira, fundamentando-se também na teoria marxista acerca da renda diferencial I e II.

No que se refere à renda diferencial I, que é determinada por meio de condições naturais, o autor identifica a força de trabalho empregada na captura do pescado como um fator determinante da renda. Essa captura ocorre em locais favoráveis a determinados tipos de peixes ou cardumes que possuem valor de mercado significativo, notadamente nos grandes frigoríficos de Manacapuru, no Estado do Amazonas. Além disso, Rapozo, enfatiza a importância dos conhecimentos dos pescadores, que são capazes de identificar áreas de pesca já conhecidas e que geralmente apresentam uma elevada ictiofaunística em áreas de livre acesso, como rios e lagos abundantes em pescado. As condições de captura e comércio são, portanto, elementos essenciais no processo de geração oriunda da atividade pesqueira, que seria a renda da água. (Rapozo, 2015).

Quanto à renda diferencial II, que se refere ao capital investido no trabalho por meio da utilização de equipamentos, para otimizar os resultados da produção, o autor relata que a realidade dos custos envolvidos na renda da pesca reflete não apenas os gastos objetivamente realizados, mas também que os custos associados ao trabalho devem ser compensados pelos resultados obtidos com a renda do trabalhador. (Rapozo, 2015).

As terras, florestas, e águas utilizadas pelo camponês amazônico são manejadas de acordo com suas estratégias de permanência, sendo influenciada pela racionalidade camponesa e pelas adaptações necessárias ao calendário ecológico (enchente-cheia/vazante-seca). Essas ações são cuidadosamente pensadas, testadas, criadas e recriadas em virtude da vivência no ecossistema de terra firme e igapó, no rio Negro. A pesquisa em questão dar ênfase às terras de trabalho (agricultura – capítulo II), e águas de trabalho (pesca- capítulo III). Neste contexto do ecossistema de terra firme e igapó, o camponês está em constante interação com seu ambiente por meio das atividades realizada na pesca e agricultura.

No presente estudo, foram analisados, por meio de analogia, de forma teórica e empírica, dois ecossistemas em suas dimensões químicas, físicas e biológicas, bem como o funcionamento interno na unidade produtiva camponesa. É plausível afirmar que o camponês amazônico (agricultor/pescador), se configura como um sujeito resiliente e perseverante no contexto do estado do Amazonas, que respeita o calendário ecológico, e dentro do modo capitalista de produção.

4.3 A renda da terra e da água na Comunidade Dom Pedro II – Barcelos – AM.

A proposta desta pesquisa consiste na análise da renda da terra e da água na economia camponesa, especificamente na Comunidade Dom Pedro II, localizada em Barcelos – AM., na bacia do rio Negro, já mencionada nos capítulos e itens anteriores. Para tal, foi imprescindível realizar uma investigação sobre as atividades agrícolas e pesqueiras levando em consideração a inter-relação de diversos fatores de natureza social, econômica, ambiental, cultural, política, entre outros, que permeiam estas práticas.

Nesse contexto buscou-se compreender a interação entre o trabalho agrícola e pesqueiro e as formas de apropriação e de uso dos ambientes aquático e terrestre, fundamentando a análise em um delineamento teórico coerente. A abordagem se baseou na teoria da renda da terra e em estudos sobre o campesinato. Além disso, foram empregados outros conceitos que sustentaram a argumentação da tese, tais como: território, territorialidade, monopolização do território pelo capital, trabalho e etnoconhecimento (saber), os quais segundo as análises expostas nos capítulos anteriores, configuram-se como componentes essenciais para a obtenção das rendas da terra e da água.

No que diz respeito às atividades produtivas do camponês amazônico, o conceito de território e territorialidade, se revela relevante, como assinala, Raffestin (1993), “o território [...] revela relações marcadas pelo poder, [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Desta forma, a produção, em função das

numerosas relações que a envolvem, inscreve-se no campo do poder [...]. As territorialidades emergem como relações mediadas pelo trabalho, poder e linguagem”. (Nascimento, 2014).

O território é demarcado a partir das ações da sociedade, mediante um processo de apropriação que estabelece formas de controle manifestadas nas relações de poder, conforme afirma, Fraxe, 2009:

O território é um produto das ações coletivas, uma construção histórica do homem à medida que esse se organiza culturalmente. Ao se reproduzirem num dado espaço, cria-se e recria-se a identidade coletiva entre os indivíduos e o território onde se desenvolvem suas atividades produtivas.

Em relação ao camponês amazônico, o ecossistema de várzea, assim como no ecossistema de terra firme e igapó, no rio Negro, especificamente na comunidade Dom Pedro II (Barcelos), é o território do sujeito amazônico, onde cria suas territorialidades por meio de suas atividades produtivas e seus saberes, analisadas no capítulo II e III, (Witkoski, 2021). Neste espaço ele edifica suas territorialidades produtivas e saberes, cujas discussões foram desenvolvidas no capítulo II e III.

Na atividade de produção agrícola, o território do camponês amazônico é compreendido como sua propriedade, a qual apresenta fronteiras e limites físicos e materiais. Este espaço contempla a moradia, onde são realizadas as atividades de plantio, criação animal, reprodução social, cultural, econômica, ambiental etc., pertencentes à família camponesa amazônica. Cada membro da família desempenha uma função de trabalho. Além disso, existem relações de vizinhança, e parentesco que contribuem para a formação de suas territorialidades, o que foi possível ser constatado na Comunidade Dom Pedro II.

Nos trabalhos realizados nas águas, observa-se que o território não apresenta fronteiras ou limites materiais, embora exista propriedade simbólica associadas às águas. Na várzea amazônica no rio Solimões, distinguem-se o território aquático público (rios) e os territórios aquáticos coletivos (lagos), que se dividem em 3 categorias: de procriação, de manutenção e de livre acesso, (Witkoski, 2021), o que não ocorre no ecossistema de terra firme e igapó, no rio Negro.

No território aquático, as relações de apropriações tornam-se evidentes a partir das atividades pesqueiras, como exemplo, tem-se a pesca dos bagres (peixe liso) no rio Solimões, onde as apropriações ocorrem a partir das casas flutuantes, utilizados para captura do pescado, as quais delimitam seus espaços de pescaria ao longo do canal principal do rio, possuindo fronteiras simbolicamente demarcada, por exemplo, por certas árvores. Esses territórios têm

comprimento médio que varia entre quatrocentos (400m) a seiscentos (600m) metros de comprimento, dedicados exclusivamente à captura dos bagres.

A pesca realizada pelos camponeses amazônicos da Comunidade Dom Pedro II, ocorrem em diversos ecossistemas aquáticos, incluindo rios, lagos, paranás e ilhas. A duração das atividades pesqueiras pode variar de 15 a 30 dias, dependendo da época do ano e espécie a ser capturada.

O camponês amazônico estabelece uma territorialidade ao utilizar técnicas e/ou apetrechos de captura, promovendo uma apropriação territorial, que anteriormente era de uso comum, mas que passam a ser utilizado de forme exclusiva por alguns. Tal dinâmica pode levar a conflitos, entre pescadores locais (camponeses amazônicos), e pescadores externos (cidadinos e comerciais), e no caso de Barcelos com pescadores da pesca esportiva.

As territorialidades representam as relações exercidas pelo sujeito social (camponês amazônico) na demarcação do território, fundamentais no uso de técnicas e apetrechos e de suas estratégias de adaptação ao ciclo das águas. A noção de territorialidade é constituída a partir da identidade com o lugar.

Além dos conceitos de território e territorialidade, brevemente destacados, acima, também se deve considerar o conceito de monopolização do território pelo capital, o qual serve como fundamento para a proposição da existência de uma renda proveniente da água e da terra. Esta renda é gerada a partir das atividades desempenhadas tanto na pesca quanto na agricultura, pelo camponês amazônico. Neste caso, o próprio modo de produção capitalista cria e recria condições que permitem que este sujeito permaneça em seus locais de origem a partir de suas territorialidades nas atividades laborais que exercem.

Quando monopoliza o território, o capital cria e recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população até se expandi. (OLIVEIRA, 2004, p. 42)

Em relação a citação acima mencionada, observa-se que, quando o grande capitalista monopoliza o território, atuando, neste caso, como os proprietários de casas flutuantes, e até mesmo como os donos de fábricas de gelo, ele estabelece condições que permitem ao camponês amazônico permanecer em sua localidade de origem.

Assim, o camponês torna-se uma peça fundamental neste complexo jogo de interesse, uma vez que é responsável pela captura do pescado, fornecendo, dessa forma, a matéria-prima necessária para os grandes capitalistas. Esse cenário resulta na sujeição do camponês à renda

gerada por sua atividade, a qual é posteriormente empregada segundo a lógica capitalista de produção.

Nesse contexto, a renda gerada pela sua força de trabalho, empregada na atividade pesqueira, incluindo conhecimento e estratégias de captura, torna-se o elo de tal sujeição. Sendo crucial enfatizar que o camponês amazônico mantém um grau de autonomia em relação às suas atividades, conciliando, pelo menos nesse caso, a prática da agricultura, pesca e caça, no que se refere ao estado do Amazonas.

Diferente da monopolização do território, têm-se a territorialização do capital.

O capital territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para seus trabalhadores para a indústria, comércio, quer para seus trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias) [...] O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da agricultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num mar de cana, de soja, de laranja, pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Assim, a territorialização do capital pode ser compreendida como a reprodução ampliada do capital, fundamentada do lucro gerado a partir do momento em que os trabalhadores se tornam assalariados, além de ser proprietários de suas terras e força de trabalho que também gera renda.

Em se tratando dos camponeses amazônicos da Comunidade Dom Pedro II, a territorialização, por parte desses capitalistas, não se revela viável, uma vez que consideram as atividades camponesas, como atividades de risco, nas quais poderiam incorrer em perdas significativas, caso não conseguissem alcançar o lucro esperado.

Observa-se nesse momento uma contradição dentro do modo capitalista de produção. Inicialmente, ele cria e recria condições que permitem aos camponeses permanecerem no campo, mas em um segundo momento, tende a expulsá-lo – ou ao menos assalariá-los. Segundo Oliveira (2004), “a territorialização do monopólio e a monopolização do território estão se constituindo em instrumento de explicação geográfica para as transformações no campo”.

Analisar a área de estudo, a comunidade Dom Pedro II, observa-se uma monopolização do território pelo capital, onde o controle está concentrado nas mãos dos proprietários casas flutuantes e fábricas de gelo. Esses agentes dominam a cadeia produtiva, que se estrutura em 3 níveis: o camponês amazônico, responsável por realizar a pesca; O dono da casa flutuante, que adquire o pescado; e, por fim, o consumidor final.

Nessa dinâmica, o pescador realiza a captura, enquanto a casa flutuante compra e comercializa com o consumidor final. Muitas vezes, os proprietários dessas casas flutuantes

insumos (alimentação, diesel, gasolina etc.) aos pescadores, registrando estes custos para serem descontados ao final dessas pescarias e retorno deles, conforme descrito no capítulo III. Dessa forma, o camponês submete sua força de trabalho às exigências do capital.

O aspecto central dessa cadeia produtiva é justamente, que se manifesta na obrigatoriedade de os pescadores comercializarem exclusivamente com uma única casa flutuante ou um comprador específico na sede do município de Barcelos – AM. Esse controle evidencia as relações de poder existentes nessa rede de comercialização e o modo sutil como se revela a monopolização do território pelo capital na Comunidade Dom Pedro II. Esse processo ocorre de forma tão discreta que nem os camponeses amazônicos (pescadores), e nem os proprietários das casas flutuantes percebem a lógica que sustenta essa estrutura.

À luz do conceito do conceito destacado acerca da monopolização do território pelo capital, evidencia-se uma apropriação da força de trabalho do camponês amazônico, manifestada na atividade pesqueira, onde ele aplica seu conhecimento e expertise. Dessa forma, insere-se, na discussão sobre a relação trabalho, natureza e saber.

O trabalho, enquanto atividade humana, não apenas viabiliza a produção e reprodução das relações sociais, mas também garante o sustento e a geração de renda nas comunidades rurais, no estado do Amazonas. Nesse contexto, ele se configura como um processo social mediado pela natureza, responsável tanto pela construção do mundo material quanto pela preservação da cultura, do modo de vida e das representações sociais que se formam e se reafirmam a partir dele. Na comunidade Dom Pedro II, a pesca se destaca como principal fonte de renda, evidenciando sua importância para subsistência das famílias locais. (Fraxe, 2009; Marx, 2014 e Rapozo, 2015).

O trabalho desenvolvido pelos camponeses amazônicos da Comunidade Dom Pedro II, revela uma conexão profunda entre trabalho, conhecimento e natureza. Essa relação se manifesta na maneira como esses trabalhadores aplicam seus saberes tradicionais sobre rios, lagos, ilhas e paranás, entendendo os ciclos das águas (enchente/cheia e vazante/seca) e o comportamento das espécies aquáticas. Esse conhecimento ecológico não apenas orienta suas práticas de pesca, mas também sustenta a reprodução cultural da Comunidade, assegurando que esse saber seja transmitido de geração em geração.

Os camponeses amazônicos da Comunidade, não são simplesmente agentes produtivos; desempenham um papel crucial na manutenção e do equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e a conservação do ambiente. O conhecimento que acumulam sobre os ciclos das águas, os períodos de reprodução dos peixes e as técnicas de pesca apropriada, expressa uma sabedoria que transcende a mera extração de recursos, evidenciando uma

relação de respeito e interdependência com o ecossistema, neste caso, o de terra firme e igapó, no rio Negro.

Essa relação também reflete na organização social e econômica. A pesca sendo uma atividade central, não só garante o sustento dessas famílias, como também estrutura a economia local, posicionando o camponês amazônico como protagonista na geração da chamada “renda da água”. Contudo, essa lógica produtiva vai além da simples captura do pescado, ela estabelece uma rede complexa de relações sociais, onde os saberes tradicionais se entrelaçam com as dinâmicas do mercado e os desafios impostos pelo modo de produção capitalista.

Entretanto, a essa relação entre trabalho, saber e natureza, também enfrenta dificuldades. A pressão do mercado, a interferência de agentes externos e as mudanças ambientais, apresentam desafios à manutenção desse modelo tradicional.

Diante desse contexto, é essencial reconhecer e fortalecer o conhecimento tradicional dos camponeses amazônicos, assegurando sua autonomia e promovendo políticas que incentivem a sustentabilidade da atividade pesqueira. Afinal esses trabalhadores são os principais sujeitos que promovem a economia das águas, os verdadeiros detentores do saber ecológico e cultural que sustenta a Comunidade Dom Pedro II – Barcelos – AM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a renda da terra e da água na economia camponesa amazônica, na Comunidade Dom Pedro II, situada no município de Barcelos, Amazonas, na bacia do rio Negro. Ao longo do estudo foi possível compreender a inter-relação entre os diversos fatores de ordem: social, econômica, ambiental, cultural, que influenciam às práticas agrícolas e pesqueiras dessa comunidade.

A análise se fundamentou na teoria da renda da terra em estudos sobre o campesinato, destacando conceitos fundamentais como: território, territorialidade, monopolização do território pelo capital, trabalho e saber/etnoconhecimento. A partir das discussões desenvolvidas, constatou-se que as atividades produtivas dos camponeses amazônicos estão profundamente interligadas à dinâmica territorial e às formas de apropriação e adaptação ao ecossistema em que vivem, neste caso, o ecossistema de terra firme e igapó.

No contexto da produção agrícola, o território do camponês amazônico é caracterizado como um espaço delimitado e de posse familiar, em que se realizam atividades essenciais para reprodução social e econômica da Comunidade. Por outro lado, no que diz respeito a atividades pesqueira, o território assume uma dimensão simbólica, em que a apropriação se efetua por meio da força de trabalho dos camponeses amazônicos, que inclui o conhecimento tradicional, estratégias de adaptação ao ciclo das águas, e técnicas de captura do pescado.

A pesca na Comunidade Dom Pedro II, ocorre em diversos ecossistemas aquáticos, tais como: rios, lagos, ilhas e paranás, sendo fortemente influenciada pelos ciclos das águas e dinâmica do mercado. Os camponeses desenvolvem uma territorialidade própria, baseada na tradição, nas relações comunitárias e na adaptação às condições ambientais. No entanto essa territorialidade é suscetível às transformações impostas pelo capital, especificamente no que tange a monopolização do território pelo capital.

A pesquisa evidenciou que a rede de comercialização da pesca na Comunidade Dom Pedro II se estrutura em 3 níveis: o camponês amazônico, responsável pela captura do pescado; os proprietários de casas flutuantes, compra e comercializa o pescado; e o consumidor final. Essa estrutura, dessa forma, reflete a relação de dependência e sujeição da força de trabalho ao capital, resultando na perda parcial de sua autonomia na comercialização do pescado.

A monopolização do território pelo capital na pesca é manifestada nessa dependência dos camponeses amazônicos em relação aos proprietários das casas flutuantes e das fábricas

de gelo, que exercem controle sobre os preços e a distribuição dos produtos. Essa dinâmica acentua a exploração da força de trabalho camponesa e limita as possibilidades de desenvolvimento autônomo da Comunidade.

Entretanto, não obstante os desafios impostos pelo capital os camponeses amazônicos demonstram resiliência e capacidade de adaptação, preservando seus conhecimentos tradicionais e fortalecendo relações comunitárias. A pesca além de assegurar a subsistência das famílias, configura-se como um elemento central da identidade cultural e reprodução do modo de vida tradicional.

Diante do exposto torna-se imperativo a implementação de políticas públicas que tenham como foco a valorização do conhecimento tradicional e a promoção da sustentabilidade das atividades pesqueiras. A autonomia dos camponeses pode ser consolidada por meio de iniciativas que incentivem a comercialização direta do pescado, o acesso à créditos e a capacitação para a gestão dos recursos naturais.

Em síntese, esta pesquisa contribuiu para compreensão das dinâmicas econômicas e territoriais na Comunidade Dom Pedro II, no ecossistema de terra firme, do rio Negro, sublinhando a importância da renda oriunda da terra e da água para a sustentabilidade da economia camponesa. Ao reconhecer a significância do conhecimento tradicional e a necessidade de autonomia econômica dos camponeses, este estudo reafirma a relevância de práticas sustentáveis e de políticas que assegurem a permanência e a dignidade desses trabalhadores em seus territórios.

GLOSSÁRIO CAMPONÊS AMAZÔNICO DA COMUNIDADE DOM PEDRO II

Área de capoeira: área que não dá mais para plantar.

Arigó: a pessoa que não sabe fazer nada, nem na pesca e nem na agricultura

Arribando: cardume de peixe subindo o rio principal

Cabeçudo: bicho de casco.

Careca: frutinha vermelha que serve de isca para peixe

Capina: capinar

Coivara: amontoado de paus para atear fogo (queimados), serve também de estrume natural

Descaideira: rede de arrastão para capturar eixe liso Piracema: peixe na desova.

Descaindo: descendo o rio de acordo com o sentido do rio, a rede desce e o peixe sobe.

Engate: toco no rio que engata a rede de pesca.

Estaqueado: Quando o paneiro da mandioca está cheio.

Farinha da região: farinha feitas pelas comunidades.

Igapó: mata fechada.

Inverno: período da cheia.

Mutirão/puxirum/ajuri: quando são convidadas pessoas para preparar uma roça, onde os homens cavam, e as mulheres plantam, em troca dá o alimento para quem for ajudar.

Paneiro/aturá: onde coloca e carrega a mandioca.

Panema: Quando o pescador/agricultor não consegue pegar nada, nem na pesca e nem na agricultura. Quando a mulher está menstruada, se ela acompanhar algumas das atividades isso pode influenciar na negatividade das atividades.

Piracema: Quando o rio está enchendo os peixes se juntam e estão chocando.

Parceragem: Quando um tem um barco para pescaria e vai atrás de outras famílias em parceria para pescar.

Rebojo: água que espoca, tipo quando liga o motor.

Roça pequena: peteca.

Terra cansada: terra que é plantada todo ano, e se for plantar novamente não nasce mais.

Verão: período da seca.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. D. LINDNER, M.; RODRIGUES, S. de L. Formas de (RE) produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura e pluriatividade. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Outras expressões, 2016;
- AYRES, J. M. **As matas de várzea do Mamirauá**: médio Solimões. 2. ed. Brasília, DF: CNPq; Tefé, AM: Sociedade Civil Mamirauá, 1995;
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora: Edições 70, 1977;
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la unidad económica campesina**. Trad. R. M. Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974;
- CHIZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995;
- CRUZ, M. de J. M. da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, 2007;
- _____. As territorialidades de pesca no Rio Solimões. In: FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C. e SILVA, S. C. P. da (Orgs.). **A pesca na Amazônia Central** - ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: EDUA, 2009;
- FRAXE, T. de J. P. **A pesca na Amazônia Central - ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: EDUA, 2009;
- _____. T. de J. P. **Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos do Governo do Estado do Ceará, 2020;
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed São Paulo: Atlas, 2008;
- GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007;
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Tradução de Adonai Schlup Sant'Anna. 6ª ed. São Paulo: Bookman, 2009;
- JACAÚNA, T da S. **Governo e conflito dos comuns**: Dilemas da economia da pesca na Amazônia. Manaus: EDUA, 2015;
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980;
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976;
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: abril, 1982;
- LENZ, M. H. **A categoria econômica da terra**. Porto Alegre: FEE, 1992;

_____. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Smith e Marx. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica. Aracaju (SE). **Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica**. 2007;

MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996;

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 32^a. ed. São Paulo: Civilização brasileira, 2014. l. I, v. I e II;

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 3^a. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. l. III, v. VI;

MELLO, A. F. de. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA: 1973;

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

NABARRO, S. A. e SUZUKI, J. C. **A Renda da Terra nos Autores Clássicos**. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, julho de 2010, Porto Alegre. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre: AGB, 2010. p. 1-14;

NASCIMENTO, Martha Benfica do. **Produção agrícola familiar em área urbana: Comunidade Nova Esperança – Bairro Jorge Teixeira – Manaus-AM**. 2014, 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela, 2004; p. 29-64;

OLIVEIRA, J. S de e MOURÃO, M. H. C. **Estudos de Geografia do Amazonas**. 364f. Manaus: Editora Grafisa, 2017.

PAULINO, E. T. **Por Uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006;

PENNER, M. E. S. **A dialética da atividade pesqueira no Nordeste amazônico**. Belém: UFPA, 1984;

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora: Ática, 1993;

RAPOZO, P. H. C. **Territórios Sociais no Rio Solimões**: Usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. Manaus: EDUA, 2015;

RIBEIRO, M. O. de A. S. **Territorialidade, socioeconomia e conhecimento ecológico local da pesca artesanal de dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii* Castelnau, 1855) e piramutaba (*B. vaillantii* Valenciennes, 1840) na calha do rio Solimões-Amazonas**. Tese de doutorado. Área de concentração: Biologia de Água Doce e Pesca Interior. Manaus: UFAM/INPA, 2009;

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988;

RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos Recursos Pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005a;

_____. **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores** - Piramutaba e Dourada no eixo Solimões-Amazonas. Manaus; IBAMA, 2005b;

SIOLI, H. The Amazon: Limnology and landscape ecology of a mighty river and Its basin, 1984. In: MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990;

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996;

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho**: Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Valer, 2021.

ANEXOS



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho através deste, convidá-lo (a) para participar do estudo, "A RENDA DA TERRA E DA ÁGUA NA ECONOMIA CAMPONESA AMAZÔNICA: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS COMUNIDADES DOM PEDRO II (RIO NEGRO) E NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (RIO SOLIMÕES)", que faz parte da tese de doutoramento de Martha Benfica do Nascimento de Carvalho, aluna, da Universidade Federal do Amazonas, Endereço: Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Coroado, CEP 69077-000, Manaus/AM, Telefone (92) 3305-1181 Ramal 2004, e-mail: martha_benfica@hotmail.com, sob orientação do Dr. Antônio Carlos Witkoski, da Universidade Federal do Amazonas, mesmo endereço e telefone acima citado, e-mail: acwitkoski@uol.com.br. O objetivo geral desse estudo é analisar a produção da renda das terras e águas de trabalho, no âmbito da economia camponesa amazônica, considerando seu envolvimento com a lógica de produção capitalista. Os objetivos serão: 1) apresentar o sistema ecológico dos rios de águas brancas (barrentas) e dos rios de águas pretas; 2) descrever os processos socioprodutivos das atividades agrícolas realizadas nas Comunidades Dom Pedro II (rio Negro) e Nossa Senhora das Graças (rio Solimões); 3) compreender a prática social extrativista executada na pesca dos rios e lagos de águas de livre acesso brancas (barrentas) e de águas pretas, nas Comunidades Dom Pedro II (rio Negro) e Nossa Senhora das Graças (rio Solimões); e, por fim, 4) comparar a renda das terras e águas de trabalho nas Comunidades Dom Pedro II (rio Negro) e Nossa Senhora das Graças (rio Solimões). Gostaria de informá-lo (a) que toda pesquisa com pessoas envolve a possibilidade de riscos podendo ser individual ou coletivo. Estes riscos podem incluir a possibilidade de dano físico, psíquico, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual. No caso do presente estudo, a exposição a informações pessoais no ato de responder ao questionário poderá trazer risco, e causar constrangimentos ou trazer memória sobre experiências que poderão causar sofrimento psíquico. Entretanto, este estudo estará empenhado em minimizar estes riscos, alertando o participante em não falar sobre episódios que o constranja ou traga lembranças que cause algum sofrimento. As gravações em áudio serão realizadas pela pesquisadora somente com a autorização do entrevistado(a). O pesquisador responsável, ao perceber qualquer risco ou dano significativo ao entrevistado, comunicará o fato, imediatamente, ao Sistema CEP, e avaliará a necessidade de adequar ou suspender o estudo. Para minimizar qualquer risco, sua identidade será mantida em sigilo em todas as fases da pesquisa. As despesas do entrevistado (a) e seu acompanhante, quando necessário, com relação a transporte, alimentação e outras necessidades serão ressarcidas conforme preconiza o item IV.3.g da Resolução CNS nº 446 de 2012. Em casos de danos comprovados, está assegurado o direito a indenizações e cobertura material para reparação ao dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa. (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7) Ressarcimentos e indenizações, quando necessários, serão realizados em comum acordo entre o entrevistado, o pesquisador e a instituição responsável.

Se alguma pergunta pedir resposta que gere desconforto ou qualquer incômodo, você terá toda a liberdade para se recusar a respondê-la. O estudo trará benefícios importantes a comunidade local e para a região, dando visibilidade as formas de organizações do trabalho e social, produção a partir de conhecimentos e técnicas promotoras da sustentabilidade. Uma cópia da tese será entregue aos presidentes das comunidades Dom Pedro II e Nossa Senhora das Graças, contendo todas informações obtidas durante o estudo. Os resultados também serão publicados em eventos e comunidades científicas.

Sua participação no estudo será voluntária, não havendo despesas e nenhuma remuneração por isso. Poderá desistir a qualquer momento, sabendo que toda informação dada será desconsiderada. Qualquer dúvida em relação a este documento, por favor, entrar em contato com os endereços acima citados ou com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, Ramal 2004, Celular (92) 99171-2496, email cep.ufam@gmail.com

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: 28 / 03 / 2018

Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Martha Benfica do N. de Carvalho

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Impressão
Datiloscópica

Assinatura do Orientador

TERMOS DE ANUÊNCIAS – COMUNIDADES DOM PEDRO II**TERMO DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "*A renda da terra e da água na economia camponesa amazônica: um estudo comparativo das comunidades Dom Pedro II (rio Negro) e Nossa Senhora das Graças (rio Solimões)*". sob a coordenação e a responsabilidade da Doutoranda, Martha Benfica do Nascimento, e do Professor, **Antônio Carlos Witkoski**, ambos do Curso de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, os quais terão o apoio desta Comunidade.

Barcelos, 10 de Janeiro de 2018

Lucilene Capaci dos Santos

Líder da Comunidade Dom Pedro II
RG: 2072126-9
CPF: 975 288 702-34



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 2.776.807

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois o pesquisador cumpriu as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1098162.pdf	13/06/2018 19:59:02		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO.doc	13/06/2018 19:58:27	MARTHA BENFICA DO NASCIMENTO DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPDF.pdf	29/03/2018 17:10:09	MARTHA BENFICA DO NASCIMENTO DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOPDF.pdf	29/03/2018 17:05:49	MARTHA BENFICA DO NASCIMENTO DE CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 19 de Julho de 2018

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)